



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

***A HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR NA DINÂMICA DA PESSOA IDOSA –
DESIGN UNIVERSAL***

*Trabalho de Projeto apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura*

Por

Patrique Mateus Augusto

Novembro de 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

***A HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR NA DINÂMICA DA PESSOA IDOSA –
DESIGN UNIVERSAL***

*Trabalho de Projeto apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura*

Orientador: Professor Doutor António da Silva Ferreira de Carvalho

Coorientador: Professor Doutor Gonçalo de Sousa Byrne

Por

Patrique Mateus Augusto

“... projetar, planejar, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquiteto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem. ...”

Fernando Távora, 1923-2005

AGRADECIMENTOS

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.”

Fernando Pessoa

Muitas são as pessoas a que devo este agradecimento.

A primeira palavra de agradecimento vai para o meu orientador, Professor Doutor António da Silva Ferreira de Carvalho, ao meu coorientador, Professor Doutor Gonçalo de Sousa Byrne que como conhecedores únicos do objeto de estudo em causa, me transmitiram os ensinamentos e as interrogações que foram a motivação maior para o tomar desta decisão. Pelo encorajamento e palavras amigas, pelas discussões científicas e pela abertura com que sempre encararam as minhas dúvidas e o meu percurso científico.

Um agradecimento muito especial à coordenadora do curso de arquitetura, professora Doutora Ana Pinho.

À Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional das Beiras, a todos os docentes que me acompanharam ao longo deste meu percurso universitário e aos funcionários da instituição pela simpatia demonstrada.

Aos meus pais e irmã, a quem dedico o presente trabalho, pela oportunidade, apoio e carinho que me deram ao longo do meu percurso académico e que hoje conhecem o fim de mais uma etapa.

A minha avó, que apesar de pouca instrução, sempre se mostrou interessada e me deu todo o apoio.

À minha namorada, Lisa, pela compreensão, confiança e incentivo. Por ser mais do que uma pessoa importante na minha vida, pelas suas palavras carinhosas e de encorajamento. Pelos momentos de felicidade, ainda que nos momentos mais difíceis, sempre me fez acreditar que tudo é possível.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus amigos e colegas de curso que sempre me acompanharam neste longo caminho.

Hoje, ao fim desta longa caminhada, sei quais as pessoas que quero levar para sempre comigo.

RESUMO

Serve o presente trabalho de projeto para enunciar perspectivas teóricas e práticas bem como para transmitir todo o processo de análise, investigação e reflexão da componente prática de projeto, desenvolvido no ano letivo corrente, na Universidade Católica Portuguesa, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura.

A investigação teórica recai no tema “A Habitação Multifamiliar na Dinâmica da Pessoa Idosa – Design Universal”, uma temática fulcral a considerar quando se projetam habitações para idosos, uma camada populacional notoriamente mais vulnerável que com o passar dos tempos tende a perder capacidades, força, destreza e agilidade, necessitando assim de habitações acessíveis, destituídas de barreiras físicas e dotadas de um design universal que lhes permita envelhecer no espaço público e privado, fomentando assim um envelhecimento ativo.

O caso prático envolve a realização de um projeto que consiste no desenvolvimento de uma proposta urbana na cidade de Viseu. Foi-nos proposto um local nesta cidade, pelo que optámos por um sítio na freguesia de Santa Maria. Na nossa proposta urbana, pretendemos criar habitações multifamiliares baseadas num design inclusivo e acessível a todas as camadas populacionais, em particular para a terceira idade.

Existem dissemelhantes formas de se envelhecer bem como de ser-se idoso, tornando-se assim necessário repensar a velhice de forma a salientar as suas virtudes, potencialidades e características de modo a promover uma longevidade saudável nos idosos. Atualmente, com o desenvolvimento tecnológico alcançado na área da saúde, há a possibilidade de atenuar os efeitos do envelhecimento através de técnicas de prevenção bem como de melhores estilos de vida com o intuito de poder viver um envelhecimento ativo e deter qualidade de vida na velhice, quer seja no espaço público como no espaço privado.

Palavras-Chave: quarteirões, pátios, vazios urbanos, envelhecimento, acessibilidades, design inclusivo, habitação acessível e inclusiva.

ABSTRACT

This final project aims to report theoretical and practical perspectives as to convey all the process of analysis, of research and meditation of the project practical component, developed at the current school year, at the Portuguese Catholic University (Universidade Católica Portuguesa), for the degree of the Architecture Master.

The theoretical investigation focuses on the theme “The Multifamily Housing in the Dynamic of Elder – Universal Design”, a central theme to consider when designing housing for seniors, a population layer notoriously more vulnerable that with the passing (years) of time tends to lose skills, strength, dexterity and agility, requiring thus accessible housing, destitute of barriers and endowed of an universal design that allows them to get old in public and private spaces , promoting thereby an active aging.

The practical case study involves the achievement of a project that consists in developing a proposal in the urban city of Viseu. We were offered a place in this city, so we opted for one located in the parish of Santa Maria. In our urban proposal, we intend to build multifamily housing based on an inclusive design and accessible to all sections of the population, particularly for seniors.

There are dissimilar ways to grow old and be old, making it essential to rethink old age in order to highlight their virtues, aptitudes and characteristics in order to promote a healthy longevity in the elderly. Nowadays, with the technological development achieved in the health area, there is the possibility of mitigating the effects of aging through prevention techniques and better lifestyles in order to be able to live an active aging and detain life quality in old age, in the public space as in the private space.

Keywords: blocks, courtyards, urban voids, aging, accessibility, inclusive design, accessible and inclusive housing

Índice Geral

INTRODUÇÃO

- Objetivos.....	1
- Estrutura do trabalho.....	1
- Metodologia.....	2
- Referências.....	4
- Solução proposta.....	6

I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Um papel do Arquiteto na sociedade contemporânea.....	11
1.2. Cidade	
1.2.1. Quarteirões.....	12
1.2.2. Pátios.....	17
1.2.3. Vazios urbanos e a sua emergência.....	19
1.2.4. Vazios urbanos exteriores ao núcleo urbano consolidado.....	24
1.2.5. Crescimento da população urbana.....	26
1.3. Envelhecimento	
1.3.1. O envelhecimento e o seu processo.....	28
1.3.2. Os fatores do envelhecimento demográfico.....	31
1.3.3. O caso de Portugal.....	32
1.4. Acessibilidades	
1.4.1. Conceito de acessibilidade e de acessibilidade espacial.....	33
1.4.2. As necessidades espaciais do idoso.....	35
1.4.3. Barreiras físicas, design inclusivo.....	36
1.5. As formas de habitar	
1.5.1. Habitar.....	39
1.5.2. Habitação multifamiliar.....	42
1.5.3. Habitação acessível e inclusiva.....	45
1.5.4. Importância da habitação multifamiliar para a terceira idade.....	49
1.5.5. Envelhecer no espaço público e privado.....	51

II – ANÁLISE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

2.1. Caracterização do local de intervenção – Viseu	
2.1.1. Enquadramento territorial.....	59
2.1.2. Localização e área de intervenção.....	59
2.2. Análise urbana	
2.2.1. Topografia.....	68
2.2.2. Estrutura viária.....	69
2.2.3. Pontos de conflito.....	70
2.2.4. Edificação.....	71
2.2.5. Espaços verdes.....	74

III – PROPOSTA URBANA

3.1. Estratégica de intervenção.....	77
3.2. Proposta de desenho urbano.....	79

IV – PROPOSTA HABITACIONAL

4.1. Edifício de habitação.....	89
4.2. Espaços exteriores de vizinhança.....	96
4.3. Pormenores construtivos.....	99
4.4. Referências arquitetónicas / estudos de caso	
4.4.1. Promontório - <i>Praça de Entrecampos</i>	103
4.4.2. Promontório - <i>Finisterra</i>	104
4.4.3. Brullet-de Luna Architectes - <i>Habitatges Sector Ribera Baixa</i>	105
4.4.4. Imagens de referência.....	107

V – CONCLUSÃO.....	111
Referências bibliográficas.....	115
Bibliografia de imagens.....	128
Índice de imagens.....	133
Índice de gráficos.....	136
Índice de tabelas.....	137
Anexos.....	139

Introdução¹

Serve o presente trabalho final para enunciar perspectivas teóricas e práticas bem como para transmitir todo o processo de análise, investigação e reflexão da componente prática de projeto, desenvolvida no ano letivo corrente, na Universidade Católica Portuguesa, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Este constitui-se também como uma investigação teórica sob o tema “A Habitação Multifamiliar na Dinâmica da Pessoa Idosa – Design Universal”, que surge como base para o desenvolvimento e formalização de uma proposta arquitetónica no distrito de Viseu.

OBJETIVOS

Através de uma proposta urbana e de edifícios nele implantado que foram alvo de um detalhado desenvolvimento, pretendemos com esta investigação procurar conceber habitações multifamiliares acessíveis para a camada populacional idosa; amplificar o comércio local, ou seja, criar zonas comerciais atrativas de modo a fomentar a afluência / concentração populacional e aferir a relação entre os habitantes, nomeadamente os idosos e o espaço verde urbano adjacente aos edifícios.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Este Relatório é composto por uma componente teórica de investigação que serve de base de sustentação às fases do projeto, soluções e opções apresentadas na proposta urbana e habitacional, bem como por uma componente prática de projeto, onde é desenvolvida uma proposta para um determinado local da cidade de Viseu.

Assim é constituído por cinco capítulos: **I-** Enquadramento teórico, **II-** Análise da área de intervenção, **III-** Proposta urbana, **IV-** Proposta habitacional, **V-** Conclusão.

I- Enquadramento Teórico – constituído por cinco subcapítulos: 1.1. Um papel do Arquiteto na sociedade contemporânea (no âmbito deste trabalho); 1.2. Cidade (onde são abordados os quarteirões, pátios, vazios urbanos e a sua emergência, vazios urbanos exteriores ao núcleo urbano consolidado, crescimento da população urbana); 1.3. Envelhecimento (é aqui caracterizado o envelhecimento e o seu processo, os fatores do envelhecimento demográfico e o caso de Portugal). 1.4. Acessibilidades (é salientado o conceito de acessibilidade e de acessibilidade espacial, as necessidades espaciais do idoso e as barreiras físicas, design inclusivo).

¹ Por opção do autor, este trabalho está redigido com o novo acordo ortográfico.

1.6. Habitar (focam o habitar, a habitação multifamiliar, a habitação acessível e inclusiva, a importância da habitação multifamiliar para a terceira idade e o envelhecer no espaço público e privado).

II- *Análise da Área de Intervenção* - detém dois subcapítulos: 2.1. Caracterização do local de intervenção – Viseu (é referenciado o enquadramento territorial bem como a localização e a área de intervenção); 2.2. Análise urbana (evidencia-se a topografia, estrutura viária, pontos de conflito, edificação e espaços verdes).

III- *Proposta Urbana* – constituída por dois subcapítulos: 3.1. Estratégia de intervenção; 3.2. Proposta de desenho urbano.

IV- *Proposta Habitacional* – organizada segundo quatro subcapítulos: 4.1. Edifícios de habitação; 4.2. Espaços exteriores de vizinhança; 4.3. Pormenores construtivos; 4.4. Referências arquitetónicas (Promontório - praça de entrecampos; Promontório – Finisterra; Brullet-de Luna Architectes - Habitatges Sector Ribera Baixa; Imagens de referência).

V – *Conclusão* – contém também as Referências bibliográficas, a bibliografia de imagens, o índice de figuras e de tabelas e os Anexos.

METODOLOGIA

A metodologia é definida como um conjunto de abordagens (procedimentos ordenados e disciplinados) utilizadas para recolher dados que sirvam de base para a inferência da interpretação. Ou seja,

“Os dados são simultaneamente as provas e as pistas. Coligidos cuidadosamente, servem como fatores inegáveis que protegem a escrita que possa ser feita de uma especulação não fundamentada. Os dados ligam-nos ao mundo empírico e, quando sistemática e rigorosamente recolhidos, ligam a investigação ... a outras formas de ciência. Os dados incluem os elementos necessários para pensar de forma adequada e profunda acerca dos aspetos da vida que pretendemos explorar” (Bogdan & Biklen, 1994, p.149).

Deste modo, pensar numa abordagem real e concreta, nomeadamente arquitetónica, significa que esta deverá ser conceptualizada e estudada á luz de um conhecimento teorizante e teorizador, com enfoque para a realidade da prática projetual.

Neste sentido, explicar-se-ão os objetivos e importância das linhas teóricas para a análise do objeto empírico, ou seja, o local, o modo de aplicação das mesmas ao local escolhido, o contributo e auxílio para um melhor entendimento da proposta arquitetónica bem como os instrumentos e técnicas utilizados para a recolha e tratamento da informação.

Foi-nos proposto um local na cidade de Viseu, pelo que optámos por um sítio na freguesia de Santa Maria, mais concretamente um vazio urbano, um quarteirão, circunscrito por quatro ruas, a estrada da Circunvalação, a rua 5 de Outubro, a rua João Mendes e a rua Simões Dias. A escolha deste local e conseqüente interesse recaiu no fato de este se encontrar relativamente próximo de uma zona histórica, a Sé de Viseu, de deter inúmeros eixos visuais (entre eles a vista para a sé e para a zona histórica), de se caracterizar por ser um grande vazio urbano com fortes potencialidades (desenvolvimento comercial e habitacional) e de deter uma boa proximidade com edifícios religiosos e educacionais.

Neste seguimento de ideias é perentório que as linhas teóricas fundamentam o estudo de caso e conseqüente proposta urbana, encontrando-se assim em consenso com o pretendido. Deste modo, a nossa proposta urbana é a renovação deste vazio urbano, criando para tal habitações multifamiliares baseadas num design inclusivo e acessível a todas as camadas populacionais, em particular para a terceira idade. As linhas teóricas patentes no nosso trabalho de projeto foram apoiadas por exemplos, por vezes um tanto ou quanto abstratos, mas que no entanto agora será possível aplicar-lhes um projeto real, para um local real. Estas são também um contributo valioso, pois permitem a análise e o estudo de temáticas atuais e pertinentes, a aplicar na nossa proposta urbana. Particularizando, abordar a cidade, o envelhecimento, as acessibilidades e o habitar, permitem-nos obter um entendimento mais específico destas, sendo agora possível avançar para o ato de projetar, sustentado e interligado pela prática e pela teoria ao longo de todo o processo de trabalho.

A nível de metodologias utilizadas para a recolha e tratamento de informação de forma a podermos desenvolver todo este trabalho, primeiramente procedemos a uma visita ao local de intervenção, de modo a testarmos e experimentarmos diversas soluções de acessibilidade e mobilidade já existentes, tal como novas soluções, seguidamente adveio toda uma análise, levantamentos fotográficos, esboços (anexo 2) e maquetes de estudo (anexo 1), sucedendo uma investigação teórico-científica do tema em estudo com base em investigação bibliográfica (pesquisa bibliográfica online tendo sempre em conta a autenticidade das fontes e nas bibliotecas com o intuito de obtermos acesso ao máximo de informações que sustentasse a elaboração da proposta), decorrendo posteriormente a elaboração e análise de «*case – studies* (estudos de caso)» e regulamentação aplicável.

Posto isto foram produzidas ideias e opções consubstanciadas nos desenhos de projeto, realizaram-se análises críticas individuais e em debate com os colegas e docentes e foram comunicadas as opções de representação do projeto (sendo que no primeiro semestre elaboraram-se quatro painéis para a disciplina de Projeto integrado urbano e Projeto integrado de paisagem e no segundo semestre produziram-se também quatro painéis para a disciplina de Projeto integrado de renovação - Anexo 3). Tudo isto desenvolveu-se durante um ano letivo. O fato de desenvolvermos um projeto, constitui-se como sendo uma peça importante de todo este processo, auxiliando para a obtenção do resultado final.

REFERÊNCIAS

Como autores de referência deste trabalho final de projeto, destacamos Fernando Távora (2006, “Da organização do espaço”), José Lamas (2004, “Morfologia urbana e desenho da cidade”), Kevin Lynch (2007, “A boa forma da cidade”), Ignasi de Solá-Morales (1995, “Terrain Vague”), António Reis Cabrita (1995, “O homem e a casa, individual e social da qualidade da habitação”), Jorge Falcato Simões (2010, “Uma casa para a vida. Aplicação do design inclusivo à habitação”), Organização Mundial de Saúde (2009, “Guia global das cidades amigas das pessoas idosas”), Francis Ching (2008, “Arquitetura, Forma, espaço e ordem”), Werner Blaser (1997, “Pátios, 5000 años de evolución desde la Antigüedad a Nuestros Días”), Brullet-de Luna Architects (2000-2003, “Habitages sector ribera baixa”) e Promontório (2004-2011, “praça de entrecampos”).

Fernando Távora aborda os problemas da organização da cidade e do território, bem como o papel do arquiteto de um modo geral. José Lamas define os conceitos de quarteirões, pátios e espaços exteriores de vizinhança, sendo complementados com alguns exemplos nacionais e internacionais de renome. Kevin Lynch alude á importância do processo de desenho urbano no âmbito da construção da cidade moderna, em que o espaço público pode proporcionar uma intensa vida urbana, sendo que para tal deve conter vitalidade, sensação, adequação, acesso e controlo. Ignasi de Solá-Morales aborda a ausência da forma na metrópole contemporânea e focaliza-se nas áreas abandonadas, nomeadamente nos espaços e edifícios obsoletos e improdutivos, indefinidos e sem delimitação de limites, ou seja, os *terrain vague* (vazios urbanos). Refere também a importância de reincorporar estes “*terrain vague*” na lógica produtiva da cidade, transformando-os em espaços reconstruídos. Dá especial importância ao valor do estado de ruína e improdutividade destes espaços.

António Reis Cabrita reporta-se á temática da habitação entendida como um benefício que responde a necessidades humanas básicas, espirituais, funcionais, de relação e patrimoniais. Examina a satisfação das necessidades individuais e coletivas no âmbito geral do habitar bem como em torno das relações do homem e da família com a habitação e com o habitat, compreendendo assim a comunidade de vizinhança.

Jorge Falcato Simões destina a sua obra para quem tenciona criar ou reabilitar edifícios, tornando-os adequados às necessidades que possam a vir a surgir ao longo da vida de cada morador. Cada indivíduo ao longo da sua vida irá confrontar-se com inúmeras incapacidades de carácter temporário ou permanente, criando-se assim para o efeito, melhores condições a nível de acessibilidade para todos.

Antigamente as questões a nível de acessibilidade não eram postas em causa e não havia consciência relativamente aos constrangimentos que a inacessibilidade acarretava aos indivíduos. Para além de esta edição ilustrar inúmeros exemplos de casos práticos direccionados para as acessibilidades e o Design Inclusivo, refere que estes são completamente conciliáveis com os modelos arquitectónicos portugueses e que é possível aplicá-los sem modificar substancialmente as áreas ou o custo das mesmas.

A Organização Mundial de Saúde, ao elaborar pretende informar a sociedade sobre a vulnerabilidade da camada populacional idosa, incentivando á promoção de um envelhecimento ativo e ressaltando potencialidades e constrangimentos do habitar em espaço público e privado. Francis Ching aborda os diversos modos de como a forma e o espaço se inter-relacionam e se organizam em construções. Ressalta exemplos contemporâneos de princípios de forma, espaço e ordem, examinando o essencial da arquitetura. Dá especial destaque á criação de pátios bem como vias de circulação. Werner Blaser foca o seu ponto de interesse nos pátios, desenvolvendo este conceito e seleccionando para tal um vasto leque de exemplos de diversas áreas geográficas.

Brullet-de Luna Architects trata de um conjunto de habitações em Barcelona (Habitages Sector Ribera Baixa), salientando as suas características, potencialidades, organização do espaço, pátios e entradas verticais. Promontório, ao desenvolver um aglomerado de edifícios para a praça de entrecampos em Lisboa, ressalta a sua organização, características e formas, tirando partido da forma espacial (inclinação) da garagem.

Cada uma destas referências detém uma importância específica e precisa, na medida em que abordam e complementam temáticas e assuntos que são desenvolvidos no presente trabalho de projeto, configurando também um maior e melhor enriquecimento teórico, arquitetónico e cultural.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Uma vez que o local escolhido trata-se de um vazio urbano, a nossa proposta urbana consiste na renovação do mesmo, criando assim habitações multifamiliares (inseridas num sistema de quarteirão) assentes num design inclusivo e acessível a todas as camadas populacionais, nomeadamente para a terceira idade. Para tal, primeiramente será necessário criar e conjugar duas novas faixas de circulação automóvel a partir das já existentes, em que cada uma detém duas vias de circulação, que permitam o acesso às futuras edificações. Trata-se de duas faixas com alguma dimensão, em que se propõe um passeio generoso de cada um dos lados.

O arranjo viário resultará portanto da necessidade de criação de novos acessos para o terreno a intervir, com o intuito de simplificar a circulação e leitura do espaço envolvente.

No terreno de intervenção desenhar-se-á um corredor expressamente pedonal em que esse traçado será formado pelo alinhamento da cota mais baixa (Rua da Prebenda) á cota mais alta do terreno a intervir, tornando-se assim numa via bastante desejável, visto tratar-se de um traçado com ausência de automóvel ou qualquer outros objetos que possam pôr em perigo os que o frequentam, valorizando assim os piões com mobilidade reduzida. Esse traçado será ladeado pelos novos edifícios e por alguns alinhamentos de árvores. Uma vez que na Rua Simões Dias observaram-se algumas anomalias, esta sofrerá determinadas alterações, tais como o alargamento do perfil viário, o arranjo a nível do pavimento, estacionamento, passeios e alinhamento da mesma em relação á igreja de S. Miguel dando assim uma continuidade á via existente da Rua Gonçalinho. Pretende-se também interligar os vários espaços verdes daquela área, como é o caso do jardim público da St^a. Cristina e o jardim de St^o António, sem esquecer a grande mata pública do Fontelo, e as quintas privadas.

Ao desenvolvermos o novo traçado viário conceberemos os diferentes edifícios multifamiliares em forma de quarteirão, dando assim continuidade ao desenho urbano existente na zona Histórica de Viseu. Introduzir-se-á inclusive o elemento pátio, fator estruturante organizador e qualificador dos edifícios propostos, um motor de vivências, regenerado através da criação de fluxos e dinâmicas urbanas.

A nível da ocupação funcional do novo edificado, são propostas garagens no piso subterrâneo, comércio nos pisos térreos e nos pisos mais elevados do edifício localizam-se as habitações multifamiliares.

No edifício junto á circunvalação, existirá um piso mais elevado para comércio específico (cafés, restaurantes, entre outros), em que o acesso a esse piso será feito por elevadores ou então pelo percurso criado na cobertura no edifício, tendo a particularidade de possuir uma cobertura acessível a todos, em que essa cobertura será favorável nas vistas para o centro histórico de Viseu. Por fim, relativamente á arborização sugerimos manter as árvores existentes e transplantar alguma delas.



I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Um papel do Arquiteto na sociedade contemporânea

Ser arquiteto é mais do que uma profissão, é ser por primazia um criador de formas, um organizador do espaço, é ser consensual com a circunstância, mas ao mesmo tempo concebe-la. É ser um indivíduo ativo, a sua ação é dotada de possibilidades de escolha / seleção. “Antes de arquiteto, o arquiteto é homem, e homem que utiliza a sua profissão como um instrumento em benefício dos outros homens, da sociedade a que pertence” (Távora, 1962/2006 p.74).

Pode-se considerar que na sua ação existe indubitavelmente drama, porque cria circunstância, seja ela positiva ou negativa. Esta tem a possibilidade de ser benéfica ou maléfica, ou seja, as decisões que o arquiteto assuma, não podem ser adotadas com um caráter leviano ou em prol de uma perspectiva dos problemas ou ainda por uma atitude egoísta de satisfação pessoal (Távora, 1962/2006).

A natureza do trabalho do arquiteto passa pelo estudo, idealização, projeto e acompanhamento na construção de edifícios. Projeta edifícios entre outras construções, preocupando-se com o fator estético, com a relação harmoniosa do edifício com meio adjacente e com as técnicas de uma boa construção bem como os critérios de segurança, conforto e funcionalidade (Silva, 2008).

No que respeita aos seus campos de atividade, estes são múltiplos, uma vez que subsistem muitas facetas do espaço organizado (Távora, 1962/2006). No entanto, a sua atividade pode-se dividir em duas fases dissemelhantes, a criativa, em que o projeto é idealizado e esboçado e a fase de gestão e de controlo de operações, sendo imprescindível o exercício de atividade de assistência ou de fiscalização relativamente á execução de uma obra, com o intuito de garantir que o trabalho final seja fidedigno ao projeto (Silva, 2008).

Por norma, os arquitetos têm a necessidade de trabalhar com todo o tipo de indivíduos de diversos campos profissionais, ou seja, com uma equipa multidisciplinar. Detêm um papel importante, quer a nível do tempo que passam nos seus gabinetes de trabalho / ateliers bem como no terreno (Silva, 2008). Eles projetam planeiam e desenham criando formas que deverão resultar num equilíbrio inteligente entre a sua visão pessoal e a circunstância que o circunda (Távora, 1962/2006).

Atualmente, na sociedade em que nos inserimos, o arquiteto tende a alcançar uma dada importância, uma vez que este é um criativo, gere espaços e formas, é responsável pelo espaço organizado e concebe circunstâncias, moldando o terreno face às necessidades e ambições de cada cliente, contribuindo deste modo para o desenvolvimento da cidade.

1.2. Cidade

1.2.1. Quarteirão

“As cidades fascinam ... elas são pedra, aço, ferro, vidro, barro, equipamento, traçado ... são a concentração populacional, têm todo um pulsar de vida e cumprem na plenitude o sentido da noção do ‘habitar’, e essas características tornam-na irremediavelmente associada ao sentido do ‘humano’: cidade, lugar do homem, cidade, obra coletiva, cidade moradia de muitos ... é também sensibilidade ..., é inegavelmente um fenómeno cultural ..., é um misto de percepções, emoções e sentimentos fruto do viver urbano ... é sempre um lugar no tempo ... é um microcosmo que engloba o mundo ... é a definição de uma identidade, de uma feição de ser, é uma cara e um espírito, um corpo e uma alma ... é a cidade” (Pesavento, 2007, pp.11-23).

As cidades definem-se como um agrupamento de indivíduos em que estes não produzem os seus meios de subsistência alimentar. No entanto, as cidades encontram-se sistematicamente em crescimento, estando relacionadas com o progresso dos meios de transporte e armazenamento de bens essenciais para abastecimento de populações cada vez maiores. O crescimento das mesmas depende assim dos meios de transportes e da necessidade de alojar indivíduos, criando-se para tal técnicas de construção em altura, intervindo também autoridades competentes a nível da gestão urbana (Ascher, 2010).

“O que faz com que uma cidade seja uma boa cidade?” (Lynch, 1960/2007, p.7), para responder a esta pergunta é necessário perceber como é que a envolvente do indivíduo, ou seja o espaço em si, se torna relevante na sua atuação diária.

Kevin Lynch (Lynch, 1960/2007) diferencia três níveis de percepção da cidade: a *Imagem física*, respeitante ao que se veria num mapa, e que um técnico, tal como um arquiteto, observa ao olhar para o espaço da cidade; a *Imagem coletiva*, comum a um conjunto de pessoas que usufruem do mesmo tipo de espaço durante um determinado período de tempo, ou até de uma vida inteira e a *Imagem individual*, a que está impregnada de todos os sentidos e que define uma imagem bastante pessoal que cada indivíduo detém da cidade.

Na história da cidade, muitos foram os ensaios feitos em torno do desenho e das formas urbanas. O século XIX foi um século de transição, entre a continuidade da cidade clássico-barroco e o aparecimento de novas morfologias urbanas que foram readaptando a cidade moderna. Foram realizadas diversas alterações nomeadamente ao nível social, necessitando de infraestruturas, equipamentos, habitações e novas exigências espaciais, deixando assim de ser uma cidade delimitada e passando a alastrar-se pelo território (Lamas, 2004).

Deste modo, foram escolhidos para este tema três exemplos que aludem ao auge da complexidade urbanística oitocentista, sendo elas o plano de Paris, Barcelona e de Lisboa. Tanto estas como outras cidades europeias foram submetidas a um novo arranjo espacial, através de novos traçados, praças convergentes, “quarteirões” e malhas reticuladas.

“O quarteirão é um contínuo de edifícios agrupados entre si em anel, ou sistema fechado e separado dos demais; é o espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias e subdivisível em parcelas de cadastro (lotes) para construção de edifícios também um modelo de distribuição de terra por proprietários fundiários. Como é também o modo de agrupar edifícios no espaço delimitado pelo cruzamento de traçados” (Lamas, 2004, p.88).

Tal como refere Lamas, o quarteirão é um sistema bastante antigo, revelando-se como um processo geométrico elementar, “é um instrumento operativo de produção na cidade tradicional”, é um elemento que reúne várias unidades (ruas, edifícios e lotes) constituindo também parte da estrutura urbana e reunindo ligações entre os espaços privados, semipúblico e público. É a partir desse processo elementar que vai adquirindo estatuto na realização da cidade como unidade morfológica. Sendo assim, o quarteirão figura o módulo gerador do traçado urbano da maioria dos centros históricos das cidades europeias. Dependendo das situações, o quarteirão pode adotar volumes, formas e dimensões diferentes, originando dois tipos de traçados distintos: quarteirões com formas irregulares e quarteirões com elementos morfológicos como base geradora do espaço urbano, por repetição e multiplicação (Lamas, 1994/2004).

O desenvolvimento do quarteirão nos finais do século XIX atingiu uma grande importância devido às complexas estruturas de cidades europeias, tais como o quarteirão de Haussmann em Paris, de Cerdà em Barcelona ou Ressano Garcia em Lisboa.



Fig. 1 - Parte do tecido Haussmaniano.

Fonte: Castex; Depaule; Panerai, 1997.

Haussmann, em Paris, modela os espaços urbanos, optando por propor quarteirões com elementos de grande complexidade morfológica, assumindo formas variadas e irregulares (triangulares, poligonais e retangulares) (figura 1). Este plano representa um quarteirão intersticial resultante do traçado viário, apresentando-se com formas irregulares de modo a organizar espaços regulares no tecido urbano, como as praças e as vias, obedecendo a três regras, a circulação fácil, a eliminação da insalubridade e revalorização dos monumentos.

As transformações incidiram sobretudo em cómodos acessos na malha urbana facilitando a trajetória de bairro para bairro, banindo os bairros degradados e criando assim uma cidade com luz, com a ajuda do traçado em avenida – o *boulevard* – que ao mesmo tempo une vários pontos da cidade. No que concerne á estrutura interna do quarteirão, ele organiza-se segundo uma lógica com regras simples, ou seja, o lote é delimitado por elementos perpendiculares à rua, formando uma divisória entre lotes correspondendo à bissetriz do ângulo formado pelas ruas, deste modo, o lote é desenvolvido de modo a evitar parcelas de rua a rua ou demasiadas extensas sobre o plano marginal. No entanto, deve-se ter em conta que o quarteirão Parisiense é algo específico que consistiu em trabalhar sobre uma cidade já existente, tornando-se assim um elemento dotado de grande complexidade interna, funcional e específica, adaptando-se á vida social e á imagem da cidade (Lamas, 2004).

“L’îlot haussmanien continue de fonctionner comme indispensable à la structuration de la ville :comme l’îlot ancien, c’est une unité combinable et la ville se conçoit comme une combinatoire d’îlots. L’îlot haussmanien et l’îlot pré-haussmanien sont, par delà leurs différences, compatibles, et le premier effet de cette compatibilité est de maintenir une rigoureuse continuité du paysage urbain” (Castex; Depaule; Panerai, 1997, p.42).

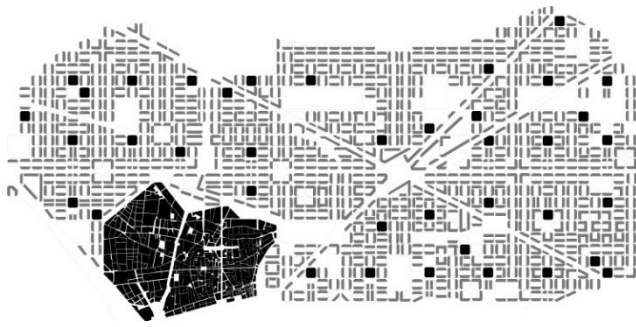


Fig. 2 - Esquema do plano de Cerdà, Barcelona.

Fonte: Xavier, 2008.

Em 1859 é possível observar-se um exemplo de quarteirão como módulo estruturador do plano que é posto em prática pelo plano de Cerdà para a cidade de Barcelona (*o ensanche*) (figura 2) (Lamas, 2004).

Após a destruição das muralhas que abarcavam o centro medieval, o plano consistia em expandir o município a partir da ordenação das quadrículas e quarteirões, sendo proposta uma grelha ortogonal, com quarteirões de 113m de largura e vias de 20m de perfil, onde cada elemento é formado por nove quarteirões inscrevendo-se num quadrado de 400m de lado. Este traçado quadricular é cortado por vias diagonais procriando praças e largos ao longo da metrópole (Lamas, 2004).

O plano em forma de quadrículas de Cerdà é o elemento mais adaptável, na medida em que possibilita soluções diversificadas e em que inicialmente o engenheiro urbanista salvaguardava que os quarteirões não deveriam ser cerrados em todo o seu perímetro pelos edifícios, apontando para a construção de apenas dois edifícios em ambos os lados, adjacentes ou opostos, dando assim origem a espaços livres ou corredores constituídos por vários quarteirões, permitindo baixas densidades de edificações e diversidade modular (Lamas, 2004).

Para a ocupação da malha foram propostas inicialmente duas possibilidades. A primeira concerne à ocupação do quarteirão em apenas dois lados, com edifícios construídos paralelamente, sendo o espaço resultante entre eles preenchido por corredores arborizados. Numa segunda possibilidade, as edificações seriam implantadas em “L”, e com quatro “LL” formando uma praça no encontro de duas vias, em que a rua tradicional é substituída por avenidas arborizadas, sendo que estas soluções permitiram uma enorme diversidade de espaços para a cidade (Lamas, 2004).

Tanto as visões de Haussmann como de Cerdà são ambas contemporâneas, mas bastante divergentes. No primeiro caso, interveio-se de modo a reordenar e readaptar a cidade atual, já no segundo caso, o objetivo principal foi organizar o aumento da cidade, possibilitando a sua expansão além dos limites da antiga muralha e fornecendo alternativas no âmbito do ordenamento das ruas e quadras (Lamas, 2004).



Fig. 3 - Planta parcial de Lisboa em 1897.

Fonte: museu da cidade, 2008.

No decorrer do século XIX, Lisboa sentiu a necessidade de crescer e conceber uma nova imagem de modernidade tentando acompanhar as capitais europeias, interessando também nesta remodelação um investimento imobiliário e a criação de novas áreas residenciais.

Influenciado pelos exemplos de Paris e Barcelona, o engenheiro Frederico Ressano Garcia apreende técnicas, conhecimentos e processos úteis para a concretização do novo plano.

A partir de 1888, dá-se o começo de uma nova expansão, através de vários planos que se articulam entre si. Cada plano pertence a uma zona delimitada pela topografia e pela configuração de um vindouro bairro. As semelhanças de cada plano são ainda hoje visíveis graças ao uso de malhas ortogonais e com quarteirões de diferentes dimensões (Lamas, 2004).

A configuração urbana organiza-se em quatro princípios fundamentais, sendo eles, o traçado, a praça convergente, o quarteirão e a malha reticulada, em que o quarteirão apresenta algumas características tais como as ocupações pontuais, deixando espaços intersticiais de penetração entre duas empenas, fragmentando-se segundo uma lógica geométrica em lotes que podem acolher distintas tipologias habitacionais, em que estas se repartem pelos lotes hierarquizando-se pela importância dos sítios e das ruas, concebendo assim um tecido urbano com discontinuidades ao nível volumétrico e na ocupação do solo (figura 3). O projeto consistiu deste modo na expropriação e divisão dos solos em parcelas para futuras construções. Os quarteirões subdividem-se em seis lotes, em que cada qual é ocupado por um edifício (Lamas, 2004).

“Pode-se dizer que os elementos mais fortes da estrutura urbana foram permanecendo, mas do equilibrado desenho inicial pouco já resta, tantas e tão monstruosas renovações foram executadas” (Lamas, 2004, p.224).

1.2.2. Pátios

“Pátio: Espaço aberto frente a um edifício (pátio de honra) ou compreendido no interior do edifício. Este é lajeado, geralmente rodeado de arcadas, servindo de passeio. Parte de terreno descoberto que, situado no centro de um complexo arquitetônico serve para iluminar e arejar os recintos internos” (Silva; Calado, 2005, p. 279).

A Dictionary of Architecture, descreve este conceito como “... uma área aberta encerrada por paredes ou edifícios, tal como um espaço deixado a descoberto para admissão de luz e ar. ...” (Curl, 1937, p.152). Associada a esta definição são mencionados os pátios de entrada de grandes edifícios ou palácios; as áreas internas ou os pátios de palácios, e ainda os claustros “ ... pátio fechado, anexado a uma igreja monástica ou colegial, que consiste numa galeria coberta muitas vezes a Sul da nave e a Oeste do transepto, em torno de uma área aberta ...” (Curl, 1937, p.152).

Estas definições encaminham-nos para o modo de como o pátio, a sua formalização e inúmeras terminologias emergem associadas ao programa do edifício que o incorpora, quer sejam habitações, mosteiros, igrejas, palácios, entre outros.

Relativamente á habitação urbana, as origens remontam à Antiguidade Oriental (Mesopotâmia, Egipto, civilização Indú e Chinesa), sendo também uma componente comum nas civilizações Gregas e Romanas. Sobretudo as casas gregas e romanas organizavam-se em torno de um pátio no qual se abriam os aposentos, o que simultaneamente possibilitavam que se limitassem as aberturas para o exterior. Este elemento confere um efeito de privacidade e segurança, com caráter introvertido. Isto fez com que no período pós-guerra, o elemento pátio viesse a surgir novamente, como resposta á segurança e privacidade, emergindo como fator de defesa, de rápida execução, economia de esforços e meios, usando-se elementos pré-fabricados (Silveira, 1999).

Schoenauer destaca que “o conceito de casa-pátio foi redescoberto por alguns arquitetos modernos”, elegendo um

“exemplo a seguir tanto no uso do solo como na conservação da energia e na definição hierárquica das ruas, pois proporciona identificação mais íntima com a comunidade residente, e é um modelo urbano compacto que não desperdiça espaço resultando em distâncias pedonais razoáveis e numa densidade adequada a um eficaz sistema de transportes” (Schoenauer, 2000, p.241).

No decorrer do século XVIII e XIX, reinterpretou-se o elemento pátio libertando-o das suas características iniciais através de novas tecnologias de construção, novos materiais, novos hábitos e estilos de vida culturais. Este elemento tornou-se de fácil divulgação, pelo mundo, não só em climas quentes, mas também em ambientes mediterrâneos ou até nórdicos. Estes pátios possuem condições, premissas e tipologias de uma mudança da unidade arquitetónica básica, deixando de ser apenas um edifício isolado para passar a ser parte de um conjunto construtivo onde as premissas se mantêm e se adaptam à época moderna, adquirindo novas qualidades espaciais em conformidade com o mundo exterior, ampliando assim a qualidade de vida das zonas urbanas no que concerne ao espaço privado da habitação e captação de luz, como numa visão mais ampla, propiciando uma forma de habitar mais natural no corpo construído urbano (Neves, 2012).

Tal como já supracitado anteriormente, Haussmann no seu plano, propõe núcleos de quarteirões com espaços privados, ou semiprivados. Por outro lado, Cerdá opta por tornar os pátios em espaço público (Lamas, 2004).

Ao longo da história o elemento pátio adquiriu inúmeras características diferentes a níveis morfológicos, utilizações e apropriações. Dependendo dos períodos, o pátio adapta-se às condicionantes onde se insere tais como sociais, populares e físicas de que são exemplo a cultura, a religião, o clima, a luz, a vegetação e a topografia.

Em suma, António Coelho, refere que

“a capacidade de compactação urbana e de agregação das habitações desenvolvidas em torno de pátios parece ser uma arma, bem atual e interessante, no aprofundamento de uma estratégica densificação urbana, tratando-se de um caminho que não sacrifica as fundamentais privacidades domésticas, e sendo também um caminho claramente associável ao desenvolvimento de tipologias habitacionais intermediárias, entre o unifamiliar e o multifamiliar, numa estimulante transfiguração da ideia da casa-pátio, para soluções ... mutuamente sobrepostas e diversificadamente imbricadas.” (Ariès; Duby, 1991, pp. 303-304 cit. por Coelho, 2010, pp.1-6).

Assim sendo, ao planear-se a cidade, por vezes ocorrem erros por diversos motivos, tais como o aumento da população repentina, as guerras, a situação económica, entre outras. Esse crescimento faz com que as cidades se desenvolvam explosivamente para as periferias, sem ordenamento, ocasionando o despovoamento dos núcleos urbanos, deixando assim para trás infintos vazios urbanos. Desde modo, tornou-se indispensável entender estes vazios urbanos, de modo a estruturá-los e recuperando-os enquanto vazios, ajudando a reviver a cidade.

1.2.3. Vazios urbanos e a sua emergência

Em arquitetura, uma das primeiras definições e reflexões sobre o tema de vazio urbano foi apresentada pelo arquiteto Solá-Morales (1995), que refere que estes espaços são sobretudo áreas esquecidas, abandonadas, vazias da cidade, paradas no tempo e no passado. O que chamou a atenção ao arquiteto para este tipo de espaços foi a visão de alguns fotógrafos no ano de 1970, que se aperceberam da (omni) presença estética deste tipo de espaço dando-lhe uma importância enaltecida com a ajuda da fotografia (figura 4).



Fig. 4 - "Terrain vague" Lille. Novembro 1975 (anos 70).

Fonte: flickr, s.d.

Foi a partir das recolhas fotográficas desses terrenos que Solá-Morales fundamentou ideias e juízos relativamente a estes espaços que começaram ser encarados como objeto de um novo estudo disciplinar e de interesse da sociedade, que desde então não se tinha manifestado perante esse assunto. A fotografia transmite não só as perceções desses espaços, mas também as experiências da passagem do físico para o psíquico, convertendo o veículo das imagens fotográficas, criando um juízo de valor sobre esses lugares. Esses espaços foram deste modo desenvolvidos com a pós-industrialização que se encontra associada à terciarização, tendo permanecido já do tempo das zonas industriais abandonadas, assim como das ferroviárias desativadas e de edifícios abandonados, tal como se pode verificar na figura 5.



Fig. 5 - Ferroviária desativada.

Fonte: ppmbraga, 2012.

Este autor define ainda *Vazio Urbano* em duas palavras francesas: *Terrain Vague*. A palavra “*Terrain*” expressa um carácter sensivelmente mais urbano, uma extensão de solo edificável na cidade. Neste seguimento de ideias, refere-se também a “... extensões maiores, talvez menos precisas; está ligada à ideia física de uma porção de terra na sua condição expectante, potencialmente aproveitável mas já com algum tipo de definição na sua propriedade à qual nós somos alheios” (Solá-Morales, 1995, pp. 122-132). Na segunda expressão, “*Vague*”, esta apresenta diversas interpretações, tais como a ideia de movimento, instabilidade, oscilações e flutuação. *Vague* manifesta também noções de espaços vazios, desocupados, livres, disponíveis e descomprometidos (Solá-Morales, 1995).

Solá-Morales salienta o potencial que estes espaços conferem na ausência de uso e de atividade de vida, que possibilitam liberdade e expectativa sobre o que os mesmos podem trazer de benéfico para as metrópoles. Apesar de estes serem espaços indefinidos e incertos, não transmitem apenas mensagens negativas, pois ao terem um carácter indefinido, faz com que contenham mensagens de mobilidade, tempo livre e de liberdade. Outro dos significados que o autor se refere diz respeito às condições dos espaços na cidade. “São lugares obsoletos nos quais só certos valores residuais parecem manter-se apesar do seu completo desafeto à atividade da cidade. São, em definitivo, lugares exteriores, estranhos, que ficam de fora dos circuitos, das estruturas produtivas” (Solá-Morales, 1995, p.127).

O que caracteriza os *Terrain Vague* é sobretudo a falta de integração eficaz na metrópole, sendo que são considerados como ilhas interiores desprovidas de atividade, espaços esquecidos que permanecem fora do contexto urbano. “São áreas que são simplesmente desabitadas, inseguras e improdutivas ... lugares estranhos ao sistema urbano, ... que aparecem como contraimagem da cidade, tanto no sentido da sua crítica como no sentido da sua alternativa possível” (Solá-Morales, 1995, p.127).

Ao longo dos anos, outros autores debruçaram-se também sobre este tema. Luc Lévesque (2002) publica um artigo intitulado “The ‘*Terrain Vague*’ as material – some observations” abordando os *Terrain Vague* em duas visões opostas. O primeiro aspeto face aos Vazios Urbanos apresenta uma desordem na cidade, denotando uma estagnação económica, chegando por vezes á decadência urbana por não corresponderem ao ideal da cidade. O segundo aspeto encontra-se mais associado às perspetivas de Solá-Morales, que refere que estes espaços têm um grande potencial, como espaço de liberdade numa cidade regularizada. Ambos defendem os “*Terrain Vague*” como espaços para uma eventual apropriação criativa que de outra maneira dificilmente encontrariam o seu lugar na cidade. São lugares que potenciam vivências alternativas á cidade.

Segundo Portas (2000, p.1),

“Vazio urbano é uma expressão com alguma ambiguidade: até porque a terra pode não estar literalmente vazia mas encontrar-se simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios... No sentido mais geral denota áreas encravadas na cidade consolidada, podendo fazer esquecer outros “vazios”, menos valorizáveis, os das periferias incompletas ou fragmentadas, cujo aproveitamento poderá ser decisivo para reurbanizar ou revitalizar essa cidade-outra.”

Para Nuno Portas (2000), vazio urbano é um conceito que gera alguma ambiguidade. A terra pode não estar vazia, mas encontra-se desvalorizada, contudo com potencialidades para futuras utilizações. A modificação dos vazios pode ter impactos positivos, mas também efeitos negativos, se não forem orientados como elementos estratégicos para reestruturação urbana.

Saskia Sassen (2006), refere que os vazios urbanos são espaços esquecidos, semiabandonados, que têm um grande potencial para a cidade. São zonas que se caracterizam mais pela memória do que pelo significado, ajudando bastante os residentes na sua adaptação às constantes transformações das cidades onde residem, coadjuvando a atenuar a construção das infraestruturas que se apoderam da malha urbana; refere ainda que manter alguns desses espaços abandonados, deixará em aberto oportunidades futuras.

A alternativa entre o edificado e vazios urbanos poderá dar lugar a uma variedade de formas e morfologias, criadas através de práticas informais, com a participação dos habitantes, abrangendo intervenções exigentes, mas não impostas, de escala média ou pequena. Em suma a autora refere que os espaços deixados em abandono são zonas com potencialidade de intervenção, com alguma atração para o desenho de espaços públicos monumentais, comercialização, tematização e privatização como se pode verificar na figura 6.



Fig. 6 - Zona da periferia de Viseu com potencialidade de intervenção.

Fonte: do próprio autor, 2012.

Após uma breve reflexão sobre o significado e entendimento dos vazios urbanos, para melhor compreender este conceito é necessário entender a sua origem, ou seja, como e onde aparecem estes vazios urbanos. Este tipo de lugares começaram inicialmente a aparecer em muitas cidades Europeias com a II Guerra Mundial, resultando de centros históricos destruídos e esburacados, sendo que poucos permanecem de pé. É o caso da cidade de Berlim (figura 7), que apesar de ter ficado parcialmente destruída, conseguiram recuperar a cidade a partir dos vazios urbanos, recuperando espaços assolados pelos bombardeamentos, dando origem a vários centros de cada zona. Só recuperando os vários vazios da metrópole é que se obtém uma revitalização por inteiro da mesma (Santos, 2011).



Fig. 7 - Vazios Urbanos originados no centro de Berlim pela II Guerra Mundial.

Fonte: Taringa, s.d.

Hoje em dia, certas cidades aparecem ainda com este tipo de espaços no seu centro. Isto acontece devido à expansão da industrialização, fazendo com que o tecido central urbano ficasse esquecido. Muitas dessas cidades esperam que após a sua recuperação depois da II Guerra Mundial (que durante muito tempo se expandiram para a periferia), sejam criados novos bairros, ficando deste modo no centro das cidades espaços abandonados (Santos, 2011).

Na atualidade, começa-se a olhar para este tema de um modo diferente, notando-se assim a necessidade de recuperar estes centros urbanos, por vezes históricos, trazendo de novo os habitantes de volta a esses centros. Uns anos mais tarde, devido às áreas industrializadas e portos antigos situados no núcleo das cidades portuárias, estes precisavam de se localizar sempre entre a metrópole e a água, para facilitar o escoamento da produção, auxiliando o acesso ao transporte marítimo. Desde então eram criados aterros, progressivamente, para que a metrópole se expandisse em direção ao rio e conseqüentemente as suas indústrias poderem engrandecer, aparecendo novos espaços na cidade (Santos, 2011).

Nos anos 70, as indústrias desapoderaram-se dos centros da cidade, pelo motivo de encerramento, crescimento ou pelo fato de que o espaço que ocupavam tinha um custo acrescido, assim como a necessidade de se colocarem perto das linhas férreas, portos ou nós de acessos de autoestradas, para poderem melhor e com mais rapidez escoar a sua produção. Desde então começaram a aparecer diversas zonas industriais abandonadas, áreas que perderam a sua função, mantendo assim as edificações das antigas indústrias, ficando deste modo paradas no tempo, como um fragmento de história da cidade (Santos, 2011).

Os vazios urbanos na contemporaneidade são normalmente grandes áreas vagas ou vazias, que tão depressa são zonas abandonadas, como de seguida podem-se assumir como um grande potencial para a cidade. Outras áreas encontram-se numa situação provisória, á espera de uma futura funcionalidade. Existem também vazios de interdição, ou seja, são zonas resultantes de distâncias impostas pelo regulamento entre construções, edifícios e infraestruturas, sendo por vezes, são áreas interditas de se construir (Santos, 2011).

O valor da proximidade física na cidade tradicional sobrepunha-se aos valores ainda não conquistados da habitabilidade e da salubridade, resultando assim em espaços compactos sem desperdício de espaço. Em conta partida na conceção das cidades modernas, eram criadas zonas com fins de higienização, naturalização e de recreio (Santos, 2011).

Em síntese, sendo que os vazios urbanos surgem nas cidades, em espaços outrora utilizados e atualmente abandonados, é agora importante entender o porquê de emergirem vazios urbanos em núcleos urbanos exteriores ao espaço urbano consolidado.

1.2.4. Vazios urbanos exteriores ao núcleo urbano consolidado

Os vazios urbanos exteriores ao núcleo urbano consolidado começaram a surgir por volta da década de 80. Estes espaços estão localizados na envolvência da malha urbana, sendo áreas muito recentes que derivam do efeito da expansão desordenada e disseminada das metrópoles, apresentando-se com forte carácter rural. São espaços que mantêm características de paisagem apesar de existirem presentes naquela área inícios de pequenas urbanizações dispersas. São sobretudo áreas fragmentadas pelo edificado ou pela instalação de novas infraestruturas que dividem as mesmas (Santos, 2011).

Hoje em dia, as metrópoles tendem a expandirem-se cada vez mais desordenadamente para as zonas da periferia, em direção aos nós de ligação com o resto da cidade. São assim espaços com carácter ainda rural, mas inseridos já num contexto urbano, constituindo-se como grandes áreas que cresceram ao largo de vias precárias (Santos, 2011).

Segundo o arquiteto Luís Sá e Melo (2007, p.1), estes *Terrain Vague*

“São espaços expectantes, mais ou menos abandonados, mais ou menos delimitados no coração da cidade tradicional, ou mais ou menos indefinidos nas periferias difusas. São manchas de “não-cidade”, espaços ausentes, ignorados ou caídos em desuso, alheios ou sobreviventes a quaisquer sistemas estruturantes do território.”

Ao referenciar este excerto emerge uma noção de urbanismo descontínuo, que não tem em conta o local onde se insere. O crescimento descontínuo da cidade para a periferia faz criar espaços entre a cidade e o campo, dando a ideia de uma “manta de retalhos”, onde a presença da ruralidade continua bem presente (Melo, 2007).

Cristina Cavaco (2007) refere que os vazios exteriores ao núcleo urbano consolidado caracterizam-se como sendo espaços artificiais, mesmo tendo um carácter livre e natural. São neste sentido, um conjunto de espaços vazios contínuo, onde não se consegue distinguir o que é a cidade do que é o campo.

O geógrafo Axel Borsdorf (2003) refere que a disposição das cidades coloniais latino-americanas (figura 8), no período de 1550 a 1820, apresentava uma forma densa. Por volta da década de 1920 os grupos da classe alta começam a arrendar as áreas fora do núcleo urbano, criando novas zonas de atividades industriais, fazendo com que a cidade ganhasse um eixo que articulava a área central á área da periferia.

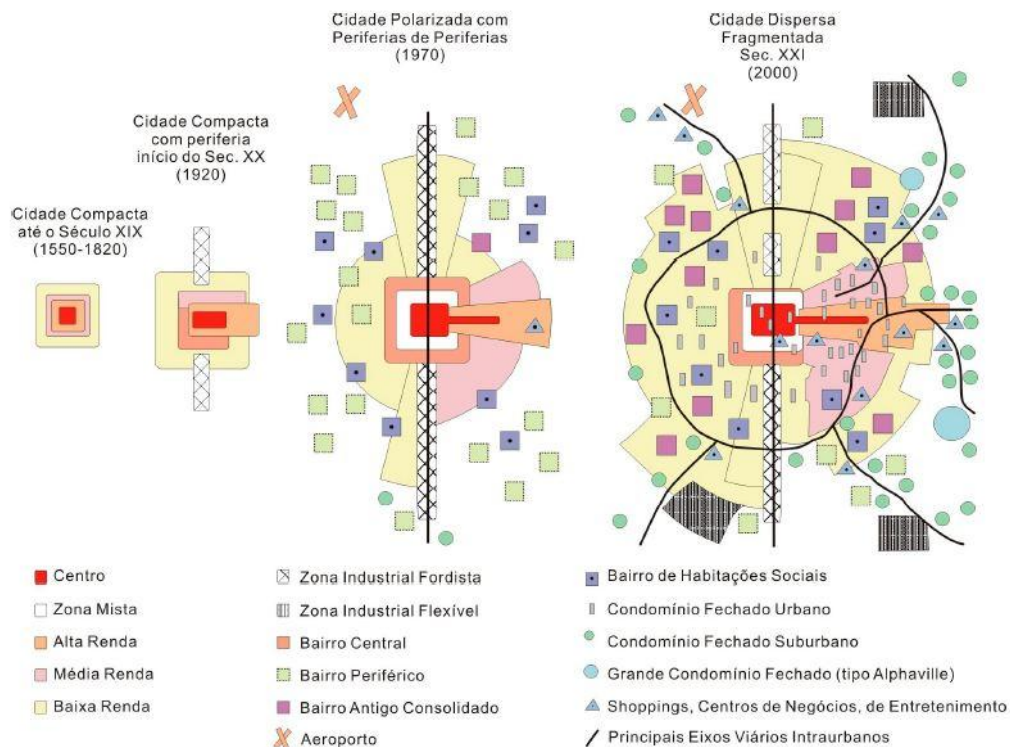


Fig. 8 - Modelo da estrutura e desenvolvimento das cidades Latino-americanas.

Fonte: ub.edu, 2003.

Na década de 1970, com a influência da globalização, começam a aparecer os primeiros condomínios fechados. A partir daí, a expansão urbana expande-se para a periferia, arrastando consigo um vasto grupo de atividades industriais, comerciais e serviços. Estes fatores obrigaram ao aparecimento de novos bairros, infraestruturas públicas e centros urbanos, proporcionando conurbações e dispersando o tecido urbano, fazendo com que áreas centrais históricas fiquem abandonadas. Este crescimento mal projetado, pode ocasionar espaços vazios na malha urbana, fazendo com que essas áreas fiquem ao abandono e desvalorizadas (Borsdorf, 2003).

Em suma, ao falar-se de *Vazios Urbanos* e *Terrain Vague*, não significa, forçosamente, que se aplique a uma área totalmente vazia, nem a nível de memória ou de significado. Aplica-se sim, a zonas aparentemente esquecidas da cidade, presentes fisicamente no interior da malha urbana (onde parece que nada acontece), estando alheios da vida social e económica da cidade. Deste modo, é imperativo referir que se constituem como sendo fragmentos esquecidos no tempo, degradados e abandonados.

Os vazios urbanos nas periferias das cidades (exteriores ao núcleo urbano consolidado) surgem e desenvolvem-se devido á falta de capacidades de resposta da cidade, estando aliados ao facto de não existir um traçado rigoroso perante as entidades competentes, verificando-se assim uma grande quantidade de terrenos que pura e simplesmente a cidade não o aproveita, ignorando assim a presença destes espaços vagos, criando-se habitações de baixa qualidade e espaços de lazer inexistentes. Estas zonas paradas no tempo podem ser encaradas como uma oportunidade de reforço da identidade daquele espaço ou zona, algo relacionado por exemplo com a sua história, ou algo que as pessoas procuram ou necessitam para aquele espaço.

1.2.5. Crescimento da população urbana

Em tempos remotos, mais concretamente há cerca de 2000 anos atrás, a população mundial era apenas de 300 milhões de habitantes, sendo que foram precisos mais de 1600 anos para que este valor se multiplicasse. Com o passar do tempo a população mundial veio a aumentar gradualmente, 4 bilhões em 1974, 5 bilhões em 1987, 6 bilhões em 1999. Os especialistas estimam que estes valores irão aumentar ainda mais mas de forma mais lenta.

Atualmente, segundo o relatório da United Nations Population Fund - UNFPA (2007), sobre a situação da população Mundial de 2007, estima-se que 7 a 8 mil milhões de pessoas habitam o planeta, ou seja, pela primeira vez na história, a população urbana está a crescer três vezes a um nível impetuoso, em que três quartos dessa população serão habitantes da cidade, tal como se pode constatar no gráfico 1.

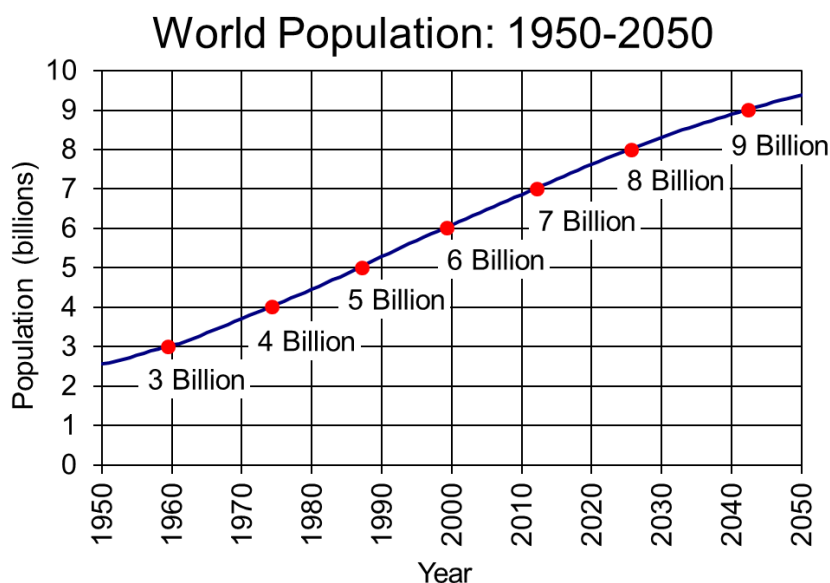


Gráfico 1 - População Mundial.

Fonte: United States Census Bureau, 2012.

Uma das grandes questões atuais que se coloca é até quando é que a terra terá capacidade para sustentar tantos indivíduos. A cada semana há mais de 1,2 milhões de pessoas a viver nas cidades. Em 2008, mais de metade da população mundial, ou seja, 3 mil milhões era urbana. Atualmente Portugal já ultrapassou essa percentagem, mas está aquém da média da Europa, apresentando um valor populacional de 72% (United Nations Population Fund, 2007).

No relatório da UNFPA (2007) indica que existem atualmente 10,7 milhões de pessoas a viver em Portugal. Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Portugal, a população em 31 de Dezembro de 2011 estimava-se em 10 542 398 indivíduos, menos 30 323 indivíduos do que a população estimada para 31 de Dezembro de 2010, originando assim uma taxa de crescimento efetiva negativa de 0,29%. Tal situação espelha o fato de que apesar de a população estar a diminuir desde 2010 é uma realidade que esta tendeu a crescer na última década, mantendo-se a tendência de envelhecimento demográfico. Esse processo é visível na alteração do perfil das pirâmides etárias dos últimos anos, havendo assim um estreitamento na base da mesma, que traduz a diminuição do número de jovens, fruto da baixa natalidade. O fato de a mesma apresentar um alargamento no topo da pirâmide, ilustra um acréscimo da proporção de pessoas idosas, fruto do aumento da esperança de vida (INE, 2013).

Neste seguimento de ideias, de acordo com esta tendência, o índice de envelhecimento aumentou de 103 para 128 idosos por cada 100 jovens, entre o período de 2001 a 2011. Ainda neste período, a proporção de jovens (população dos 0 aos 14 anos de idade) diminuiu de 16,2% para 14,9% da população residente total. A proporção de pessoas em idade ativa (população dos 15 aos 64 anos de idade) também diminuiu de 67,3% para 66,0%, constatando-se simultaneamente o incremento da percentagem de idosos (população com 65 ou mais anos de idade) de 16,6% para 19,0% (INE, 2013).

Em suma, se outrora existia uma reduzida esperança média de vida devido às condições socioeconómicas, políticas, culturais, educacionais e de saúde, o certo é que atualmente, devido aos avanços da medicina, da tecnologia, de novas ideologias e de um país democrático, proporcionou-se um aumento da esperança média de vida, bem como do índice de envelhecimento e consequentemente uma baixa da taxa de mortalidade, fomentando assim um considerável aumento da taxa de natalidade (não tende a evoluir suficientemente devido à crise económico-política e à emancipação da mulher). Deste modo, com esse aumento populacional, surgiu a necessidade de se originarem novos edifícios com vista a agregar toda a população, o que levou ao crescimento das cidades.

No entanto, a partir do momento em que as cidades começaram a crescer a um nível abrupto, tanto se fez como tanto se esqueceu, ou seja, o uso e a importância que os indivíduos detinham sobre as mesmas, começou a ser desvalorizado, fomentando assim a emergência de certos vazios urbanos no centro e periferia das cidades.

1.3. Envelhecimento

1.3.1. O Envelhecimento e o seu processo

“O que é a velhice? Quando é que uma pessoa se torna velha? A idade corresponde ao estado das artérias, do cérebro, do coração, da situação económico-social, do estado civil, do estado de espírito ou, simplesmente, do número de anos? Nada é mais ambíguo, mais impreciso e mais falível. O envelhecimento permaneceu sempre como um fenómeno irreversível, cujo ritmo é comandado por uma infinidade de causas, todas elas com uma característica comum: a de provocarem invariavelmente um drama pessoal sem solução” (Sá, 2005, p.15).

O termo «envelhecimento» é cada vez mais utilizado nos pensamentos quotidianos da população. Esse mesmo termo pode ser analisado em duas grandes perspetivas, o envelhecimento demográfico, que se define pelo aumento da proporção das pessoas idosas na população total (esse aumento consegue-se em detrimento da população jovem, e/ou em detrimento da população em idade ativa) (Serviço de Estudos sobre a População do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, 2002) e o envelhecimento populacional, o processo pelo qual os indivíduos mais velhos se tornam uma parte proporcionalmente maior da população total (United Nations, 2002). Esta última grande perspetiva engloba vários aspetos, tais como as idades, a classe social de pertença, as qualificações e competências, as capacidades, o estado de saúde e as vivências anteriores, ou seja, os indivíduos são classificados em categorias fixas, estatísticas (jovem, ativa e idosa), sendo distribuídos da seguinte forma: até aos 15 anos, dos 15 anos até aos 64 anos, e 65 anos ou mais (Rosa, 2012).

Desde a década de 1980, até aos nossos dias, as mudanças demográficas e societárias foram originadas pelo esgotamento dos êxodos de população rural, resultado da redução da natalidade e do envelhecimento das populações. Outro aspeto a ter em conta foi a forte pressão imigratória e o reforço da função económica das mulheres. Destas mudanças resultaram importantes impactos a nível dos recursos humanos disponíveis, dos mercados e da própria vivência das cidades, com um acentuar da diversidade urbana, o que significa que há uma potencial criatividade, mas também um dualismo social.

Desta forma a população com mais de 65 anos corresponde cada vez mais a uma maior percentagem da população mundial, podendo-se constatar isso no Gráfico 2 (Rosa, 2012).

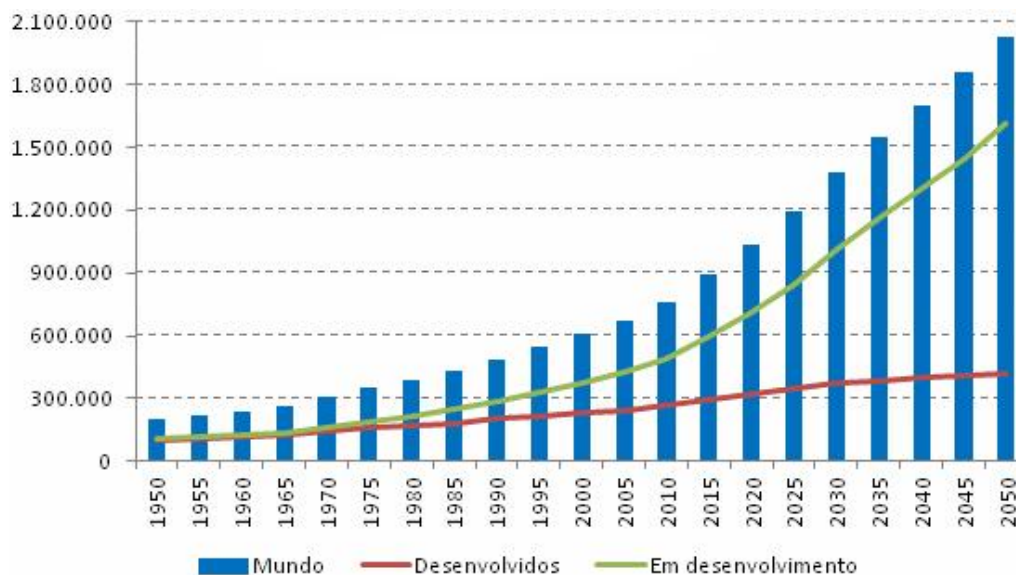


Gráfico 2 - População com 60 anos e mais.

Fonte: Eco Debate, 2012.

Inicialmente, nenhuma entidade dava o devido interesse ao tema do envelhecimento demográfico. Hoje em dia, é um dos grandes assuntos debatidos na sociedade e constitui-se como sendo um alvo propenso ao emergir de grandes danos a nível social, político, financeiro e até cultural. Os agentes políticos têm tentado responder às diversas dificuldades que o envelhecimento da população acarreta, tentando adotar variadas medidas, tais como o incentivo á natalidade. Um dos problemas a nível social é o acréscimo da idade da reforma em função da esperança de vida, causando assim transtornos a nível da sustentabilidade financeira da Segurança Social, entre outros serviços de apoio aos idosos (Rosa, 2012). “Quando é que uma pessoa é considerada idosa?”

“Consideram-se pessoas idosas os homens e as mulheres com idade igual ou superior a 65 anos, idade que em Portugal está associada à idade de reforma. Quanto às designações, são utilizadas indiferentemente, pessoas idosas ou com 65 e mais anos, dado não existir nenhuma norma específica a nível nacional” (Serviço de Estudos sobre a População do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População no âmbito da II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, 2002, p.190).

Quando pronunciamos a palavra envelhecimento, estamos perante duas situações distintas referidas pela autora Maria João Rosa, sendo elas o “envelhecimento individual” e o “envelhecimento coletivo”. O termo “envelhecimento individual” remete para um tempo mais imemorial. Este conceito subdivide-se em duas situações distintas: “envelhecimento cronológico” e “envelhecimento biopsicológico”. O envelhecimento cronológico diz respeito à idade do indivíduo. É um processo natural e irreversível, que faz parte do desenvolvimento do ser humano (Rosa, 2012).

O envelhecimento biopsicológico é um reflexo do envelhecimento cronológico, ou seja, ninguém sabe concretamente quando localizar a marca mais adequada para o significado desse envelhecimento: aos 50 anos, aos 60 anos, aos 70 anos? O problema desta questão resulta de que cada pessoa envelhece de maneira diferente, é um processo individual, depende da pessoa, dos hábitos e dos estilos de vida. Deste modo, cada pessoa vai manifestar sinais de envelhecimento diferenciados ou seja, de indivíduo para indivíduo. Esses primeiros alertas poderão ser notórios, tais como o aparecimento de cabelos brancos, cansaço, perda de memória, audição ou até rugas. A velhice, em certos indivíduos, acarreta problemas negativos, desde um pensamento de morte, à acentuação da ideia de que a velhice é uma última fase da vida humana e a momentos em que desistem dos projetos de futuro Assim, é afirmativo salientar que a idade cronológica possui qualidades indiscutíveis, mas em contra partida a velhice não as tem, pois é um estado que é vivenciado de maneiras diferentes, desde o seu enaltecimento até ao repúdio (Rosa, 2012).

No caso do envelhecimento coletivo, tal como o conceito anterior, este também se subdivide em “envelhecimento demográfico” e “envelhecimento societal”. Quanto ao envelhecimento Societal, corresponde à paralisação de algumas organizações da sociedade, por razões difíceis de compreender, pelos motivos de que uma pessoa idosa é menos produtiva em certos aspetos, menos recetível e mais resistente á mudança tecnológica do que um indivíduo mais novo (Rosa, 2012). Em síntese, podemos constatar que atualmente o fenómeno do envelhecimento é alvo de grande interesse por parte de todas as faixas etárias, bem como tema de grandes e pertinentes debates, sempre com vista a promover uma maior e melhor qualidade de vida para os idosos, da qual Portugal não é exceção.

Para melhor entender o processo de envelhecimento, Regina Simões (1994, cit. por Bins Ely; Dorneles, 2006) cita três aspetos principais, sendo eles socioeconómicos, psicocognitivo e biológico/funcional.

É importante salientar, que as diversas alterações ocorridas no organismo dos idosos podem variar de pessoa para pessoa, conforme as suas condições físicas internas, o meio ambiente no qual está inserida, bem como o seu estilo de vida. Quanto ao aspeto socioeconómico, as transformações mais significativas estão relacionadas à aposentadoria, pois com o desligamento do trabalho há um afastamento de seu círculo social e, muitas vezes, uma redução no poder aquisitivo (Bins Ely; Dorneles, 2006).

Quanto ao aspeto psicocognitivo, ocorrem alterações na inteligência, na memória, aprendizagem e no tempo de reação. Além disso, verifica-se um declínio nas aptidões psicomotoras relacionadas à coordenação, à agilidade mental e aos sentidos, afetando, por exemplo, seu desempenho em testes que exijam execução rápida de ações. No que concerne ao aspeto biológico/funcional são alterações no sistema corporal complexo, como o sistema cardiovascular, pulmonar, músculo-esquelético e etc., ou ainda nos sistemas sensoriais. Como por exemplo, as alterações no sistema cardiovascular tornam o idoso mais suscetível à fadiga, ao risco de queda, e falta de circulação em seus membros, entre outras consequências patológicas (Bins Ely; Dorneles, 2006).

1.3.2. Os fatores do envelhecimento demográfico

De entre os vários fatores explicativos do fenómeno do envelhecimento demográfico, é dada uma ênfase especial a dois, o primeiro é a redução da mortalidade, fruto da contínua melhoria de condições económicas, sociais, habitacionais e de saúde, propiciando assim uma maior longevidade, progressão médica, científica e social. O segundo é a redução da natalidade, que apesar de atualmente existirem mais e melhores condições para as mulheres poderem procriar, está-se a assistir a uma contração económica, resultando num período de crise em que o mais indicado e correto é saber gerir de forma consciente e racional os recursos monetários que se têm, adiando sensivelmente a ânsia e o desejo de um casal ter filhos (Rosa, 2012).

Retrocedendo alguns séculos no tempo, pode-se entender que os portugueses tinham uma esperança média de vida à nascença que rondava os 40 anos de idade. Nos anos 1960, esta já atingia os 60 anos. Hoje em dia, essa esperança média de vida atinge os 76 anos. Neste aspeto a mulher ganha vantagem, visto que atualmente detém uma esperança média de vida à nascença de 82 anos. O fator de redução de natalidade, como já supracitado anteriormente, encontra-se associado ao retardar do projeto de maternidade, que, hoje em dia, em Portugal, se situa próximo dos 29 anos.

Motivo do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, da terciarização da economia, ou até mesmo da urbanização, que ajuda a explicar tais valores (Rosa, 2012).

Tendo em conta que se está a abordar a faixa etária idosa é necessário consciencializar a nossa sociedade para a importância que esta camada populacional apresenta e como tal torna-se imprescindível entender este fenómeno, nomeadamente em Portugal bem como os fatores que propulsionam o envelhecimento demográfico. Não obstante, ao pensar nesta população é inevitável não descurar a pertinência das acessibilidades, quer a nível urbano como a nível habitacional, ou seja, destituir as barreiras físicas e pensar numa cidade inclusiva.

1.3.3. O Caso de Portugal

No ano de 1980, Portugal apresentava uma população com um índice de envelhecimento menor do que os atuais países da UE27. Hoje em dia, é considerado um dos países mais envelhecidos da zona europeia e mesmo do mundo (Rosa, 2012).

O relatório da UNFPA (2007) relata que Portugal, na expectativa de vida ao nascer, entre 2010 e 2015, foi de 77 para 83 anos de idade. Segundo os dados dos resultados definitivos dos Censos 2011 (gráfico 3), a estrutura etária da população veio evidenciar o que já se temia há muito tempo. Como se pode observar, a base da pirâmide etária tem vindo a diminuir, correspondendo à população mais jovem. Em contra partida é verificável que tem vindo a alargar o topo da mesma, correspondente à população idosa.

Analisando ainda o gráfico nº3, pode-se constatar que nos últimos anos, Portugal, no que concerne às várias classes etárias, perdeu população nos grupos etários quinquenários entre os 0-29 anos. A partir dos 30 anos a posição inverte-se verificando-se um acréscimo de 9% da população para o grupo dos 30-69 anos e de 26% para idades superiores a 69 anos.

A categoria etária dos 30 aos 69 anos representava 51% da população que reside em Portugal em 2001, passando a representar 54% em 2011. Nas idades mais avançadas com mais de 70 anos, representavam 11% em 2001, passando a representar 14% em 2011.

Observando o envelhecimento populacional global, constata-se que Portugal é um dos vários países onde se denota este fenómeno, já com bastante incidência. Deste modo, para melhor entendê-lo, será importante analisar os fatores preponderantes para o seu despoletar.

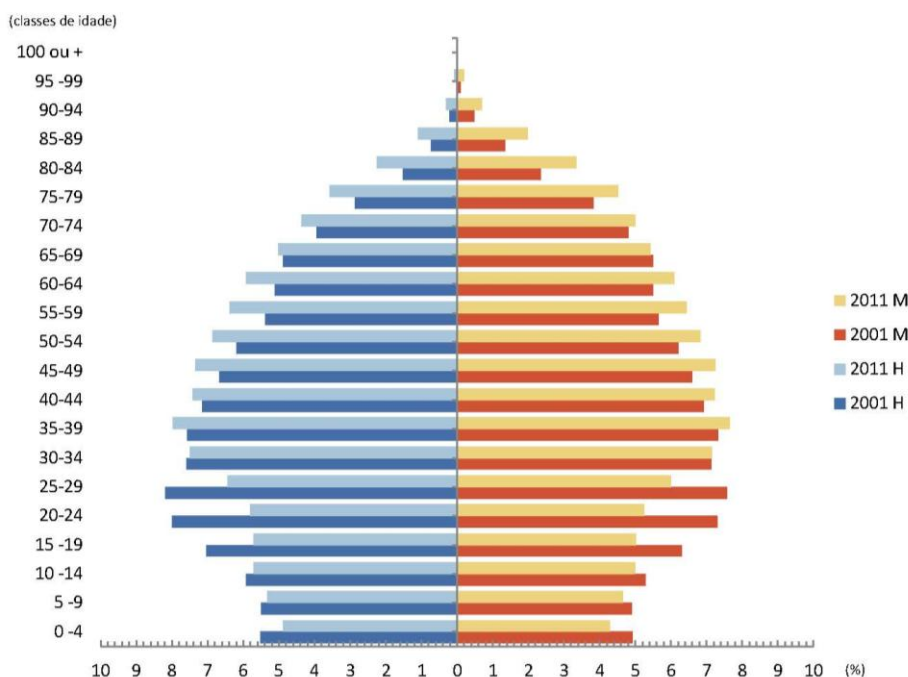


Gráfico 3 - Estrutura etária da população por sexo, 2001 e 2011.

Fonte: INE, 2012.

1.4. Acessibilidades

1.4.1. Conceito de acessibilidade e de acessibilidade espacial

O termo acessibilidade prende-se com o grau de facilidade que qualquer indivíduo pode beneficiar numa determinada zona destituída de constrangimentos. Hoje em dia, o conceito de acessibilidade é uma das grandes preocupações ao determinar a qualidade de um lugar/espço, ou seja, é a interação que há entre a pessoa e o local, é a potencialidade do espaço que vai determinar as oportunidades de interação (Mateus, 2011).

As pessoas com dificuldades motoras nem sempre têm uma vida independente, são obrigados por vezes a isolarem-se numa área de conforto, por norma a sua habitação, sabendo que de algum modo é-lhes complicado deslocarem-se livremente no espaço urbano sem nenhum constrangimento. A acessibilidade deve assim contribuir para a coesão territorial, possibilitando igualdades de acesso a todos os indivíduos às infraestruturas, bens e serviços.

Julienne Hanson refere-se ao conceito “seamless travel”, como a "viagem sem ruturas", em que o utente pode mudar de meio de transporte sem obstáculos e/ou dificuldades no que concerne às questões da acessibilidade. Mais, entende a “deficiência” como uma anomalia da estrutura psicológica, fisiológica ou corporal (Hanson, 2004).

A “Incapacidade” reporta-se a limitações das capacidades resultantes de uma deficiência dentro de uma tarefa considerada normal para o ser humano, sendo que a palavra “Handicap” refere-se á desvantagem que um individuo tem em realizar certas tarefas em relação a um individuo considerado normal, com o mesmo sexo, idade e circunstâncias (Hanson, 2004).

Sintetizando, é notório que ao falar de acessibilidades (idosos e outras camadas populacionais) este é um tema que se prende bastante com as incapacidades dos indivíduos, nomeadamente a nível sensório motor e cognitivo. Neste sentido, torna-se imprescindível abordar as barreiras físicas, nomeadamente a importância de estas serem eliminadas, uma vez que constituem entraves aos indivíduos com poucas capacidades.

A noção de Acessibilidade Espacial refere-se à possibilidade de integração entre as pessoas e os ambientes, sem segregá-las e permitindo que as atividades sejam realizadas com êxito, por todos os diferentes usuários. Garantir a acessibilidade para todos é uma tarefa difícil, pois deve-se abranger as necessidades espaciais de pessoas com diferentes restrições, ou seja, pessoas com limitações em desempenhar atividades devido às suas condições físicas associadas às características dos ambientes (Dischinger; Bins Ely, 2006, cit por Bins Ely; Dorneles, 2006).

Para que os espaços sejam acessíveis, deve-se considerar os quatro componentes da acessibilidade: orientação/informação, deslocamento, uso e comunicação, identificados por Dischinger e Bins Ely (2006): Orientação e informação permitem que um indivíduo possa situar-se e deslocar-se a partir das informações dadas pelo ambiente, sejam elas visuais, sonoras, arquitetónicas, entre outras. O deslocamento corresponde às condições de movimento e livre fluxo que devem ser garantidas pelas características das áreas de circulações, tanto no sentido vertical como no horizontal. A implantação de pisos regulares e antiderrapantes, a presença de corrimãos e patamares em escadas e rampas, presença de faixa de mobiliário fora das áreas de circulação, etc., são exemplos de características que contribuem com este componente.

O uso é o elemento que está direcionado para as atividades e utilização dos equipamentos, mobiliários e objetos dos ambientes, e é garantido a partir de características ergonómicas adequadas aos usuários e de uma configuração espacial que permita ao usuário a sua aproximação e presença, como no caso de mesas para jogos com espaço para cadeiras de rodas.

A comunicação corresponde à fácil interação entre os usuários com o ambiente a partir de terminais de informação computadorizados, para o caso de pessoas com problemas auditivos e de produção linguística.

1.4.2. As necessidades espaciais do idoso

As necessidades espaciais, desenvolvidas do processo de envelhecimento, podem ser supridas a partir de projetos de ambientes adequados, que considere as suas limitações e capacidades. Conforme (Hunt, 1991, cit por Bins Ely; Dorneles, 2006) estas necessidades podem ser classificadas em três categorias: (1) necessidades físicas; (2) necessidades informativas; e (3) necessidades sociais. As necessidades físicas, são as primeiras a serem levadas em consideração, quando se projetam espaços para idosos ou para pessoas com deficiências, visto que estão relacionadas com a saúde física, segurança e conforto dos usuários no ambiente. Deste modo, um ambiente projetado para suprir as necessidades físicas do idoso deve estar livre de obstáculos, ser de fácil manutenção, para evitar acidentes, e respeitar as características biomecânicas e antropométricas da população usuária. Um dos vários exemplos passa pela presença de rampas em circulações com desníveis, o que facilita o deslocamento de idosos com problemas musculares; bem como bancos com encostos, apoios e assentos com altura de no mínimo 45 cm, que diminuem o esforço do idoso ao sentar-se e levantar-se (Bins Ely; Dorneles, 2006).

As necessidades informativas estão relacionadas com o facto de como a informação sobre o meio-ambiente é processada a partir da percepção, que se caracteriza pelo processo de obter ou receber a informação do ambiente; e a cognição, que representa a maneira como a pessoa organiza e relembra a informação recebida do ambiente. Assim, deve-se procurar projetar espaços legíveis e, ainda, estimular todos os sentidos, para que, no caso de haver restrição em algum deles, o ambiente possa suprir a informação através dos demais (Bins Ely; Dorneles, 2006).

As necessidades sociais estão relacionadas com o controle da privacidade e/ou interação social. Deve-se, então, proporcionar um senso de comunidade, onde a vizinhança e a camaradagem ocorram naturalmente, em locais projetados para idosos. (Hunt, 1991, cit por Bins Ely; Dorneles, 2006). Ao suprir as necessidades dos idosos, a existência de um bom projeto de ambientes e equipamentos irá facilitar a realização de atividades com independência e segurança.

1.4.3. Barreiras físicas, design inclusivo



Fig. 9 - Barreira física.

Fonte: Vida sem barreiras, 2007.

Ao pensarmos em barreiras, ou inclusive em barreiras físicas, associamos instintivamente a indivíduos portadores de deficiências (sejam elas psicológicas, fisiológicas ou anatômicas, temporária ou permanente). No entanto, tal afirmação não detém 100% de veracidade, uma vez que em determinados momentos da vida, qualquer pessoa experimentará uma redução das suas capacidades funcionais, que poderão mudar frequentemente sob o impacto de certos acontecimentos, tais como doenças, acidentes, cansaço, envelhecimento, gravidez, entre outros (Monge, 2006).

Neste seguimento de ideias, podemos definir as barreiras como

“... fatores ambientais que, através da sua ausência ou presença, limitam a funcionalidade e provocam a incapacidade. Estes fatores incluem aspetos como um ambiente físico inacessível, falta de tecnologia de apoio apropriada, atitudes negativas das pessoas em relação a incapacidade, bem como serviços, sistemas e políticas inexistentes ou que dificultam o envolvimento de todas as pessoas com uma condição de saúde em todas as áreas da vida” (Grupo Interdisciplinar para uma Cidade Adaptada, 2003-2006, p. 2) (figura 9).

Assim, este conceito remete-nos para a conceção de barreiras arquitetónicas, um dos grandes problemas (dos finais do séc. XX) quer para a sociedade como para a população deficiente. Entendemos portanto que este conceito advém de diversas razões que condicionam a mobilidade do indivíduo deficiente com dificuldades de locomoção. Traduz-se também numa inadequada perspetiva arquitetónica das edificações que assenta em obstáculos de difícil acesso, bem como em impedições e/ou obstáculos físicos que confinam a liberdade de movimentos desses mesmos indivíduos (Gonçalves; Fernandes; Simão, 1998).

Deste modo, podemos encontrar três tipos de barreiras arquitetónicas (barreiras físicas), sendo elas, barreiras arquitetónicas urbanísticas, todas as que as pessoas se deparam nas vias públicas bem como nos espaços públicos (exemplos: pisos a dissemelhantes níveis, obstáculos na via pública jardins e parques inacessíveis e mobiliário urbano mal localizado), barreiras arquitetónicas na edificação, a nível dos acessos exteriores e interiores dos edifícios (exemplos: escadas, corredores, portas constringes, elevadores com portas / cabinas diminutas e casas de banho de exíguas dimensões) (Gonçalves; Fernandes; Simão, 1998).

Barreiras arquitetônicas no transporte, as que residem nos variados meios de transportes (complicações / inacessibilidades de estacionamento e acesso aos transportes privado e coletivos) (Gonçalves; Fernandes; Simão, 1998).

O fato de existirem barreiras, nomeadamente barreiras urbanísticas e arquitetônicas, confere aos indivíduos com incapacidades/mobilidade circunscrita, constrangimentos, na sua maior parte a nível dos acessos aos sistemas e serviços da comunidade.

Se a Constituição da República Portuguesa proclama o princípio da igualdade, o direito à qualidade de vida, à educação, cultura e ciência, à fruição e criação cultural, bem como os direitos dos cidadãos com deficiência, o quadro jurídico nacional no seu artigo n.º 2 do artigo 71.º da Constituição, refere que é competência do estado a obrigação de efetivar a concretização dos direitos dos cidadãos com deficiência, estipulando para tal, ações por parte do estado, em que o mesmo não se pode absolver (Gonçalves; Fernandes; Simão, 1998).

Em 1982, publicou-se o Decreto-Lei n.º 43 que propunha a alteração de certos preceitos do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, que estabelecia normas técnicas no que confere à acessibilidade de ampla aplicação. Neste seguimento, em 1997 emergiu o Decreto-Lei n.º 123/97 que pretendia adotar um conjunto de normas técnicas básicas que visassem a eliminação de barreiras arquitetônicas no meio edificado público (edifícios públicos, equipamentos coletivos e via pública) (Gonçalves; Fernandes; Simão, 1998).

Deste modo, foram estabelecidos sete anos com vista a abolir essas barreiras, mas no entanto, passaram quinze anos sem atuação nitidamente crítica neste contexto. Apenas se conseguiram obter pequenos avanços, uma parcial melhoria global. Este último Decreto-Lei já supracitado anteriormente, despoletou a esperança de se atingir a acessibilidade plena, que embora esta tenha ficado aquém das expectativas, conquistou um grande avanço no campo da cidadania. Este foi, é e será um desafio, que apesar das limitações, problemas e dificuldades, todos nós enquanto cidadãos contribuimos para os seus parcos avanços, mas no entanto, o mesmo detém certas hipóteses de vitória.

Julienne Hanson (2004) aborda a existência de várias barreiras físicas nas cidades, que não foram devidamente consideradas e que causam diversos transtornos para a comunidade no presente e num futuro próximo, como é o caso de muitos edifícios públicos/comerciais, que ainda não se adaptaram por exemplo às cadeiras de rodas. Alguns dos problemas que foram identificados nos centros urbanos a nível de desenho passam pelos difíceis acessos, mudanças de níveis, altos degraus íngremes, entre outras (Hanson, 2004).

Ao abordarmos a temática das barreiras físicas e tudo o que lhe está associado, indiscutivelmente falamos de design, a atividade que racionaliza as formas em utensílios uteis no percurso diário da vida humana. Portanto, ao formalizar-se um edifício ou um objeto comum, é imperativo que seja desenvolvida uma atitude analítica e crítica bem como uma consciência da forma do objeto/edifício que se aspira incrementar (Solà-Morales, 2000).

Articulado ao design, está o design inclusivo,

“... o desenvolvimento de produtos e de ambientes que permitem a utilização por pessoas de todas as capacidades. Tem como principal objetivo contribuir, através da construção do meio, para a não discriminação e inclusão social de todas as pessoas” (Simões, 2006, p. 8).

Este conceito por vezes é confundido com o desenvolvimento de soluções específicas para indivíduos portadores de deficiências. Deste modo, é importante clarificar que os destinatários de soluções inclusivas, ou seja, de um design inclusivo, são todos os indivíduos e não unicamente os que possuem mais dificuldades de interação com o meio envolvente, apesar de estes se encontrarem numa situação mais vulnerável, e portanto sentem maiores e melhores benefícios pela sua implementação, encontrando-se assim integrados numa igualdade de direitos tal como todos os outros cidadãos (Simões, 2006).

Ao centrarmo-nos agora nos indivíduos portadores de incapacidades bem como em pessoas idosas, os designers deveriam projetar de uma forma bem mais inclusiva e acessível. No entanto, quando lhes é pedido tal, não só tendem a projetar para estereótipos mas também enfatizam a função no que concerne a outros valores (Monge, 2006). Estas pessoas, tal como todas as outras, ambicionam produtos que ofereçam função, um uso agradável, dignidade e também que manifestem a sua personalidade.

Assim, é patente a divergência que existe entre os designers e os utilizadores, pois o designer inclusivo é alvo deste problema e enaltece a importância de projetar produtos satisfatórios.

Deste modo, para obtermos um produto bem-sucedido, este primeiramente deve ser funcional (os recursos devem ser adequados de modo a satisfazer as necessidades e as ambições dos usuários pretendidos); utilizável (os produtos têm não só a responsabilidade de serem fáceis de operar, mas também o de serem satisfatórios para os usuários); desejável (um produto pode ser desejável por diversas razões. Entre elas estão uma estética atraente / agradável ao toque, conferindo-lhe um dado status social, fornecendo também um impacto positivo no que diz respeito à qualidade de vida) e viável (o sucesso comercial de um produto pode ser medida através da sua lucratividade).

Para tal, o produto deve ser funcional, útil e desejável, devendo ser entregue ao mercado, no momento adequado e pelo preço certo) (Inclusive Design Toolkit, 2013). Esta teoria pode ser visível através do esquema patente na figura 10.

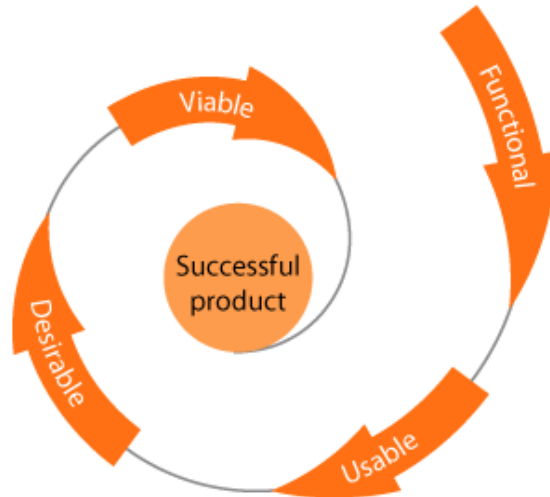


Fig. 10 - Medidas pelo qual um produto pode ser considerado bem-sucedido.

Fonte: inclusive design toolkit, 2013.

1.5. As formas de habitar

1.5.1. Habitar

“... a etimologia latina de habitare, derivado de habere, ter, implica uma identidade entre a pessoa e o mundo. A base do conceito de habitar é, pois, muito ampla, e exprime um sentido de plenitude, de totalidade e de segurança...” (Purini, 1984, pp.126-130). Assim, obtemos a palavra “habitar”, sintetizadora de um efetivo e amplo serviço de habitação, que tem implícito a ideia de espaço de um novo elemento, o homem, que não habita para construir mas sim que constrói para habitar. Deste modo, o espaço atinge significado e valor face á presença do homem, quer seja para acomodá-lo fisicamente como para servir de base para as suas atividades diárias, ou seja, “... a casa é um documento autêntico da vida do homem – documento de pedra e cal ...” (Azevedo,1969/1988, p.13), que permite a identificação do homem com o lugar que origina o habitar, pois ao identificarmo-nos com o lugar, adotamos conhecimentos que se instalam essencialmente no sentir (sentimento de pertença), englobando assim questões cognitivas de dimensão sensorial, que nos são oferecidas pela compreensão do mesmo.

Neste sentido, um indivíduo para poder habitar deve possuir uma habitação, “casa, domicílio, residência. Lugar onde se vive ou mora normalmente, seja apartamento ou moradia ...” (Silva; Calado, 2005, p. 190).

Segundo António Cabrita (1995, pp. 12-17) o conceito de habitar “... será sempre definido em cada lugar e em cada momento pela exploração pelo homem de um conjunto de objetivos, exigências e necessidades que, quando atingidos (as), desempenham em plenitude a ação pressuposta no verbo”.

Assim, no seu entendimento, o **habitar pode ser definido em dois níveis,**

“a) **Ao nível do alojamento** – o habitar é conseguido pela delimitação construída de um espaço que permita ao homem: *a segurança ...; a privacidade ...* (Rapport, 1973, p.115); *compensar insatisfações ...; a inserção cosmogénica ...* (Clavel, 1982, p.33); *estabelecer uma relação dialética “sujeito-objeto” ...* (Rapport, 1973, p.114); *realizar a imagem desejada (ideal) de si ...* (Chombart de Lauwe, 1965, p.98); *expressar uma territorialidade ...* (Rapport, 1973, p.115); *afirmar-se, apropriar-se* (Lefevre, 1968, p.71) ...; *assegurar uma libertação ...* (Chombart de Lauwe, 1979, p.98); *estabelecer relações eficazes e criativas ...; definir uma interioridade ...; desempenhar as atividades com facilidade, flexibilidade e liberdade... .”*

“b) **Ao nível do ambiente próximo ou da vizinhança** – o habitar é conseguido pela existência de um quadro físico e um sistema de interações sociais com ele relacionado que permita ao homem: *ter segurança física e psicológica ...; estabelecer relações sociais comunitárias* (Palmade, 1970, p.98) ... e relações de vizinhança ... (Rapport, 1973, p.115); *ter uma afirmação de autonomia e liberdade* (Ledrut, 1968, p.67) ...; *sentir e expressar âmbitos de territorialidade superiores ao território residencial privado* (Rapport, 1973, p.115); *estabelecer os contatos formativos com a natureza ...; completar a noção de interioridade ...* (Palmade, 1970, p. 98); *exercer uma mobilidade geográfica e social ...; desempenhar as atividades de vida quotidiana”*

Deste modo, é afirmativo que estes dois níveis são de um fácil entendimento e distinção para a população. Traduzem-se em fatores de qualidade, embora ambos detenham a mesma titularidade e objetivos, havendo assim um “... contínuo na satisfação e na resolução projetiva de problemas e necessidades pessoais em fatores de qualidade ...”. Mais, há também interinfluências entre as qualidades constatadas nos dois níveis, afetando-se reciprocamente e provocando rejeições de um dos níveis com refúgio no outro. Este aglomerado de fatores de qualidade referentes aos dois níveis deve ser compreendido numa perspectiva de pressuposição de uma interinfluência sintetizada “numa *inserção da vida social na habitação*, devidamente filtrada, e uma *inserção da vida individual (e familiar) na vida social*, devidamente codificada pelas normas sociais” (Cabrita, 1995, pp. 16-17).

Na perspectiva de Christian Norberg-Schulz (1980), o lugar confere uma grande importância em contexto habitacional, sendo muito mais do que uma localização geográfica e um simples espaço, visto que “The place is the concrete manifestation of man’s dwelling”, asseverando assim que o mundo é um lugar formado por elementos que enviam significados.

Mais, salienta também que o ato de habitar é extremamente mais significativo do que a concepção de abrigo, uma vez que habitar é unívoco de suporte existencial (o objetivo da arquitetura, concedido ao homem não só através da sua conexão com o meio envolvente e percepção, mas também pelo simbolismo).

“When man dwells he is simultaneously located in space and exposed to a certain environmental character. The two psychological functions involved, may be called “orientation” and “identification”. To gain an existential foothold man has to be able to orientate himself; he has to know where he is. But he also has to identify himself with the environment, that is, he has to know how he is a certain place” (Norberg-Schulz, 1980, p. 28).

Norberg-Schulz defende assim a perspectiva de que uma habitação só ganha significado quando habitada pelo homem e de que este detém uma dupla função psicológica, orientar-se e identificar-se face ao contexto em que se insere.

Por outro lado, Heidegger (1954, p. 3) possui outro entendimento no que concerne á temática do habitar, entendendo assim três momentos, “*Bauen*, construir é propriamente habitar”, “*Wohnen*, habitar é o modo como os mortais são e estão sobre a terra” e “no sentido de habitar, construir desdobra-se em duas aceções: construir, entendido como cultivo e o crescimento e construir no sentido de edificar construções”.

“Pensando com atenção nesses três momentos, haveremos de encontrar um aceno e assim poderemos observar que, enquanto não pensarmos que todo o construir é em si mesmo um habitar, não poderemos nem uma só vez questionar de maneira suficiente e muito menos decidir de modo apropriado o que o construir de construções é no seu vigor de essência. Não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos como aqueles que habitam” (Heidegger, 1954, p. 3).

Mais, refere também que as palavras germânicas utilizadas para definir construir, habitar e ser possuem raízes comuns, salientando que “só quando somos capazes de habitar, podemos construir ... habitar é a propriedade básica da existência” (Heidegger, 1954, pp. 145-162). Em suma, a temática da habitação despoleta uma realidade confinada por um passado, presente e futuro, na qual o homem possui uma posição central e detém uma extrema importância visto ser o motivo do pensamento e criação de habitações.

Habitar é assim verdadeiramente uma panóplia de vivências e sensações, é um habitar multissensorial que requer uma harmonia entre o coração, a cabeça, uma volumetria interiorizada e a técnica. É todo um sentir, marcar, apropriar, viver e desenvolver. É um habitar único, pessoal, característico e individual que ao mesmo tempo tem a capacidade de ser harmónico, social, cultural, abrangente, diversificado, natural e entusiasmante.

1.5.2. Habitação multifamiliar

A partir de algumas citações, torna-se possível definir a conceção de habitação multifamiliar: “... um edifício habitacional é usualmente designado de multifamiliar quando está dividido em frações ou quando possui divisões susceptíveis de utilização independente” (Pedro; Paiva, 2004, p.2); “Edifício Multifamiliar: edifício com qualquer número de pisos que compreenda 2 ou mais fogos” (Paiva, 2002, p. 325); “Edifício de habitação concebido para albergar mais do que uma família. Um edifício com vários fogos é um edifício multifamiliar” (Portal da Habitação, 2013, p.1).

Assim, é afirmativo que uma habitação multifamiliar constitui-se como sendo um espaço dotado de diversas casas sobrepostas, que albergam um determinado número de famílias. O espaço é em regime de condomínio, serviços e bens comuns, tais como a circulação (escadas e elevadores), rampas de lixo, estacionamento, áreas verdes e sociais, entre outras. Mais, tem a característica de se poder desenvolver na vertical e na horizontal, sendo determinado pela procura, pelo cliente e pelas características do terreno.

Este tipo de habitação é projetada com o intuito de articular e integrar as demais classes sociais no sistema de planificação urbana bem como aumentar o território, correspondente a um aumento da população urbana. Assim, torna-se possível reduzir o impacto inadequado da expansão das cidades de forma a criar habitações dignas e adequadas para todas as classes sociais.

Neste seguimento de ideias, é possível distinguir dois tipos de edifícios multifamiliares, “em altura/de baixa altura”, (Figura 11, 12), referidos como correntes, típicos, dotados de um grande rigor e precisão a nível de exigências, nomeadamente o controlo da imagem urbana, da pormenorização e do uso dos espaços exteriores contíguos. É aplicada uma metodologia geral, localizada, evolutiva e de melhoramento dos fogos.

Possuem também uma forte presença urbana, conferindo continuidade no que concerne ao nível da forma urbana. Os edifícios multifamiliares “especiais”,

“conjugam, de diversos modos, variados grupos de fogos que poderão recorrer também à metodologia evolutiva. São exemplos deste tipo de multifamiliares as “vilas”, as comunidades de fogos com estrutura e/ou instalações comuns, os agregados habitacionais de alta densidade/baixa altura, e os conjuntos residências com arquitetura intermédia, ou mista, entre o uni e o multifamiliar” (Coelho; Cabrita, 2003, pp.106-111).



Fig. 11 - SAAL - Álvaro Siza
(habitação de baixa altura).

Fonte: archiref, s.d.



Fig. 12 - Unidade habitacional de Marselha – Le Corbusier
(habitação em altura).

Fonte: maisnet, 2001.

Mais, os edifícios “especiais” podem também ser evolutivos, constituindo assim conjuntos urbanísticos, arquitetónicos e construtivos, com grandes capacidades, nomeadamente a nível da imagem urbana, uma vez que consagram uma combinação de vantagens por norma vistas isoladamente em edifícios unifamiliares ou em edifícios multifamiliares. São ainda caracterizados por serem de uma grande variabilidade de sistemas edificados, não só com uma boa articulação com dissemelhantes modalidades de evolução, mas também com uma imagem urbana variada, harmonizada e estritamente residencial (Coelho; Cabrita, 2003).

Ao falarmos de habitações multifamiliares, é perceptível que estas englobam diversos fogos (habitações),

“... conjunto encerrado e com acesso independente formado pelos compartimentos nucleares de cada habitação interligados entre si. Por conjunto encerrado de compartimentos entende-se um conjunto que é confinado por uma envolvente que o separa das outras frações, dos espaços comuns e do ambiente exterior. Por conjunto de compartimentos com acesso independente entende-se um conjunto que é dotado de pelo menos uma saída para os espaços comuns ou para a via pública que não obriga a atravessar outras frações. Por compartimentos nucleares entendem-se compartimentos tais como salas, quartos, cozinha, instalações sanitárias, arrumos, despensa, corredores, vestíbulos e marquises. Por compartimentos interligados entendem-se os compartimentos entre os quais existem vãos que permitem a circulação de pessoas” (Pedro; Paiva, 2004, p.4).

Não obstante,

“o fogo pode incluir também compartimentos destinados a funções lazer/recreio (ex., ginásio, piscina) e trabalho (ex., escritório), se destinados a serem utilizados pelos moradores do fogo e interligados com os compartimentos nucleares. Os espaços de estacionamento, de armazenamento de lenha ou combustíveis, e de comércio e serviços abertos ao público (ex., mercearia, consultório médico, cabeleireiro, escritório, oficina), mesmo que estejam interligados com os compartimentos nucleares, devem ser considerados dependências do fogo” (Pedro; Paiva, 2004, p.4).

Assim, é afirmativo que

“Nestes edificios existem várias possibilidades de expandir os fogos, nomeadamente a sua área útil inicial, com operações tão simples como o fecho de espaços tipo terraços, varandas ou utilizando jardins de inverno como espaço útil da habitação. Existem outros métodos mas são por vezes complicados de realizar, quando os edificios não são à partida projetados com o objetivo de serem evolutivos” (Paiva, 2002, p.225).

“As ações mais frequentes e naturais de extensão de edificios multifamiliares, são geralmente motivadas e facilitadas por boas condições de adaptabilidade no interior dos fogos, determinada por diversos tipos de “neutralidade”: de estrutura organizativa, de fachada, de dimensionamento e configuração de diversos compartimentos bem como de varandas e vãos exteriores” (Paiva, 2002, p.226).

Em síntese, a habitação multifamiliar constitui um, dos vários tipos de habitações existentes no nosso país. São edificios típicos do meio urbano, pautados pela unicidade, simplicidade, estética e rigor construtivo.

1.5.3. Habitação acessível e inclusiva

Pensar numa habitação acessível e inclusiva, remete para a temática da habitação, uma “... unidade na qual se processa a vida de cada indivíduo ou agregado residente no edifício, que compreendo fogo e as respetivas dependências ...” (Pedro; Paiva, 2004, p.4), mais, uma

“unidade delimitada por paredes separadoras, constituída pelos espaços privados nos quais se processa a vida do agregado familiar, tais como a sala, os quartos, a cozinha, as instalações sanitárias, a despensa e as varandas privativas, incluindo, no caso de edifícios em regime de propriedade horizontal, a quota-parte que lhe corresponda das partes comuns do edifício” (Portal da Habitação, 2013, p.1).

Associado a este conceito, está a habitação humanizada, uma conceção de extrema importância para a qualidade pessoal e cultural de vida no mundo (Coelho, 2007), um objetivo primordial de todo e qualquer arquiteto e projetista, que consubstancia algo possível de se observar e viver, quer em infimos bairros como em conjuntos habitacionais urbanos (Coelho, 2007).

Trata-se de não se cingir ao habitar as casas, mas sim de integrar uma relação, espaço privado – espaço público, ou seja, habitação-comunidade, fomentando assim um espaço globalmente seguro, amigável e afetuoso, que seja desenvolvido em continuidade. Assim, a habitação passa a contemplar a rua e a praça, ou seja, os espaços públicos, marcando-os positivamente. Caso tal não se verifique é porque não se está a habitar a cidade e conseqüentemente a originar problemas que mais tarde poderão deter sequelas (Coelho, 2007).

Deste modo é perentório que deve haver um habitar cuidado e humanizado, ou seja,

“O habitar não está limitado só ao habitat, ao universo doméstico ... o conforto este termo franglês que designa ... estar bem num sítio é um objectivo tão pertinente para o habitat como para a escola, a biblioteca, a oficina ou o ginásio ... espera-se ... que a cidade seja habitável ... que o peão encontre mais do que um passeio obstruído para deambular..., que seja um espaço onde o ancião possa dispor de um banco para retomar o fôlego, a criança de um caminho protegido para ir para a escola ou a casa de outros jovens... esta habitabilidade pensada para corpos frágeis não estaria completa se a sua disposição não tivesse em conta a qualidade dos espaços atravessados, sequência de imagens percebidas ao ritmo do caminhar” (Pinson, 2000, p.96).

“... a dialética da Cidade e da Casa é a do todo e das partes. A questão do que surgiu primeiro, na história da Arquitetura, é totalmente irrelevante. Seja como for, as casas fazem parte da cidade, que totaliza o seu sentido... Em qualquer casa, no entanto, há uma certa vocação de cidade. Não é concebível uma casa isolada. Fisicamente pode ser; economicamente, não... Se a casa não é peça de cidade e subsiste .. a casa é a cidade... Peça de cidade ou pequena cidade em si mesma, cidadela, a casa traz consigo a qualidade urbana. E a Arquitetura, através da casa, urbaniza a paisagem... A cidade, como diz Alberti, é uma casa grande” (Arnau, 2000, pp.20-26).

Neste seguimento de ideias, fala-se de habitação acessível, ou seja, da precisão em adequar as casas face às necessidades dos moradores. No entanto, esta compreende uma acessibilidade quer a nível habitacional como da sua envolvente, ou seja, desde a rua aos acessos nos edifícios. Para tal, é necessária uma boa estruturação, nomeadamente de toda a malha viária que a serve, havendo assim uma continuidade e unificação do espaço urbano que se deve relacionar “com o quadro edificado que as acolhe” (Duplay, C.; Duplay, M., 1985, p.350).

Deste modo, ao serem construídos edifícios acessíveis é imprescindível ter em conta as exigências legais. Assim, o Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto vem estabelecer o conjunto de normas técnicas de acessibilidades a cumprir nos edifícios de habitação, em espaços comuns bem como na área privativa do fogo, mas que no entanto não apresenta um carácter global de aplicação a todos os edifícios de habitação e a todas as partes de cada edifício, uma vez que este diploma estabelece uma diferença notória relativamente aos edifícios novos, aos já existentes, aos espaços comuns e à área privativa do fogo de habitação (Simões, *et al*, 2010).

Não obstante, as obrigações legais neste âmbito encontram-se estipuladas na Constituição da República Portuguesa são também deveras importantes, pois havendo falta de acessibilidade no parque habitacional, estar-se-á a prejudicar o princípio da igualdade (artigo 13.º), o direito à habitação e urbanismo (artigo 65º), a “dignidade da pessoa humana” (artigo 1º), “o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses” (artigo 9º), “o direito ao desenvolvimento da personalidade” (artigo 26º) e o direito das pessoas idosas “a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social” (artigo 72º) (Simões, *et al*, 2010, pp.18-21).

Assim, ao fomentar a acessibilidade em contexto habitacional, pretende-se “assegurar um nível mínimo de acessibilidade em todos os novos edifícios habitacionais e habitações” e “apoiar a adaptação de habitações existentes cujos moradores tenham necessidades especiais de acessibilidade”.

Para tal poder ser alcançado com sucesso, é necessário adotar sete estratégias integradas, sendo elas “criar e rever a legislação; realizar ações de sensibilização; promover a formação académica; informar o meio técnico; promover a investigação; fomentar a participação e assegurar a aplicação” (Pedro, 2003, p.10).

Neste sentido, é também importante entender que este conceito de habitação acessível é baseado em três princípios, a visitabilidade (habitação criada com o intuito de poder ser visitada com autonomia por pessoas de mobilidade condicionada, sem ter de criar quaisquer adaptações), o uso universal (elementos e espaços constituintes da habitação com dever de acessibilidade e de utilização pelo maior número de indivíduos, desprovida de necessidade de criação de adaptações) e adaptabilidade (determinadas condições de acessibilidade que não possam ser incrementadas através de estratégias universais devem ser desenvolvidas através de operações de adaptação) (Pedro, 2003).

Estes mesmos princípios constituem também as características essenciais de uma habitação acessível, mas em três níveis de prioridade, o primeiro, respeitante a uma habitação visitável, que engloba as zonas de circulação e a sala; o segundo, correspondente a uma habitação parcialmente acessível, abarca uma instalação sanitária completa, a cozinha e um quarto e por fim o terceiro nível, associado a uma habitação totalmente acessível, respetivos aos restantes quartos e às instalações sanitárias (Pedro, 2003).

Atualmente ter uma habitação acessível, não pressupõe que seja mais cara do que uma habitação corrente e muito menos que pareça diferente das demais, pois são em tudo semelhantes a um edifício dotado de acesso público. Promover este conceito e temática torna-se cada vez mais pertinente, na medida em que se constitui como um benefício para todos os indivíduos, assegurando assim que seja um direito constitucional, uma forma de contribuir para a integração, para assegurar a participação e por ser uma medida económica vantajosa (Pedro, 2003).

Interligado com a habitação acessível, está a habitação inclusiva, essencialmente humanizadora, que pretende assegurar a igualdade de oportunidades no acesso à habitação, criando novos espaços, equipamentos, funcionalidades e tecnologias que permitam ajudar os indivíduos a integrarem-se mais facilmente no seu universo de vida, usufruindo assim de melhores condições de conforto, vigilância e comunicação (Simões; *et al*, 2010).

Deste modo, uma habitação inclusiva compreende essencialmente quatro conceitos, sendo eles “*accessible design*” (cumprimento mínimo de normas de acessibilidade e de equabilidade), “*visitability*” (eliminação de três barreiras essenciais, degraus; corredores e portas estreitas e uma casa de banho inacessível no andar de acesso ao exterior), “*adaptability*” (recursos que sustentam atualizações simples e de diminuto custo para melhorar as condições de acesso no futuro) e “*lifespan design*” (gama de recursos adaptativos que auxiliam a segurança e a prevenção de quedas, entre outros) (Maisel, 2010, cit. por Martin; *et al*, 2012).

Antigamente a percepção e importância que a sociedade detinha sobre as questões da acessibilidade às habitações era parca, pois não tinham consciência dos constrangimentos que a inacessibilidade conferia a bastantes indivíduos. Assim, as pessoas que não conseguissem utilizar os equipamentos e serviços tal como toda a comunidade sofriam de alguma incapacidade, não sendo postas em causa as “incapacidades” e constrangimentos do meio já erigido (Simões; *et al*, 2010).

Com o passar dos tempos, esta realidade tendeu a alterar-se positivamente, em grande parte devido às pessoas portadoras de deficiência motora, que a partir do término dos anos sessenta começaram a interrogar-se sobre o porquê desta situação. Deste modo, começou a emergir uma tomada de consciência por parte destas pessoas, de que tinham direito ao usufruto das cidades e edifícios de uma forma autónoma, tal como o resto da sociedade.

Foi a partir desta altura que surgiram os discursos sobre a acessibilidade, inicialmente na perspetiva de direito de acesso, e atualmente com um novo entendimento da adequação do meio edificado às necessidades humanas, o design universal,

“ ... o meio construído deve ser projetado para todas as pessoas, independentemente das suas capacidades, põe a ênfase na diversidade humana e procura soluções que beneficiem simultaneamente as pessoas com deficiência e a população em geral ... apresenta uma maior capacidade integradora das soluções propostas quer ao nível económico, quer ao nível da sua aceitação social” (Simões; *et al*, p.8).

e o design inclusivo

“procura encontrar soluções que beneficiem a população em geral, dando contudo especial atenção àqueles segmentos da população que se encontram discriminados ... não devem existir pessoas excluídas do acesso à sua própria habitação ou às daqueles que integram a sua rede social, pelo fato de terem uma deficiência, ou devido a um processo natural de envelhecimento ...” (Simões; *et al*, p.8).

Em suma, a acessibilidade e a inclusão são dois conceitos que se encontram estreitamente interligados, nomeadamente num contexto habitacional, em que é necessário que haja acessibilidade para todos os indivíduos, adequando as casas face ao perfil e necessidade de cada pessoa, e inclusão, ou seja, globalizar e humanizar o direito de acessibilidade á habitação, promovendo assim a inclusão e coesão social.

1.5.4. Importância da habitação multifamiliar para a terceira idade

Sendo a terceira idade uma faixa etária mais vulnerável e de grande importância para a sociedade uma vez que constitui uma temática bastante pertinente para os dias de hoje, torna-se fulcral a adequação (de um modo eficiente e eficaz) de habitações para esta camada populacional, privilegiando o fator da acessibilidade e da inclusão.

Deste modo, falamos em envelhecimento ativo, “... o processo de otimização de condições de saúde, participação e segurança, de modo a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” (Organização Mundial de Saúde, 2009b, p.5).

Assim, para conseguirmos obter uma

“cidade amiga das pessoas idosas, as políticas, os serviços, os cenários e as estruturas apoiam as pessoas e permitem-lhes envelhecer ativamente ao reconhecer que as pessoas mais velhas representam um alargado leque de capacidades e recursos; antecipar e dar respostas flexíveis às necessidades e preferências relacionadas com o envelhecimento; respeitar as suas decisões e escolhas de estilo de vida; proteger os mais vulneráveis e promover a sua inclusão e contribuição em todos os aspetos da vida comunitária” (figura 13) (Organização Mundial de Saúde, 2009b, p.5).

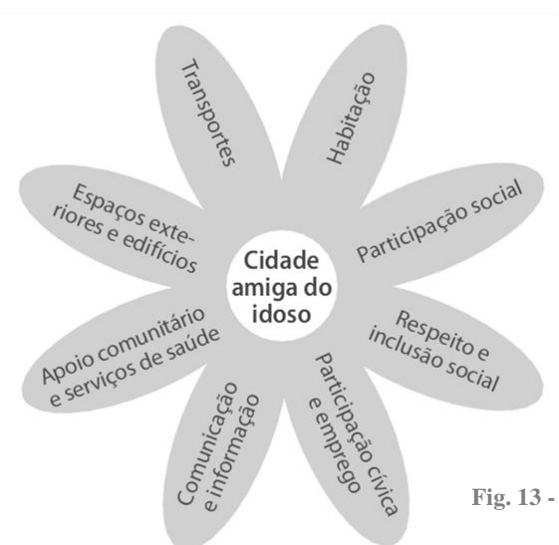


Fig. 13 - Áreas a considerar numa cidade amiga do idoso.

Fonte: Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, 2009.

Decorrente do envelhecimento ativo, está associado o conceito de qualidade de vida, “percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL Group, 1994, p.28). No entanto, apesar de esta ser uma definição suficientemente subjetiva quer a nível individual como social, é destacada a importância de zelarmos pelos idosos quer profissional como socialmente, encarando-os e aceitando-os como seres de direito que são, estando os seus direitos contemplados na Constituição da República Portuguesa, “As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social” (art.72º, nº1, p.4654). Tais direitos devem ter-se em conta independentemente da sua situação física, psicológica, comunitária e social.

Neste seguimento de ideias manter a qualidade de vida na pessoa idosa, implica que as pessoas de um modo geral as observem e as encarem como indivíduos que continuem a deter poder em si próprios bem como na sua vontade, conscientes da sua forma e capacidade física.

Quer o conceito de envelhecimento ativo como o da qualidade de vida na velhice são determinantes para se poder entender a importância que a habitação multifamiliar detém nesta camada populacional. Habitar num edifício multifamiliar é uma mais-valia para as pessoas idosas nomeadamente a nível interno (habitação) pois beneficia os idosos em termos de serviços básicos (destituídos de barreiras arquitetónicas e com a acessibilidade adequada), de projeto (habitações erigidas com materiais apropriados e adequados, com uma boa estrutura, com espaço suficiente que permita que os idosos se possam movimentar livremente, com os devidos equipamentos de proteção contra as condições atmosféricas, com adaptabilidade, superfícies planas, passagens razoavelmente amplas para cadeira de rodas, casas de banho e cozinhas com disposição ajustada), de modificações (há a possibilidade de ser modificada de acordo com as necessidades dos idosos, sendo que estas alterações apresentam um custo economicamente acessível mas também é disponibilizada assistência financeira para tal e o equipamento necessário encontra-se imediatamente disponível), de manutenção (estes serviços são economicamente acessíveis aos idosos) e de poderem envelhecer em casa (habitações relativamente próximas de serviços com preços acessíveis e infraestruturas) (Organização Mundial de Saúde, 2009b).

Em suma, apesar de existirem diversos tipos de habitações, a habitação multifamiliar confere bastantes qualidades nomeadamente um íntegro envelhecimento ativo e qualidade de vida na velhice, fomentado pelos diversos benefícios a nível do espaço interno.

“Não devemos limitar-nos a pensar em tudo aquilo que a pessoa já não pode fazer; há muito que ainda pode fazer e é recomendável que o faça. As respostas arquitetónicas podem orientar-se no sentido de acentuar e estimular as aptidões que ainda possui o indivíduo, gerar espaços que lhe permitam, de um modo “seguro” pôr em jogo todas suas capacidades” (Frank, 2003, p.40).

1.5.5. Envelhecer no espaço público e privado

Sendo o envelhecimento “ ... um processo complexo em que intervêm factores biológicos, sócio-económicos e culturais num sistema de relações entre indivíduos, sociedade e meio ambiente” (Camacho, 1991, p.16), “um processo biológico, concetualizado culturalmente, socialmente construído e conjunturalmente definido” (Lima, 1988, p.149), pode-se asseverar que existem dissemelhantes formas de se envelhecer bem como de ser-se idoso, remetendo assim para a imagem de padrões de envelhecimento, ou seja, de um conjunto de modificações que podem ser observadas e que se encontram associadas com o avançar da idade. Deste modo, tornou-se necessário e pertinente repensar a velhice de forma a salientar as suas virtudes, potencialidades e características de forma a promover uma longevidade saudável nos idosos. Assim, atualmente, com o desenvolvimento tecnológico alcançado na área da saúde, há a possibilidade de atenuar os efeitos do envelhecimento através de técnicas de prevenção bem como de melhores estilos de vida com o intuito de poder viver um envelhecimento ativo e deter qualidade de vida na velhice, quer seja no espaço público como no espaço privado.

Relativamente ao espaço público, este é

“un concepto jurídico (pero no únicamente): un espacio sometido a una regulación específica por parte de la administración pública, propietaria o que posee la facultad del dominio sobre el suelo y que garantiza la accesibilidad a todos y fija las condiciones de utilización y de instalación de actividades. El espacio público moderno resulta de la separación formal (legal) entre la propiedad privada urbana (expresada en el catastro y vinculada generalmente al derecho a edificar) y la propiedad pública (o dominio público por subrogación normativa o por adquisición de derechos por medio de la cesión), que normalmente supone reservar este suelo libre de construcción (excepto equipamientos colectivos, infraestructuras de movilidad, actividades culturales y a veces comerciales, referentes simbólicos monumentales, etcétera) ... también tiene una dimensión sociocultural ... Es un lugar de relación y de identificación, de contacto entre las personas, de animación urbana, y a veces de expresión comunitaria” (Borja; Muxí, 2003, p. 27).

“O espaço público de uma cidade é formado pelo sistema de espaços públicos livres (ruas, praças, jardins, parques, praias, rios, mar) e pelos elementos morfológicos que são visíveis a partir destes espaços. Engloba por um lado, aquilo a que chamamos paisagem urbana, e por outro, as fachadas que formam uma interface entre espaço público e privado”(Remesar, 2005, p.22).

Mais,

“El espacio público supone pues dominio público, uso social colectivo y multifuncionalidad. Se caracteriza físicamente por su accesibilidad, lo que le hace un factor de centralidad. La calidad del espacio público se podrá evaluar sobre todo por la intensidad y la calidad de las relaciones sociales que facilita, por su fuerza mezcladora de grupos y comportamientos; por su capacidad de estimular la identificación simbólica, la expresión y la integración culturales. Por ello es conveniente que el espacio público tenga algunas calidades formales como la continuidad en el espacio urbano y la facultad ordenadora del mismo, la generosidad de sus formas, de su diseño y de sus materiales y la adaptabilidad a usos diversos a través del tiempo ...” (Borja; Muxí, 2003, p.28).

Assim, envelhecer no espaço público remete para a existência e importância de espaços de encontro, circulação (largos, praças, ruas e avenidas), de lazer, recreio, entretenimento (natureza, espaços verdes) e contemplação (jardins, parques, miradouros, panoramas), de transporte, canal e estacionamento (estações, paragens, interfaces, vias-férreas, autoestradas, ‘parking’, silos), de saudade, arqueologia, memoriais (cemitérios, industrial, agrícola, serviços, espaços monumentais), de semi-interiores (mercados, centros comerciais, arcadas), de semi-exteiores (mercados levante, quiosques, toldos) e de edifícios, equipamentos e sistemas (adros, passagens, galerias, pátios, culturais, desportivos, religiosos, infantis, iluminações, mobiliário, comunicação, arte) (Brandão, 2008).

O espaço público favorece ainda esta faixa etária a nível do ambiente (cidades tendencialmente limpas, cumpridoras de leis), dos espaços verdes e vias pedonais (bem cuidados, seguros, com o adequado abrigo, instalações sanitárias e bancos acessíveis e vias pedonais desobstruídas com superfícies lisas), da integração na comunidade (os projetos das habitações fomentam a integração constante dos idosos na comunidade, nomeadamente na vizinhança), dos passeios (cuidados, lisos, antiderrapantes, razoavelmente largos, destituídos de obstáculos de forma a permitir a circulação), rodovias (com passadeiras apropriadas para peões, antiderrapantes), tráfego (cumprimento rigoroso de regras de trânsito), segurança (uma prioridade com dever de promoção), serviços (reunidos, situados relativamente próximos das habitações dos idosos e com facilidade de serem frequentados pelos mesmos), casas de banho públicas (asseadas, acessíveis, sinalizadas e localizadas convenientemente), tal como se pode verificar nas figuras 14, 15, 16 e 17 (Organização Mundial de Saúde, 2009b).



Fig. 14 - Rampa e escada associadas.

Fonte: Dorneles; Bins Ely, 2006.

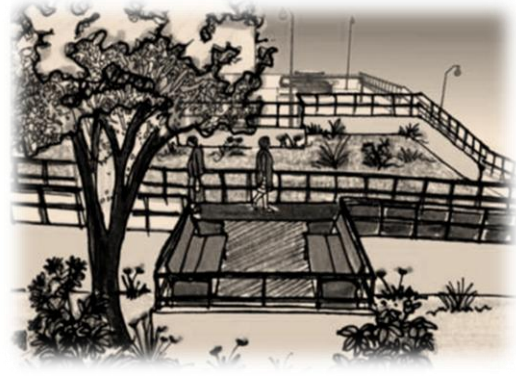


Fig. 15 - Patamar alargado, com bancos para descanso.

Fonte: Dorneles; Bins Ely, 2006.



Fig.16 - Passadeira elevada com semáforo para pedestres.

Fonte: Dorneles; Bins Ely, 2006.



Fig. 17 - Área de estar que possibilita a aproximação de idosos em cadeira de rodas.

Fonte: Dorneles; Bins Ely, 2006.

Deste modo, entende-se que envelhecer no espaço público é ter direito a poder usufruir de todos os elementos, serviços equipamentos e espaços, quer a nível morfológico, como funcional, social e ambiental.

No entanto, é de destacar o papel e importância da unidade de vizinhança, a área dentro das proximidades da habitação, que reúne as instalações de interesse geral e todas as condições exigidas pela família média, para o seu conforto e desenvolvimento conveniente. ... da satisfação física destas exigências surgiu ... a forma básica da unidade de vizinhança, atualmente conhecida. Esta assenta num certo número de elementos e princípios” (Perry, 1929, pp. 34-43 cit. por Cardoso, 1958, p.13), conceito introduzido inicialmente por Clarence Perry em 1929, nos EUA, nos primórdios do século XX, defendendo que os principais equipamentos se deveriam localizar relativamente próximos das habitações, designando o terreno de «the family neighbourhood» (figura 18), visto considerar que a vida social se expande devido ao uso dos serviços comuns, à sua organização e estrutura.

Sustenta também a ideia de que a escola é uma componente essencial da educação pública, estabelecendo este conceito de unidade de vizinhança em redor da escola. Para tal, defende certos princípios urbanísticos, tais como o fato de haver uma dimensão entre 5000 e 9000 habitantes de modo a viabilizar a existência de uma escola no centro com o intuito de estas puderem caminhar em segurança, afastadas do trânsito; colocar as principais vias de trânsito na periferia bem como o comércio, circundando assim a vizinhança; projetar as ruas interiores de modo a possuírem uma hierarquia inferior com o objetivo de evitar o trânsito de cruzamento; empregar 10% ou mais da área da unidade de vizinhança para a criação de jardins e espaços livres de forma a incentivar o convívio e a diversão (Perry, 1929, cit. por Cardoso, 1958).



Fig. 18 - Diagrama de "Unidade de Vizinhança".

Fonte: Louro, 2011.

Segundo Lamas (2004, p.318), a unidade de vizinhança é uma "... área na qual os residentes se conhecem pessoalmente e têm o hábito de se visitar, trocar objetos ou serviços e realizar coisas em conjunto" pois fomenta a integração social, a interação, a manutenção de vínculos de amizade e de relacionamento social tendentes a um processo de envelhecimento harmonioso, combatendo assim a solidão e exclusão social, pois "... conversar e compartilhar verdadeiros interesses ou problemas, perdas, alegrias, viagens, entre outros, é um verdadeiro antídoto para o sentimento de solidão tão temido nesta etapa que todos representam como solitária e de dependência" (Verdi, 2010, p.5). O contexto social e comunitário é portanto de bastante pertinência, uma vez que o envelhecimento é influenciado por esses contextos em que os idosos envelhecem.

Não obstante, é de evidenciar também a pertinência dos espaços públicos não lineares para a camada populacional idosa, visto serem locais onde decorrem atividades de socialização, ainda que de um modo casual uma vez que os indivíduos apenas os utilizam quotidianamente. Neste seguimento de ideias, Gehl e Gemzøe (2000) defendem que os espaços públicos não lineares devem ser entendidos em duas perspetivas, a espacial (diferenciar estes espaços enquanto fruto de consecutivas intervenções na cidade, por norma planeadas ou resultado de um ato voluntário) e a coletiva (respeitante á vida urbana, em que estes espaços, nomeadamente os mais recentes, se associam com base na forma, dimensão, uso e atividades que neles se incrementam).

Neste seguimento de ideias, Kevin Lynch (1981, p.436) afirma que

“ ... a localização dos espaços públicos não lineares no território obedece a duas formas distintas. A primeira coloca os espaços públicos não lineares numa forma concentrada e contínua pelo território; enquanto a segunda torna o espaço acessível a todos, subdivide-o em pequenas frações, dispondo-o de forma dispersa no território”.

Portanto, para Lynch (1981) os espaços públicos não lineares são organizados de acordo com seis tipos diferentes, enfatizando três tipos, as praças e largos que tem como primordial objetivo proporcionar o bem-estar dos indivíduos, sendo que o mobiliário e equipamento urbano torna-se imprescindível não só para aliciarem a população mas também para poderem garantir conforto no espaço público; os parques urbanos, inseridos no tecido urbano, destinados também a atividades de recreio e lazer, embora com dimensões inferiores (tamanho e atividades realizadas) aos parques regionais e os parques lineares, que se assemelham aos meios com características rurais pelo seu movimento e passeio, tendo a possibilidade de integrar a deslocação quer a nível pedonal como por meio de outro tipo de transporte.

Envelhecer é um processo que ocorre também em espaço privado, ou seja, no seio das habitações, mais concretamente no espaço doméstico “um espaço íntimo de interações quotidianas” (Cunca, 2006, p.22), que “é por excelência um território propício à fusão de atividades, pois desde sempre que nele confluíram vários níveis de atuação” (Cunca, 2006, p.21). É portanto um local íntimo e pessoal que comporta um aglomerado de vivências, memórias, experiências, aspirações e concretizações tendo sempre por base os valores pessoais, sociais e culturais bem como identidades individuais e familiares. Mais, é um espaço em que o seu conteúdo acaba por ser uma extensão da personalidade de cada pessoa, espelhando os seus gostos, preferências e necessidades.

Associado ao espaço privado, surge o conceito “aging in place”, ou seja, envelhecer em casa, “a política emergente que focaliza a sua discussão na compreensão das mudanças que ocorrem no envelhecimento e no seu ambiente envolvente, elegendo a manutenção da pessoa no seu meio natural como meio preferencial de vida” (Pynoos; Caraviello; Cicero, 2009, pp.26-32 cit. por Martin; *et al*, 2012, p.179). Este é um conceito pautado pela multidimensionalidade e complexidade, abarcando diversas circunstâncias, tais como a conjuntura sócio-económica dos idosos, as suas opções, o tecido comunitário, a dinâmica cultural, o tipo de serviços e cuidados disponíveis, a sua organização, condições de habitabilidade essenciais e progressivas, entre outras (Martin; *et al*, 2012).

“Aging in place” adota portanto padrões de bem-estar, de saúde bem como de funcionamento do idoso, estando assim articulado a uma interação de influências, nomeadamente entre recursos biológicos, comportamentais, físicos, sociais, e ambientais que abrangem o próprio idoso, as suas famílias e a comunidade na qual estão inseridos (Rosenmayr, 1977, cit. por Martin; *et al*, 2012). Neste sentido, constitui-se como sendo o resultado de um “ajuste” e de uma “otimização” que se desenvolve entre os idosos, bem como de alterações biopsicofisiológicas decursivas do processo de envelhecimento e dos ambientes que se encontram numa constante mutação (Satariano, 2006, cit. por Martin; *et al*, 2012). “O conceito aging in place enfatiza e envolve políticas, serviços, tecnologia e meio ambiente. O desenvolvimento de modelos integrados de intervenção que facilitem o envelhecimento no domicílio é, assim, fundamental para garantir que as iniciativas não resultam em ações fragmentadas” (Heikkinen; Watters; Brzezinski; 1983a, pp.111-140 cit. por Martin; *et al*, 2012, p.179).

Em suma, com os avanços das pesquisas, da tecnologia, das ciências médicas e das políticas sociais foi possível melhorar a qualidade de vida dos idosos (no espaço público e no espaço privado) através do acesso aos serviços de saúde, alimentação mais saudável, saneamento básico, promoção de atividade física, melhores condições de higiene, controle de doenças e melhores condições de habitação. Tudo isto conjugado contribui assim para uma maior e melhor longevidade e qualidade de vida aos idosos.



II – ANÁLISE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

2.1. Caracterização do local de intervenção – Viseu

2.1.1. Enquadramento territorial

O Distrito de Viseu (figura 19) insere-se nas Nomenclaturas de Unidades Territoriais (NUTS) II, nomeadamente na Região Centro, na Sub – Região Dão – Lafões, que por sua vez se insere no NUTS I (Portugal Continental) (Regulamento nº 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003).

De acordo com os resultados definitivos do Instituto Nacional de estatística (INE) no que concerne aos censos 2011 é de estimar uma população residente no Distrito de Viseu de 99 274 pessoas. Neste seguimento de ideias, este possuiu também uma superfície de 507,0 Kilómetros² (km) estendendo-se por 24 Municípios, em que 14 pertencem à Sub-Região Dão Lafões (Associação Nacional de Municípios Portugueses, 2012). Nesses 14, encontra-se o Concelho de Viseu, que contém 34 Freguesias, numa área de 507 Km (Sidónio *et al*, 2006).



Fig. 19 – Localização de Viseu.

Fonte: Associação Nacional de Freguesias, s.d.

2.1.3. Localização e área de intervenção

O estudo de caso e conseqüente proposta de desenho urbano, localiza-se na cidade de Viseu (figura 20), o território mais extenso do aglomerado dos 14 municípios que englobam a região Dão-Lafões, ocupando assim a 52ª posição no total dos 278 municípios do Continente (Assembleia Municipal de Viseu, 2012). O acesso a esta cidade é feito pela rede viária do Porto, pela IP5 e A1 e pela de Lisboa, através da IP3 e A1, não possuindo serviço de rede ferroviária (Santos, 2004). A nível do seu património, salienta-se a Sé, as muralhas e portas antigas da cidade (porta dos cavaleiros, porta do soar), o solar dos Peixotos, a igreja de Stº António do antigo convento das freiras Beneditinas, a casa Senhorial e a igreja da Misericórdia, entre outros.



Figura 20 - Área de estudo.

Fonte: Bing Maps, 2013.

Este é também um dos concelhos que detém um maior número de freguesias do País, ocupando a 21^a posição no contíguo dos municípios do território continental (Assembleia Municipal de Viseu, 2012).

É constituído por 34 freguesias, em que 13 são Áreas Predominantemente Rurais (APR), 12 são Áreas Predominantemente Urbanas (APU) e 8 são Áreas Mediamente Urbanas (AMU) (Santos, 2004).

Viseu exhibe também forte desigualdades espaciais, demográficas e de desenvolvimento socioeconómicas, distinguindo-se assim quatro tipos de freguesias, a cidade convencional (freguesias de Coração de Jesus, Santa Maria e São José), o anel de freguesias que constituem o perímetro urbano (Abraveses, Orgens, Ranhados, Repeses, Rio de Loba e São Salvados), um segundo anel urbano e complementar do antecedente (Campo, Fragosela, Mundão, São João de Lourosa e Vila Chã de Sá) e as remanescentes freguesias do concelho, essencialmente rurais, com uma diminuta densidade demográfica, taxas de negativas de crescimento demográfico bem como uma maior dispersão das populações e um maior peso de população envelhecida (Simões, 2012).

De um modo geral, pode-se afirmar que o concelho de Viseu registou nos últimos vinte anos (1991/2011) uma dinâmica demográfica bastante positiva, ou seja, houve um aumento da população na ordem dos 16 milhares de habitantes, correspondente a uma taxa de crescimento da população residente numa taxa de 18,7%, entre os quais destaca a sub-região Dão-Lafões com uma taxa negativa de -1,9% (Simões, 2012).

A nível territorial, este é um concelho composto por dois componentes que facilmente se distinguem, pois se por um lado a cidade bem como as freguesias que a delimitam detêm características muito próprias de regiões desenvolvidas onde se concentra a população do concelho, por outro há uma envolvente elaborada pela maior parte das freguesias do concelho que enunciam aspetos semelhantes aos de regiões típicas do interior rural (Simões, 2012).

Mais concretamente, a área de intervenção situa-se na freguesia de Santa Maria de Viseu (anteriormente designada freguesia da Sé) (figura 21), ocupando uma área de 3,5 km², correspondente a 0,7% do território do concelho resultando numa densidade de 1936 hab/km² (tabela nº 1). É habitada por 6.790 pessoas (6,8% dos habitantes do concelho, em que 23,46% possuem mais de 65 anos e 13,71% são crianças / adolescentes) e contém 2708 famílias, 4230 alojamentos e 1422 edifícios (INE, 2011).

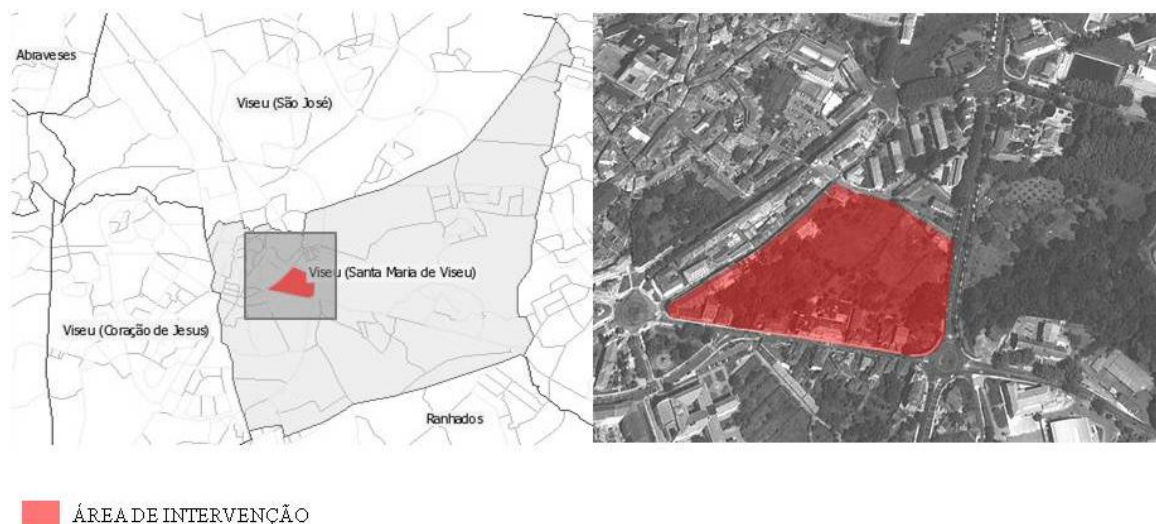


Fig. 21 - Área de intervenção (Santa Maria de Viseu).

Fonte: INE, 2011; Google Earth, 2013.

Freguesia	Área		População residente		Densidade populacional
	km2	% do total	N.	% do total	habit/km2
Viseu (Coração de Jesus)	2,3	0,5%	11 245	11,3%	4 814
Rio de Loba	17,8	3,5%	9 348	9,4%	527
Abraveses	12,2	2,4%	8 539	8,6%	698
Viseu (Santa Maria)	3,5	0,7%	6 790	6,8%	1 936
Viseu (São José)	4,1	0,8%	5 395	5,4%	1 311
Campo	16,2	3,2%	5 025	5,1%	309
Ranhados	6,2	1,2%	4 949	5,0%	794
Total	62,4	12,3%	51 291	51,7%	822

Tabela nº 1 – Freguesias com maior número de habitantes em 2011.

Fonte: INE, Censos, 2011.

Esta é uma área circunscrita não só por diversos edifícios religiosos, (tais como a Sé, a igreja do Carmo, o Seminário Maior, a capela de S. Miguel, a igreja de Stº António, entre outras), mas também por zonas de comércio tradicional, (as principais são a Rua Direita e a Avenida Capitão Silva Pereira) em que predominam nas ruas pequenos estabelecimentos de venda a retalho (mercearias, talhos, padarias, drogeries), espaços especializados na transação de um tipo de produto particular, tipicamente propriedade de pessoas individuais. Existem também 2 jardins públicos (Stª Cristina, Stº António), em que a avenida Capitão Silva Pereira e a rua João Mendes fazem a ligação entre um e outro jardim público. Nesta região observam-se também quatro quintas privadas (do Cruzeiro; dos Pessanhas; S. Miguel; Seminário Maior), que se destinam unicamente a usufruto dos proprietários, sendo também uma mancha verde relevante para a cidade.

Estas herdades de habitações e lazer, surgiram de uma primeira fase, fora do aglomerado urbano, sendo terras compradas pelos senhores mais abastados da região, que com o tempo vieram a ser absorvidas pela expansão da cidade (figura 22).

Na área de intervenção pode-se verificar a existência de pelo menos três grandes vazios urbanos, em que subsistem dois terrenos vazios (o que se apresenta delimitado por uma trama vermelha na (figura 22) é o escolhido para a área de intervenção) e outro que engloba uma horta urbana e um estacionamento desordenado. Estas constituem áreas que foram esquecidas, abandonadas, vazias, desocupadas, disponíveis, descomprometidas, paradas no tempo e no passado. São zonas que possibilitam liberdade, mobilidade, tempo livre e expectativas para o futuro da cidade (Solá-Morales, 1995).

Mais, são áreas vazias que ficaram esquecidas ao longo do desenvolvimento da malha urbana, que surgem por vezes devido a problemas jurídicos, heranças ou pedido de valores exorbitantes pelos terrenos (Solá-Morales, 1995).



Fig. 22 - Vista aérea da zona de estudo Viseu.

Fonte: Imagem satélite, Google earth, 2012.

LEGENDA:

- 1 - **Vazio Urbano** (Área de intervenção)
- 2 - **Vazio Urbano**
- 3 - Quinta do Cruzeiro
- 4 - Quinta dos Pessanhas
- 5 - Quinta S. Miguel
- 6 - Mata do Fontelo
- 7 - Quinta do Seminário Maior
- 8 - Jardim Sta. Cristina
- 9 - Jardim stº António
- 10- **Vazio Urbano** - Horta Urbana
- Parque estacionamento

- A - Sé
- B - Lar / Igreja Stº António
- C - Igreja do Carmo
- D - Seminário Maior
- E - Capela S. Miguel

Neste seguimento de ideias, o terreno de intervenção escolhido é fortemente delimitado por quatro vias (Figura 23 e 24), sendo elas a estrada da Circunvalação, a Rua 5 de Outubro a Rua João Mendes e a Rua Simões Dias, possuindo hierarquias notoriamente diferentes.

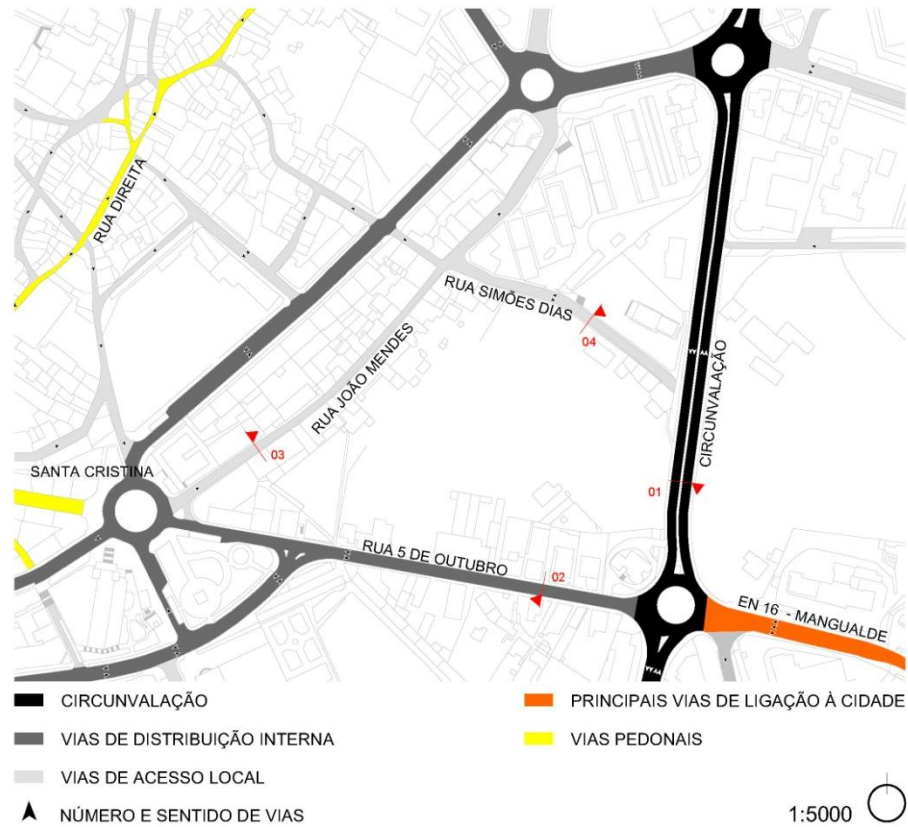


Fig. 23 - Esquema Viário.

Fonte: Trabalho de grupo elaborado por Abrunhosa N.; Pereira B.; Justino V.; Cancela M.; Siemaszko A., 2012. Adaptado pelo próprio autor.

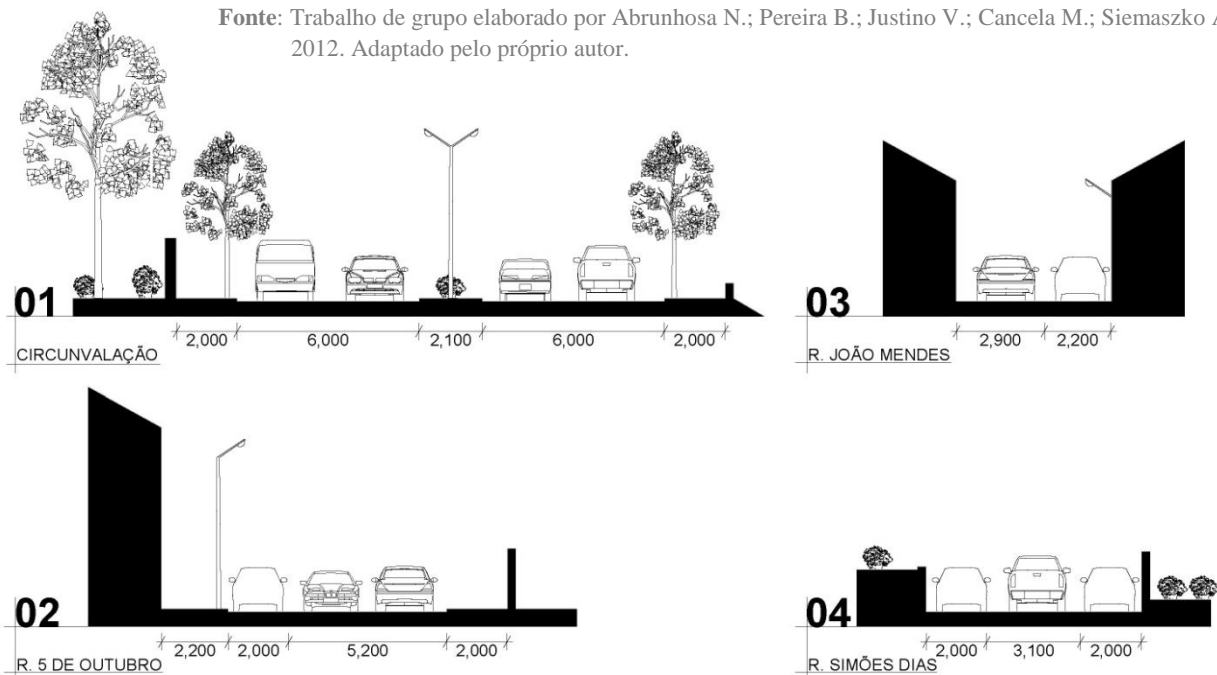


Figura 24- Perfil viário.

Fonte: Trabalho de grupo elaborado por Abrunhosa N.; Pereira B.; Justino V.; Cancela M.; Siemaszko A., 2012. Adaptado pelo próprio autor.



Fig. 25 – Circunvalação.

Fonte: O próprio autor, 2012.



Fig. 27 - Rua João Mendes.

Fonte: O próprio autor, 2012.



Fig. 26 - Rua 5 de Outubro.

Fonte: O próprio autor, 2012.



Fig. 28 - Rua Simões Dias.

Fonte: O próprio autor, 2012.

Primeiramente é delimitado pela estrada da Circunvalação (figura 25), que delimita a área de intervenção com a zona verde do Fontelo. Aqui é perceptível que existe uma estrutura perfeitamente definida que comporta duas vias de trânsito para cada sentido, um separador central e um passeio, havendo assim uma homogeneidade de limite máximo de velocidade. São visíveis dois picos de tráfego automóvel correspondente às horas de ponta (por volta das 09:00 horas e das 18:00 horas), fazendo com que seja uma das estradas mais ruidosas. Esse ruído elevado, acaba por criar um desconforto para o descanso / lazer, impossibilitando a conversação e originando assim zonas não propícias para a convivência.

Seguidamente encontra-se a Rua 5 de Outubro (figura 26), que se apresenta com duas faixas de sentidos opostos, uma faixa de estacionamento num dos lados e passeios em ambos os lados. Afigura-se com alguns edifícios sem uso e bastante degradados, tendendo a ser presentemente alvo de reabilitação. O ruído nesta via está bastante presente devido ao tráfego e principalmente também associado ao tipo de pavimento (paralelos).

Nesta prossecução de ideias, sucede-se a Rua João Mendes (figura 27), intitulada pelos populares de Rua das Bocas, devido á existência de uma casa construída nos finais do século XVII e primórdios do século seguinte, que possui gárgulas no último piso junto á cornija, denominando-se assim de “casa das Bocas”, edifício, esse que necessita urgentemente de ser reabilitado.

Esta mesma rua detém um diminuto tráfego automóvel e pedonal diurno, na maior parte das vezes intermitente. No entanto, uma vez que existem diversos estabelecimentos noturnos, o tráfego nessa rua é mais acentuado durante este período. Devido ao facto da mesma possuir um perfil contido, a figura do peão e automóvel convivem na parte das vezes no mesmo espaço. A nível do pavimento e do próprio perfil viário com certas zonas de estrangulamento da via, deparamo-nos com algumas anomalias, onde deixa de haver uma continuidade do passeio e onde o espaço destinado ao peão é confundido com o do automóvel.

Por fim, a Rua Simões Dias (figura 28), aparece com um perfil e via muito estreito e sem continuidade da mesma, que devido ao corte da estrada da circunvalação passou a ser uma via de acesso exclusiva às habitações e á igreja São Miguel, encontrando-se atualmente em mau estado de conservação. O encontro desta rua com a Rua João Mendes torna-se um nó bastante confuso, onde não existe uma hierarquia clara de distribuição. Esta realidade é visível quando se dá o encontro de automóveis, o que torna o fluxo neste ponto, de certa forma caótico.

Em suma, esta área de intervenção é uma zona bem localizada, situada próxima do parque verde / lazer do Fontelo, considerado o pulmão da cidade, integrando várias áreas de desporto (Estádio Municipal). Assim, é importante ressaltar que o terreno (figuras 29, 30 e 31) apresenta um certo declive, sendo que em determinadas zonas é bastante acentuado, dificultando a acessibilidade ao local devido às diferentes cotas, ausência de percursos e inúmeras quebras efetuadas pela malha viária. O espaço é desordenado, descontínuo e confuso, criado por traseiras de edificações. O acesso central é escasso, sendo somente acessível a pé. Podem também encontrar-se aglomerados de árvores de média copa, de folha caduca, tais como carvalhos, castanheiros, tílias, nespereiras, entre outras. É um terreno que apresenta aspetos positivos, os eixos visuais para a Sé tal como para o centro histórico, e negativos, o ruído oriundo da estrada da circunvalação, sobretudo nas horas de ponta.



Fig. 29 – Área de intervenção.

Fonte: O próprio autor, 2012.



Fig. 30 – Área de intervenção.

Fonte: O próprio autor, 2012.



Fig. 31 – Área de intervenção.

Fonte: O próprio autor, 2012.

2.2. Análise Urbana

2.2.1. Topografia

A cidade de Viseu apresenta uma topografia com alguma inclinação, que varia entre os 100 metros de altimetria (figura 32). A nascente da cidade encontra-se no ponto mais alto e a cota mais baixa da cidade é acompanhada pela linha de água do rio Pavia. Existe uma grande diferença topográfica entre o lado Norte e Sul das duas margens do rio Pavia. A margem Norte não apresenta grande acentuação, com exceção de algumas zonas, em que pelo contrário a margem Sul apresenta uma topografia bastante acentuada, sendo esta uma das razões da implantação do castro histórico a sul do rio, situação oposta ao que normalmente acontece nas cidades portuguesas, que têm a sua fundação a Norte das principais linhas de água. O centro histórico localiza-se numa das saliências topográficas sobre o rio Pavia e apesar de não ser o ponto mais elevado da cidade, é uma zona que é visível a grandes distâncias e a vários pontos da cidade.

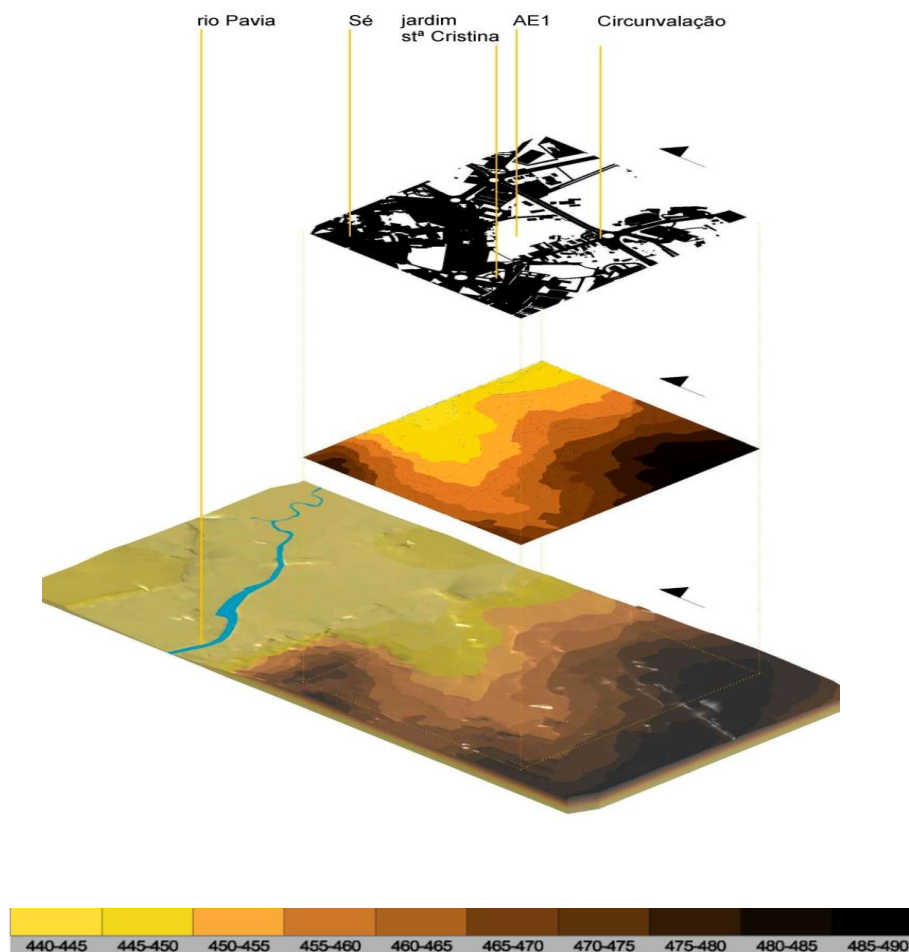


Fig. 32 - Planta Hipsométrica

Fonte: Trabalho de grupo elaborado por Ferreira J.; Vieira P.; Buraco V.; Ferreira R, 2012

2.2.2. Estrutura viária

A cidade de Viseu ao longo da história impôs uma importante posição no território, sendo um ponto de cruzamentos de vias desde a época do Império Romano. Os vários itinerários que se cruzavam e que ainda se cruzam em Viseu fazem a ligação ao Norte e Sul do país, ao litoral e à fronteira com Espanha. Nos finais do século XX, Viseu que era bastante cingido pelos seus eixos radiais, passa a ter um sistema de circulares, que se vão ajustando à malha urbana e viária de Viseu á periferia, surgindo assim a primeira circular que delimita a cidade, apostando assim nas novas urbanizações que vão surgindo posteriormente na periferia.

Atualmente Viseu (figura 33), apresenta-se com uma estrutura de dois sistemas viários, o radial e o circular, mas ambas com funcionalidades diferentes. Enquanto o sistema radial faz a ligação do centro da cidade com a periferia e outras cidades, o sistema circular faz a ligação entre os vários núcleos urbanos presentes na periferia, uns mais próximos e outros mais afastados do centro histórico.

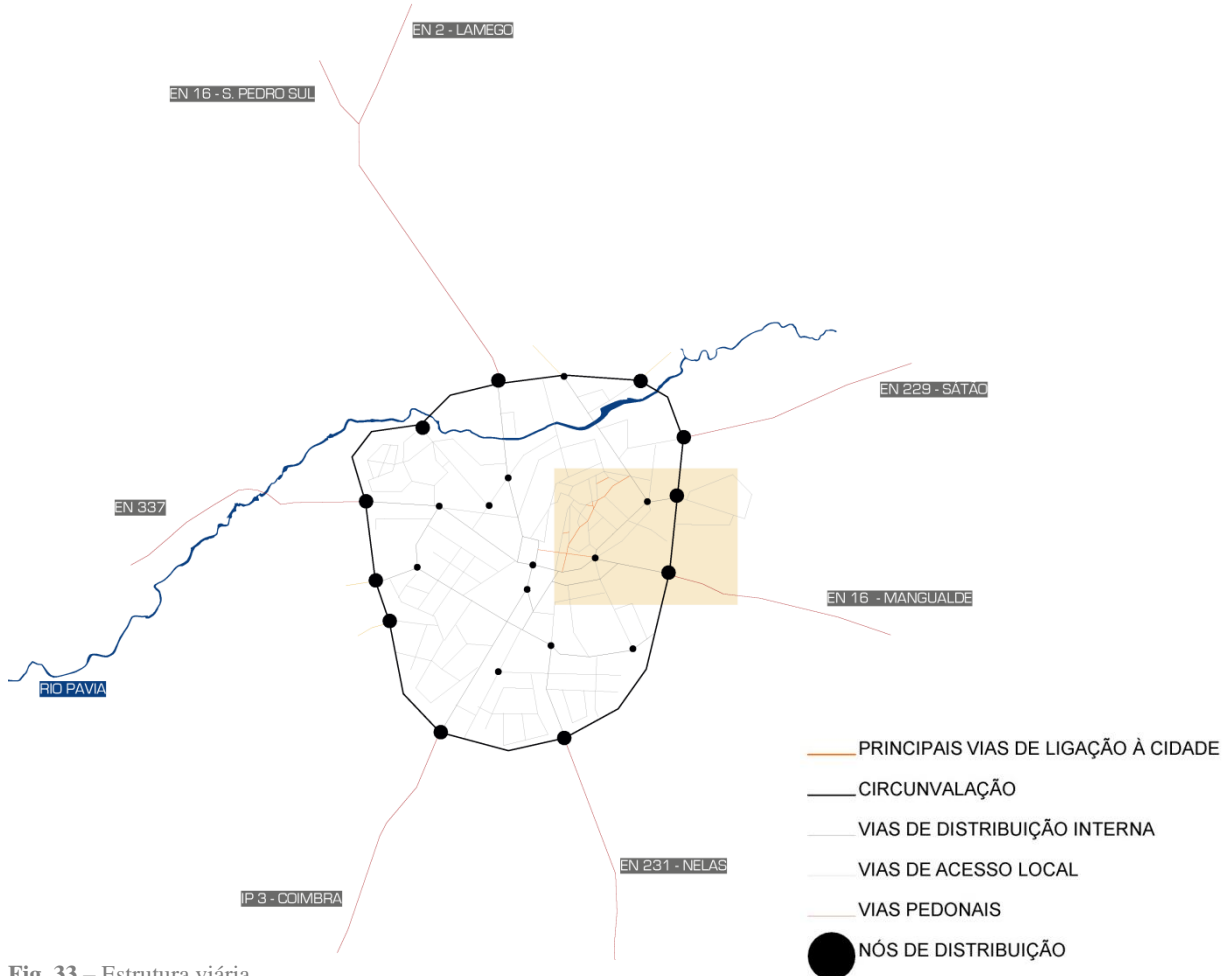


Fig. 33 – Estrutura viária.

Fonte: Trabalho de grupo elaborado por Abrunhosa N.; Pereira B.; Justino V.; Cancela M.; Siemaszko A., 2012.

2.2.3. Pontos de conflito

No decorrer da análise deparamo-nos com alguns pontos de conflitos (figura 34). No ponto **1**, no largo de Santa Cristina verificou-se constantemente um congestionamento de trânsito, em que o fluxo não é constante devido ao estacionamento e paragem indevido de alguns automóveis junto à rotunda.

No ponto **2**, Rua João Mendes, detetam-se algumas anomalias a nível do pavimento, estrangulamento da via e zonas onde deixa de existir passeio. Nessa mesma rua, no ponto **3**, este nó torna-se bastante confuso, onde não existe uma hierarquia clara de distribuição. Esta realidade é visível quando se dá o encontro de automóveis, tornando-se caótico na hora de ponta e no transporte individual de crianças á escola primária de S. Miguel.

Por último no ponto **4**, ao cimo da rua S. Miguel é visível uma apropriação clara de estacionamento indevido, mas que contudo torna-se um espaço ainda por resolver.



Fig. 34 - Pontos de conflito.

Fonte: Trabalho de grupo elaborado por Abrunhosa N.; Pereira B.; Justino V.; Cancela M.; Siemaszko A., 2012.

2.2.4. Edificação

“Uma cidade é sempre um corpo construído e organizado. Uma estrutura possuída de um dinamismo interno que ao longo do tempo vai determinando o crescimento orgânico que se explica em função de necessidades históricas” (Correia, 1989, p. 26).

Assim se sucede em Viseu, caracterizando-se esta cidade por possuir construções em granito, que povoaram as soalheiras encostas da colina principal, fixando-se como árvores em bosque sagrado. De um modo geral, os comerciantes apoderam-se dos locais, em que só uma tradição consegue explicar a necessidade ou natureza do serviço que prestam, sendo exemplo a Rua Direita (Correia, 1989).

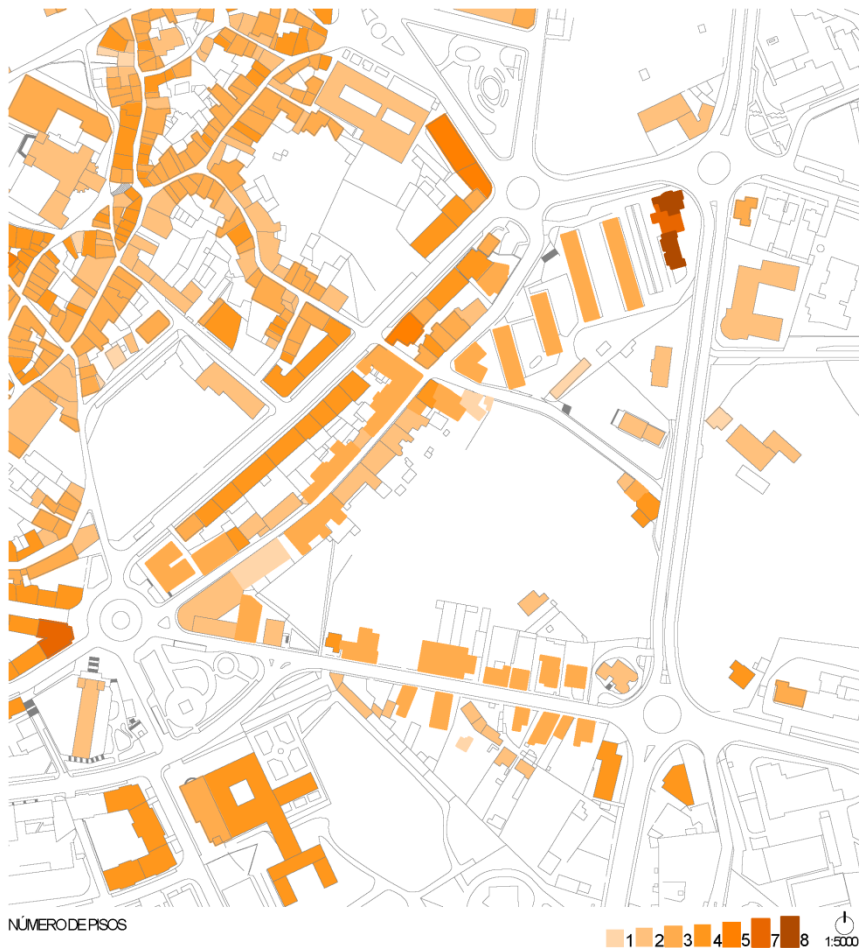


Figura 35 - Número de pisos.

Fonte: Trabalho de grupo elaborado por Morais C.; Almeida J.; Costa R., 2012.

O edificado existente na área de análise remete para a construção de pouca altimetria, sendo eles de três, quatro e dois pisos. É de salientar a existência de uns trinta edifícios que remetem para um piso, existindo muito pontualmente edifícios que dispõem cinco, sete e oito pisos, como se pode verificar na figura 35.

“As ruínas estreitas e sinuosas com as suas travessas, correspondendo a antigas quelhas, as *escaleirinhas* que vencem declives, os pequenos pátios íntimos que terão vindo, alguns, dos cortiniais de boa serventia, são testemunhos assaz loquazes deste tempo em que se encerrava quase de todo dentro de muros, com alguns arrabaldes onde era maior a vantagem do espaço” (Correia, 1989, p. 27).

O centro Histórico caracteriza-se pelas suas ruas sinuosas, sendo testemunho do tempo em que a cidade se encerrava dentro dos muros. As cercas do centro urbano remetem para edifícios com três pisos embora existam alguns com dois e quatro pisos. Segundo a análise realizada na zona de intervenção, é possível verificar que a maioria do edificado apresenta sinais de degradação, necessitando de intervenções pontuais. Mais de 70% do edificado encontra-se num estado satisfatório, sendo que apenas cerca de 13,5 % dos edifícios estão em plenas condições de conforto e segurança.

Em comparação entre o estado de conservação e a incidência solar, é de destacar a Rua João Mendes (Rua das bocas), sendo ela uma rua em que o edificado apresenta um estado de conservação mais degradado.

A justificação para este sucedido é sem dúvida a incidência solar e o arruamento estrito, que além de desvalorizar o imóvel condiciona a sua venda, dando a possibilidade a estes edifícios que envelheçam sem que haja obras de recuperação nem oportunidade de uso.

Em relação á ocupação funcional do edificado (figura 36), observa-se facilmente um maior predomínio de edifícios de utilização mista (comércio e habitação), articulado com as zonas de maior circulação pedonal como da Rua Formosa, Rua Direita, Avenida Capitão Silva Pereira e a Rua das Boas. Tal, prende-se como a proximidade ao centro histórico, um lugar associado a um estado de declínio e degradação instigado pela expansão urbana, onde a densa malha edificada é fortemente ocupada por comércio tradicional que procura resistir aos efeitos causados pelos centros comerciais.

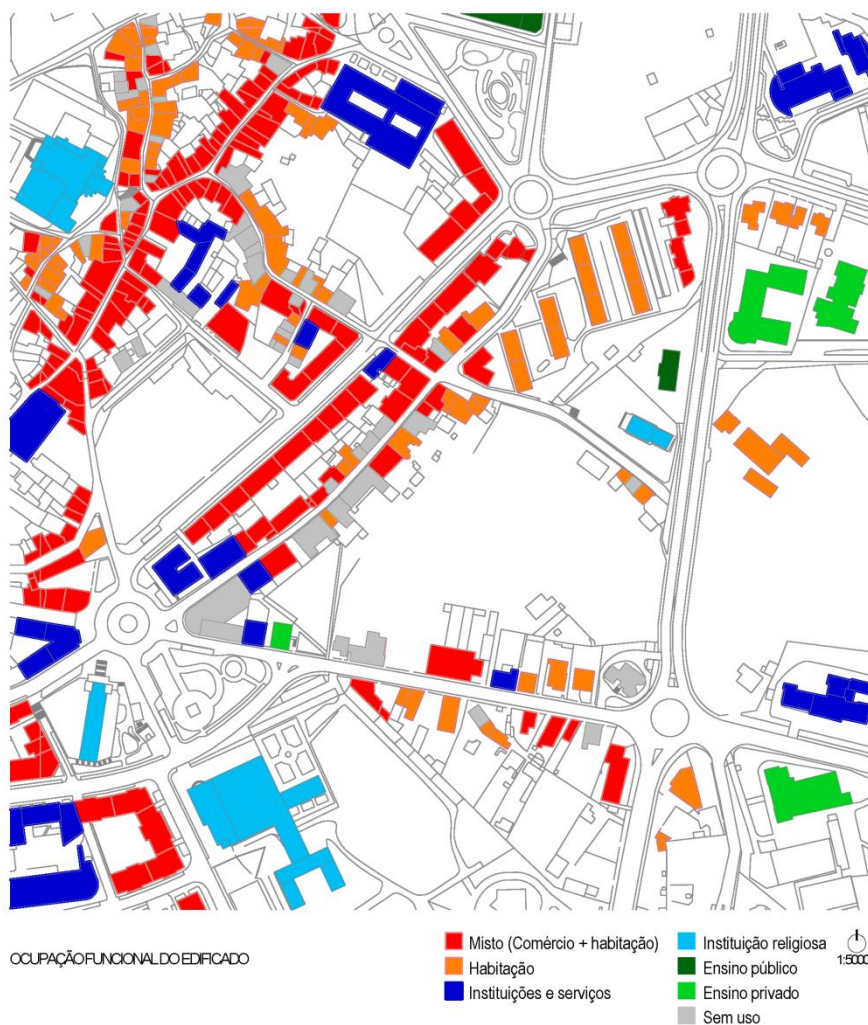


Fig. 36 - Ocupação funcional do edificado.

Fonte: O próprio autor com a elaboração de Massa J., Teixeira C., Ribeiro G., 2012

2.2.5. Espaços verdes

Segundo Francisco Cabral (1993) os espaços verdes urbanos são reconhecidos por serem de um domínio próprio dos arquitetos paisagistas. Estes espaços deverão ser o ponto de encontro de toda a comunidade e de todas as idades. Dos diversos pontos de encontro oferecidos pela cidade, os espaços verdes são dos mais importantes, pelo motivo ambiental e a escala do homem. Estes espaços não deveriam ser pontos perdidos na grande massa artificial concretizada pelo ser humano, mas sim constituir uma metodologia coerente em toda a cidade.

Nesta zona de estudo destacam-se os Jardins públicos da Santa Cristina e o Jardim de Santo António, constituindo assim espaços devidamente tratados pelas entidades responsáveis, destinados a funções de lazer, convívio, interação, descanso e local de passeio, constituindo-se como um ponto de interesse na cidade. Estes lugares são usados com bastante frequência pela população visiense, em parte devido à sua localização.

O primeiro espaço verde destaca-se pelo refúgio ao tempo mais quente, as paragens de autocarro junto ao seminário, pois garante proteção contra o sol. O segundo espaço situa-se junto à escola secundária Emídio Navarro, servindo como local de recreio e convívio para os estudantes, bem como de as restantes classes etárias.

A mata pública (Fontelo) é o maior espaço verde junto à cidade, sendo frequentado durante o ano inteiro, oferecendo condições quer de lazer quer de desporto. É de salientar a grande densidade e variedade de árvores naquela zona. Este espaço ajuda a regular o clima e a atenuar a ilha de calor e a poluição. Destacam-se ainda os vários alinhamentos de árvores, sendo elas alamedas verdes que ladeiam as avenidas, de forma a proporcionar sombra, servindo como uma barreira contra o ruído, ajudando a combater a poluição e poeiras, tendo também um carácter estético na cidade. Por fim, é de realçar também algumas quintas, com destaque para a da prebenda, contendo um belo jardim privativo recatado, que apesar de estar enclaustrado por muros altos, possui um forte impacto visual quer no ambiente envolvente quer no próprio indivíduo despertando deste modo curiosidade às pessoas que passam por essa zona.

“A ideia do jardim recatado foi sempre e continuará a ser bem portuguesa, ajustando-se inteiramente à conceção familiar que temos e de que não nos devemos envergonhar mesmo quando não se ajuste ao último figurino, lembrando-nos até que na terra desse figurino nem tudo felizmente a ele se ajustava” (Cabral, 1993, p. 84).



3.1. Estratégia de intervenção

No que concerne à estratégia de intervenção decidiu-se intervir no vazio urbano já anteriormente descrito, visto ser uma área esquecida, abandonada, desvalorizada, fomentando assim benefícios a nível habitacional, comercial e de lazer.

Em virtude do terreno apresentar uma topografia razoavelmente acentuada e das diversas vias o delimitarem, na zona a intervir evidencia-se um área ambígua e desconexa do meio urbano que o rodeia, existindo fatores condicionadores a manter e a valorizar tanto na área como junto á área de intervenção, sendo a flora (carvalhos, castanheiros, tílias, nespereiras, entre outras) e um edifício cultural (igreja S. Miguel).

Através do estudo intensivo ao local, planeamos tipologias e programas urbanos diversificados, desde habitações para idosos, comércio, espaços verdes comuns e novas infraestruturas que obedecessem à acessibilidade e à mobilidade, conjugando com o espaço urbano existente. Fundamentalmente é necessário introduzir no plano urbanístico proposto equipamentos direcionados para a acessibilidade e a mobilidade para todos os indivíduos, com especial destaque para a camada populacional idosa, indo assim, ao encontro do tema deste trabalho final.

Ao propormos uma renovação urbana, optou-se por construir uma vasta área partindo de vários alinhamentos existentes no local (figura 37), desde as infraestruturas existentes, tais como a da igreja S. Miguel e a escola primária de S. Miguel, interagindo, da melhor forma com a envolvente, tirando partido dos eixos visuais para o centro histórico como para a Sé.

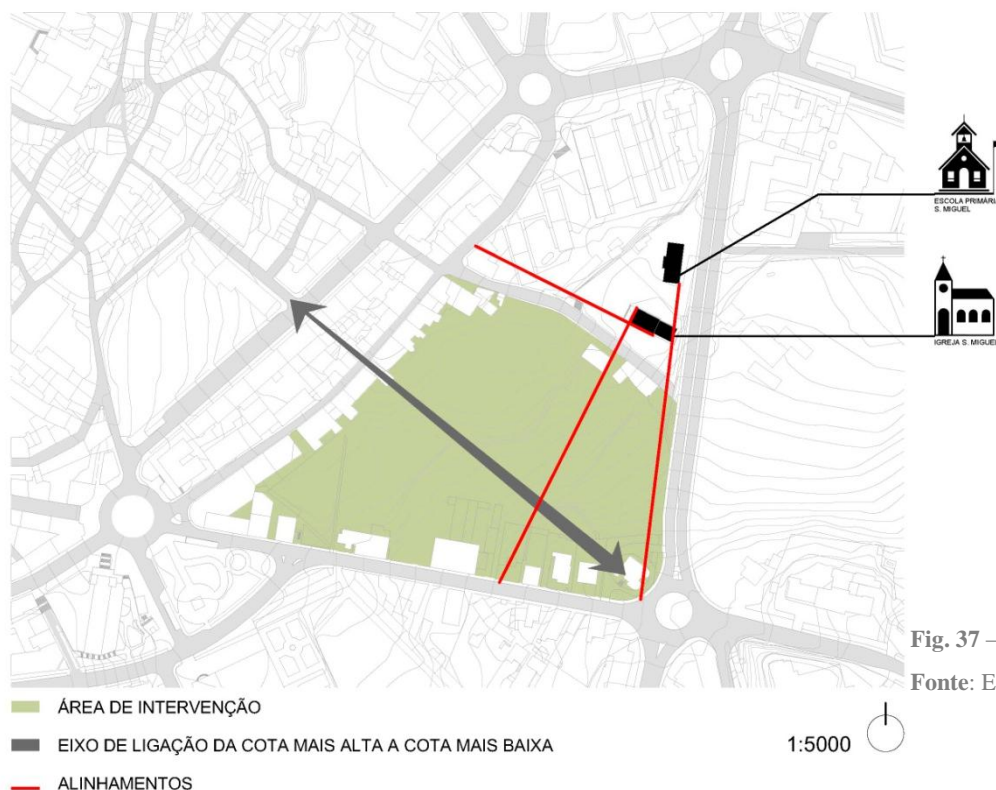


Fig. 37 – Estratégia de intervenção.

Fonte: Elaboração própria.

De modo a facilitar a locomoção dos indivíduos da cota mais alta para a cota mais baixa, decidiu-se criar uma via expressamente pedonal.

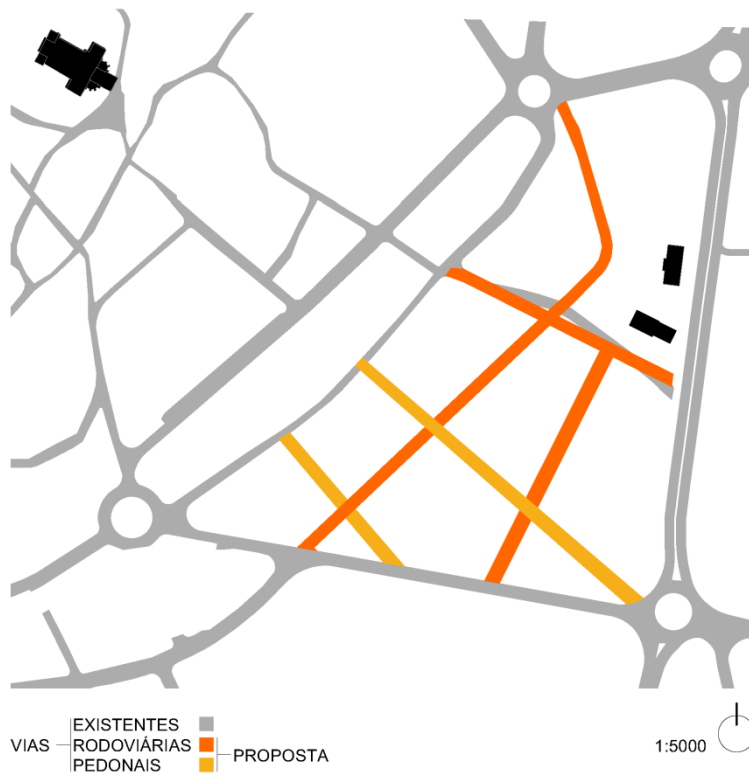
Ao analisar a área deparamo-nos que subsiste ainda a falta de sensibilidade, no que concerne á acessibilidade e mobilidade para os indivíduos e planeamentos refletidos, mas que continuam a apresentar diversos problemas a esse nível. Pensar-se-á ser um problema de ordem económica, que implicará custos elevados. Admitimos e acreditamos plenamente que iremos ultrapassar essa fase de inacessibilidade a certos locais e que com o tempo as mentalidades das pessoas serão mais progressistas, até porque a legislação (Decreto-Lei nº123/97 de 22 de Maio) assim o obriga, “São aprovadas as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente através da supressão das barreiras urbanísticas e arquitetónicas nos edifícios públicos, equipamentos coletivos e via pública” (Decreto-Lei nº 123/97 de 22 de Maio, artigo 1º, nº 1, p.2540).

Afiçamos ser um investimento rentável a curto e a longo prazo, visto ser um benefício para todos os indivíduos, em especial para os idosos, que usufruem destas habitações tal como do espaço público.

Após três anos do fim da 2ª Guerra Mundial, raiou uma resposta política em defesa dos direitos humanos em que “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 1º).

Assim sendo, é do nosso dever que a nossa intervenção urbana incremente a igualdade de conjunturas relativamente ao seu aproveitamento, procurando a essência e a simplicidade, integrando-a assim no espaço envolvente.

3.2. Proposta de desenho urbano



“Todas as vias de circulação, sejam de pessoas, automóveis, mercadorias ou serviços, são de natureza linear. Todas as vias têm um ponto de partida, a partir do qual somos conduzidos através de uma sequência de espaços até nossa destinação. O contorno de uma rota depende de nosso meio de transporte. ... Uma vez que somos capazes de traçar em nossa mente um mapa de configuração global das vias de um edifício, nossa orientação dentro dela e nossa compreensão de sua disposição espacial se tornará clara” (Ching, 2008, p.252).

Fig. 38 - Proposta de novas vias.

Fonte: Elaboração própria.

A proposta do desenho urbano estabelece-se a partir da articulação das vias previamente dimensionadas, sendo configuradas e relacionando-se entre si, formando assim um organismo funcional que gerará os edifícios. Tendo em conta a inexistência de vias no terreno de intervenção, foi necessário conjugar as vias existentes de modo a serem criadas umas novas a partir das mesmas (figura 38). O arranjo viário resulta da necessidade de criação de novos acessos para o terreno a intervir, a fim de simplificar a circulação e leitura do espaço envolvente.

Propomos portanto duas novas vias de circulação automóvel de acesso às futuras edificações, fazendo a ligação entre a Rua 5 de Outubro e a Rua Simões Dias, descendendo do traçado linear já existente da rua João Mendes. Trata-se de duas vias com alguma dimensão, em que se propõe um passeio generoso de cada um dos lados, duas vias de circulação de sentido contrário e duas faixas de estacionamento.

A nível do pavimento, a opção para o eixo viário, será em cubos de granito 10*10cm (calçada portuguesa), visto ser um material com alguma irregularidade a nível da textura, que obrigará o condutor do veículo a reduzir a velocidade, criando assim alguma segurança.

“O passeio deverá ter um pavimento firme, regular e bem conservado. Nem branco nem muito claro, para não refletir em demasia a luz solar. Desaconselha-se a “calçada à portuguesa” que, além de ser pouco acessível, é bastante desconfortável, de difícil limpeza e de manutenção muito dispendiosa” (Simões, 2010, p.26).

Assim sendo, o pavimento nos passeios será em lajetas de betão de 30*15cm, sendo material que apresenta um conforto elevado para os utentes, sendo que em que toda a superfície garantiu-se um espaçamento desimpedido de 1,20 m de largura. Em toda a sua extensão a colocação de todo o mobiliário urbano (bocas de incêndio, candeeiros, bancos, etc.) será colocada de forma a não prejudicar este canal.



Fig. 39 - Bairro da Misericórdia.

Fonte: Elaboração própria.

Ao propormos uma nova proposta urbana e ao verificar-se alguns pontos de conflito, sentimos a necessidade de intervir no arranjo urbano do Bairro das Misericórdias (figura 39), criando novas vias, estacionamento, jardins, passeios. Este arranjo fará com que os indivíduos tirem um maior partido dos espaços verdes adjacentes às suas habitações, fortalecendo assim as relações sociais entre vizinhos.

Em relação ao recinto da igreja de S. Miguel, sugerimos um desenho criado a partir dos alinhamentos construídos e dos novos edifícios propostos.

No terreno de intervenção desenhamos um corredor expressamente pedonal em que esse traçado será formado pelo alinhamento da cota mais baixa (Rua da Prebenda) á cota mais alta do terreno a intervir, tornando-se assim numa via bastante desejável, visto tratar-se de um traçado com ausência do automóvel ou quaisquer outros objetos que possam pôr em perigo os que o frequentam, valorizando assim os piões com mobilidade reduzida. Esse traçado será ladeado pelos novos edifícios e por alguns alinhamentos de árvores.

A sua pavimentação será em lajetas de granito 40*40cm. A escolha deste material deve-se pela simples razão de criar uma distinção dos passeios comuns e das faixas de rodagem, criando um conforto ótimo para os utentes.

Uma vez que na Rua Simões Dias se observaram anomalias, esta sofrerá determinadas alterações, tais como o alargamento do perfil viário, o arranjo a nível do pavimento, estacionamento, passeios e alinhamento da mesma em relação á igreja de S. Miguel dando assim uma continuidade á via existente da Rua Gonçalinho.

Assim sendo, a proposta do desenho urbano surge do traçado das vias existentes, propondo uma continuidade das mesmas e fortalecendo o carácter pedonal que as ruas sinuosas têm no centro urbano de Viseu. Deste modo, o desenho proposto (viário) irá interligar os vários espaços verdes daquela área, como é o caso do jardim público da Stª. Cristina e o jardim de Stº António, sem esquecer a grande mata pública do Fontelo e as quintas privadas.

Ao desenvolvermos o novo traçado viário concebemos os diferentes edifícios multifamiliares em forma de quarteirão, dando assim continuidade ao desenho urbano existente na zona Histórica de Viseu (figura 40).

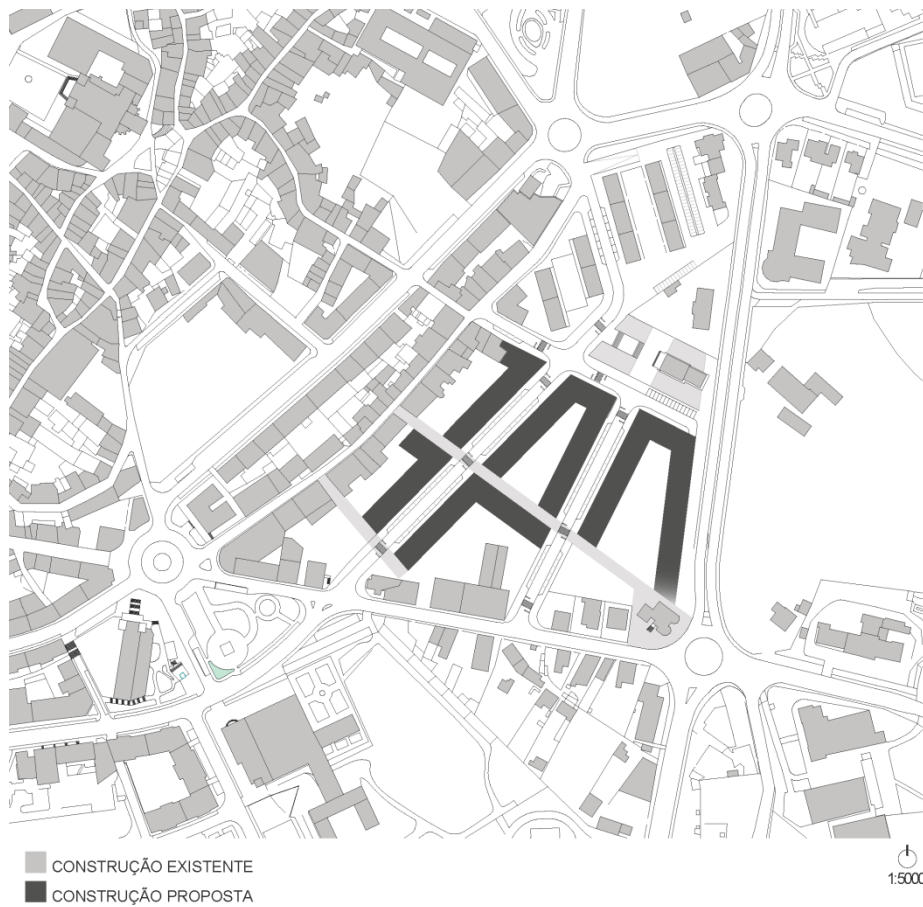


Fig.40 - Planta da proposta.

Fonte: Elaboração própria.

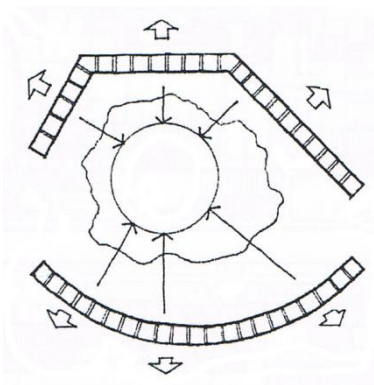


Fig. 40 - Esquema de quarteirão aberto.

Fonte: Ching, 2008, p.199.

Partindo desse conceito, a flexibilidade dos quarteirões abertos em “U” ou em segmentos curvilíneos (figura 40), têm qualidades significativas, podendo-se adaptar com facilidade à topografia do terreno de modo a favorecer eixos visuais privilegiados ou apreender a luz solar. Dependendo da organização do quarteirão, demarcará sempre um espaço interno, configurando um sentido de centralidade em que o elemento pátio pode ser descrito. Assim sendo, as faces convexas dependendo da sua disposição, assumem o *status* de frente ao espaço envolvente (Ching 2008).

No seguimento das reflexões anteriores, foi-nos possível adquirir um conjunto de ideias e conhecimentos que nos permitiram elaborar a proposta urbana: transpor para a contemporaneidade o desenho da cidade tradicional (desenho base), assumindo assim o quarteirão como uma oportunidade de criação/liberdade, oferecendo espaços de transição entre o espaço construído e o espaço envolvente, com funções de transição entre os cheios e vazios, caracterizando-se em pátios.

“O Homem necessita de um espaço de paz e recolhimento, que o proteja do espaço exterior, hostil e desconhecido, mas que participe ainda do dia e da noite, do sol e da lua, do calor, do frio e da chuva. Este espaço, que está submetido ao passar dos dias e das estações do ano, às regras que determinam a existência, é o pátio” (Blaser, 1997, p.7).

Ao introduzir o elemento pátio na proposta urbana, pretendeu-se promover soluções de espaços arquitetónicos e urbanos diferentes, com base na reinterpretação da resolução problemas como fenómeno de descontinuidade e fragmentação do tecido urbano.

Enquanto fator estruturante organizador e qualificador dos edifícios propostos, o pátio será um motor de vivências, regenerado através da criação de fluxos e dinâmicas urbanas. Qualificando-se este como um núcleo vazio, concretizaram-se, assim, espaços fundamentais de diversas dinâmicas de usos do objeto habitável enquanto edifício multifuncional, oferecendo espaços essenciais no meio ambiente, fomentando o encontro, a fruição e a prática de várias atividades para os indivíduos.

Um dos pátios tem a particularidade de ser um parque infantil, visto situar-se relativamente perto de um jardim-de-infância, facilitando desse modo a deslocação das crianças para o recinto, sem nenhum constrangimento.

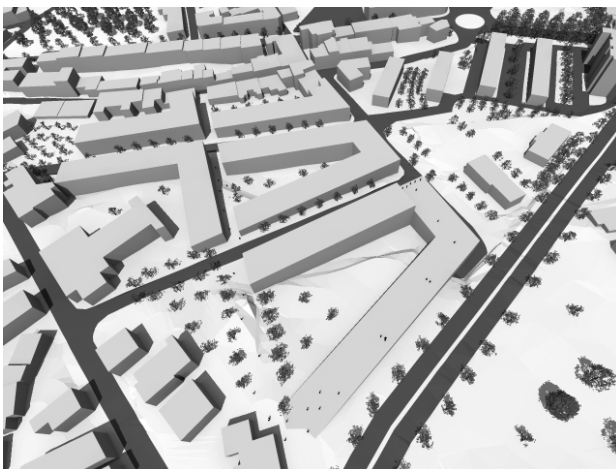


Fig.41 - Maquete 3D.

Fonte: Elaboração próprio.

A relação que os edifícios estabelecem com o terreno e a forma como se adapta á topografia natural é de extrema importância. Nos esquiços e maquetes iniciais de estudo, concluímos que os edifícios se iriam adaptar ao terreno e não o terreno aos edifícios, ou seja, as construções propostas serão edificadas mantendo o relevo existente (figura 41).

A nível da ocupação funcional do novo edificado, são propostas garagens no piso subterrâneo, comércio nos pisos térreos e nos pisos mais elevados do edifício localizar-se-ão as habitações multifamiliares.

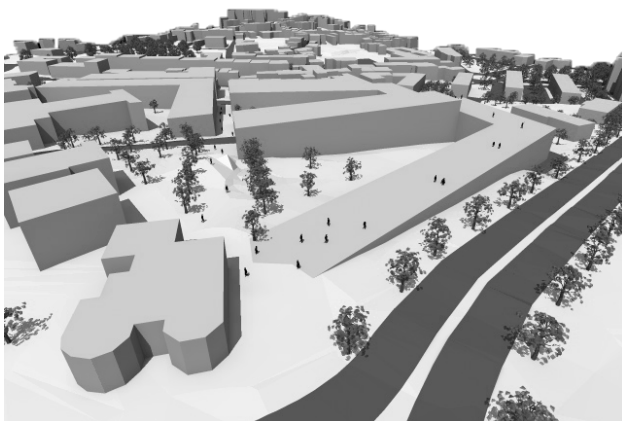


Fig. 42 - Maquete 3D.

Fonte: Elaboração própria.

No edifício junto á circunvalação (figura 42) existirá um piso mais elevado para comércio específico, tais como cafés, restaurantes, entre outros, em que o acesso a esse piso será feito por elevadores ou então pelo percurso criado na cobertura no edifício, tendo a particularidade de possuir uma cobertura acessível a todos, em que essa cobertura, será favorável nas vistas para o centro histórico de Viseu.

No que concerne á arborização, mantivemos as árvores existentes e transplantamos alguma delas. A escolha das árvores para as duas novas vias rodoviárias, são numa das vias a magnólia *soulangeana*, e na outra via a magnólia *grandiflora*. Tal escolha adveio do facto de que as pessoas portadoras de deficiência visual possam distinguir uma rua da outra.

Bins Ely reforça que “No caso de um idoso com restrição visual, por exemplo, a utilização de elementos com cores contrastantes, odores e/ou texturas diferenciadas servem como referencial para sua orientação” (Bins Ely, 2006, p, 2).



Fig. 43 - Edifício a ser pormenorizado (vermelho).

Fonte: Elaboração própria.

Após o desenho da proposta urbana se encontrar devidamente definido (figura 44), optamos por pormenorizar um dos cinco edifícios propostos, sendo ele o edifício assinalado a vermelho na figura 43. O edifício é composto por uma garagem coletiva, várias lojas de comércio e habitação multifamiliar. Este edificado apesar de se desenvolver em “U” tem a particularidade de se incrementar num terreno com alguma inclinação.



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

1:8500

Fig. 44 - Planta de implantação.

Fonte: Elaboração própria.

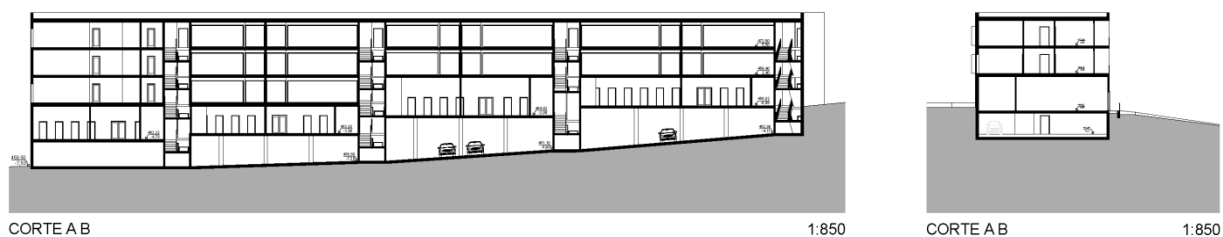


Fig. 45 – Cortes pelo edifício.

Fonte: Elaboração própria.

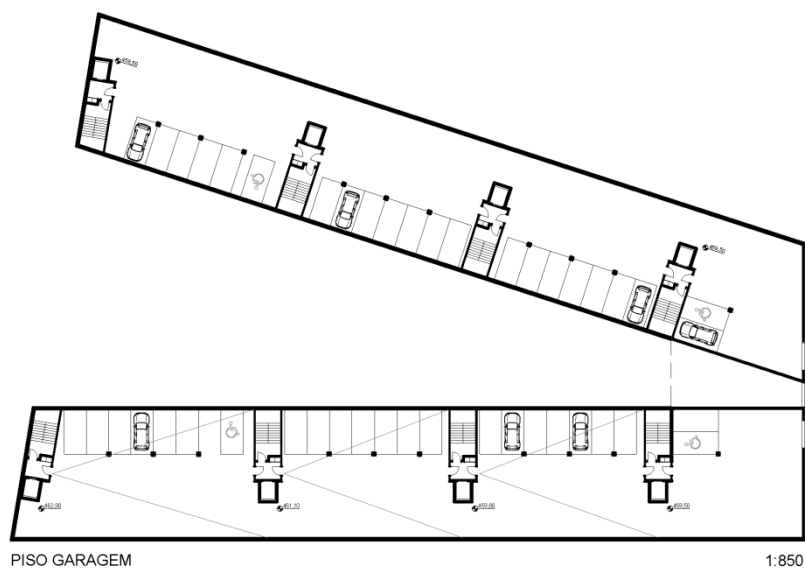


Fig. 46 - Piso garagem.

Fonte: Elaboração própria.

Um dos pormenores da fração do edifício situado a Este é a laje térrea da garagem coletiva ser inclinada (figura 45 e 46). A entrada para veículos é feita a Norte pelo ponto mais baixo do terreno, havendo a necessidade de colocarmos lajes inclinadas que advêm da própria característica do terreno que é pendente. Ao desenvolvermos a garagem com lajes inclinadas possibilitou-nos reduzir o pé direito e reduzir na quantidade dos materiais utilizados na construção. A referência arquitetónica que se adequa a este conceito de lajes inclinadas é a obra do Promontório situada na praça de entrecampos em Lisboa, em que as lajes do piso inferior acompanham o declive do terreno, fazendo com que assim se reduzisse o pé direito das frações mais altas do edifício e escavações desnecessárias.



IV – PROPOSTA HABITACIONAL

4.1. Edifícios de habitação



Fig. 47 - Planta tipo T2/T3.

Fonte: Elaboração própria.

O edifício multifamiliar proposto, indicado para indivíduos idosos é constituído por 38 fogos habitacionais, segmentado em tipologias que variam do T1 ao T4. No rés-do-chão propusemos 15 lojas de comércio.



Fig. 48 - Entrada para o edifício.

Fonte: Elaboração própria.

As estradas horizontais para o edifício (figura 48) são feitas a partir no núcleo (pátio), favorecendo assim a intercomunicação entre os indivíduos moradores do prédio. Dado a entrada situar-se acima da cota do terreno, propusemos uns degraus e uma plataforma de nível para os indivíduos com mobilidade reduzida. Neste caso é de salientar a referência arquitetónica de *Brullet-de Luna Arquitectes - Habitatges Sector Ribera Baixa* situado no município de *El Prat de Llobregat* em Barcelona, em que

os arquitetos propuseram uns degraus e umas rampas de acesso aos edifícios para colmatar a diferente cota entre o terreno e o edificado, sendo o terreno com algum declive.

Embora o programa habitacional aluda para uma maior incidência de faixas etárias acima dos 65 anos, o mesmo não deve ser entendido como uma comunidade exclusivamente para idosos, ou um lar de idosos. Assim sendo, valorizou-se o elemento proposto, criando uma imagem que refletisse um conjunto habitacional multifamiliar atual.

A descrição do apartamento T2 (figura 48) satisfaz um estudo de condições enquadradas nas necessidades básicas do idoso. Com uma área distribuída num retângulo de 15x11m, divide-se numa área social de uma área privada. Esta fragmentação subsiste pela colocação de um núcleo (casa de banho). A colocação deste elemento central favorece a circulação cumprindo as acessibilidades elementares à possível circulação da cadeira de rodas, bem como o acesso à área da casa de banho. Assim sendo, o idoso consegue usufruir da sua habitação livremente e sem impedimentos, mantendo contacto com o exterior, a partir da cozinha e da varanda. A sala de estar possui um grande envidraçado, possibilitando assim uma extensão do interior para o exterior (pátio), tal com se verifica na obra do Promontório em Finisterra.

A cozinha situa-se num ponto estratégico da habitação, pois ao localizar-se numa das extremidades, facilita a deslocação entre a cozinha e os diversos compartimentos do apartamento. Uma das características desta é possuir comunicação com a varanda, podendo-se assim secar a roupa ao ar livre.

Todos os compartimentos da habitação adequam-se de modo a que possam ser visitados com autonomia por indivíduos com mobilidade condicionada, uma vez que todos temos familiares ou amigos com alguma mobilidade reduzida, não tendo de se conceber assim uma habitação exclusivamente dirigida a um determinado público-alvo (Pedro, 2003).

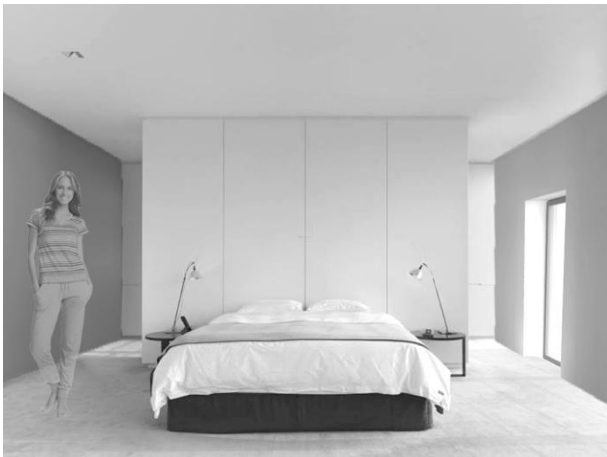


Fig. 49 – Suite.

Fonte: elaboração própria.

Os quartos possuem as medidas indicadas para a livre circulação de uma cadeira de rodas. Possuem uma peça de mobiliário para estudo / trabalho / leitura, com espaço adequado para um modelo de uma pessoa adulta em cadeira de rodas. A suite da habitação (figura 50), possui uma casa de banho integrada.

Este projeto de habitação multifamiliar adequa-se á possibilidade de os idosos a usufruírem com conforto, visto

tratar-se de uma edificação toda ela construída com materiais adequados e com estruturas sólidas, superfícies planas, elevador, casa de banho, cozinha adequada, espaço suficiente para permitir a movimentação, espaço satisfatório de armazenamento, passagens e portas suficientemente largas para possibilitar a circulação de uma cadeira de rodas (Organização Mundial de Saúde, 2009b).

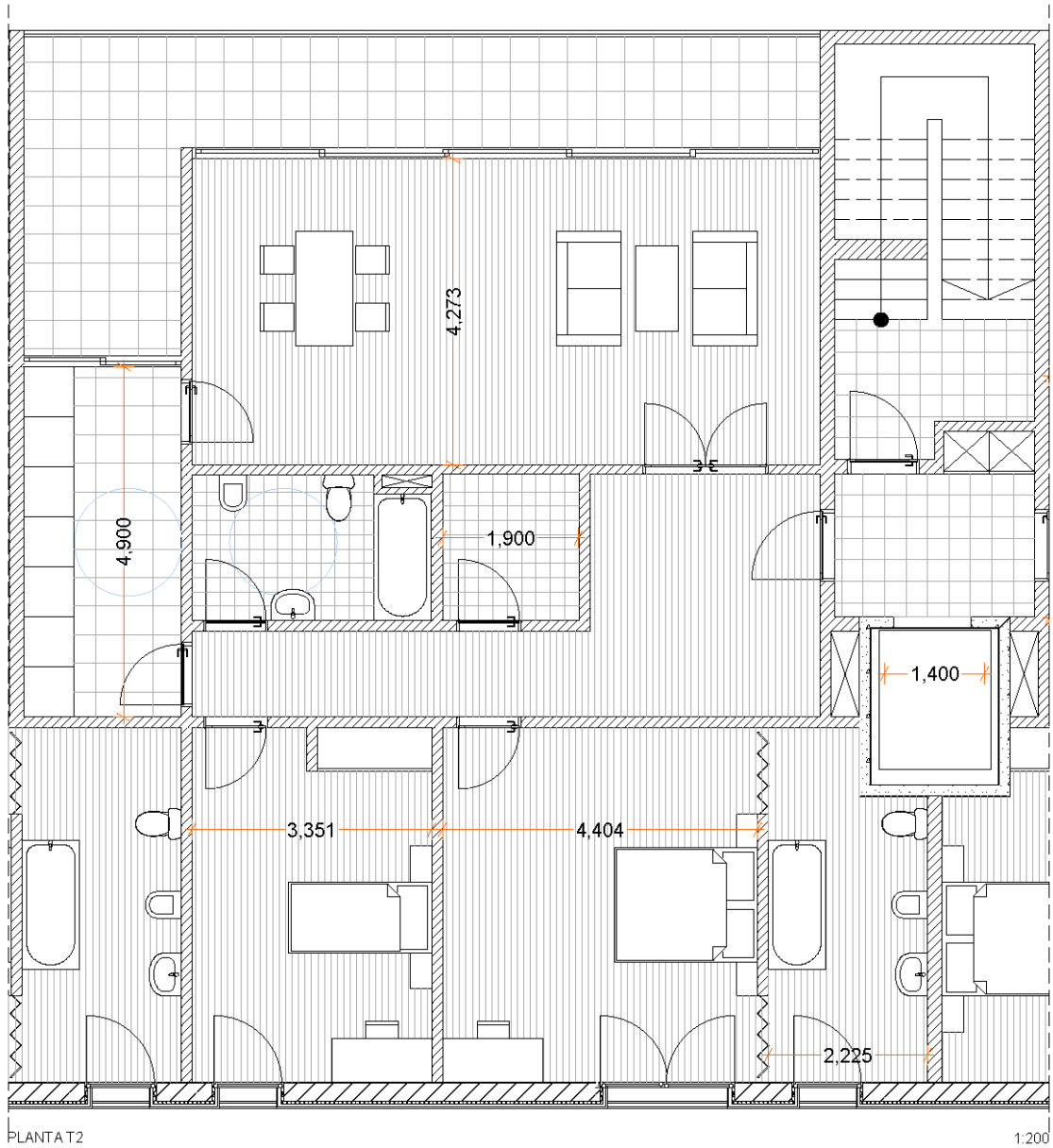


Fig. 50 - Planta T2.

Fonte: Elaboração própria.

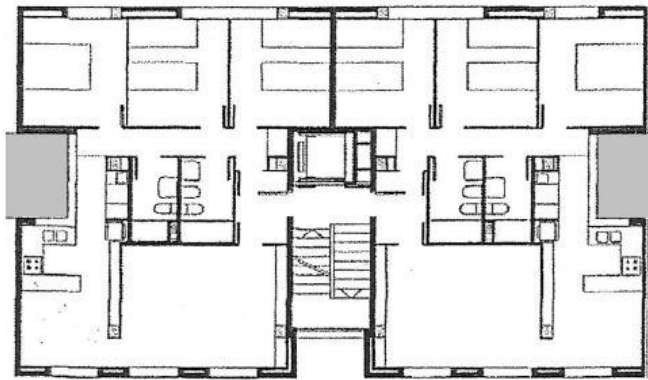


Fig. 51 - Arq. Lluís Nadal, Planta d'habitages, 1970-1980.

Fonte: Monteys, 2006.

A presença nuclear das divisórias sanitárias facilita a circulação pelo fogo, separando os compartimentos sociais dos privados. A cozinha colocada na extremidade da habitação auxilia não só a deslocação pela casa mas também as transições do indivíduo da cozinha para os restantes compartimentos.

Uma das referências arquitetônicas para a concretização e justificação do desenho habitacional é a planta do arquiteto Lluís Nadal (figura 51).

Trata-se de uma habitação que se pode descrever como tendo todas as divisões de *habitation* junto das fachadas exteriores, incluindo um saguão para ventilar a cozinha e para estender a roupa.

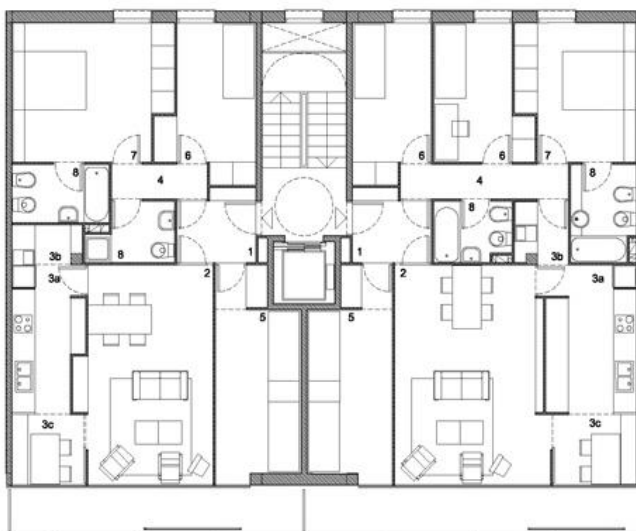


Fig. 52 – Planta *Habitatge Sector Ribera Baixa*.

Fonte: Brullet-de Luna Arquitectes.

Uma outra referência arquitetônica utilizada é a obra *Habitatge Sector Ribera Baixa* (2000/2003), do atelier Brullet-de Lune Arquitectes em *El Prat de Llobregat*, Barcelona. O edifício habitacional é composto por 129 fogos, organizado em esquerdo direito. Como se pode visualizar na figura 52, o T3 é organizado a partir de um núcleo fixo (casa de banho), facilitando assim, a circulação pela habitação.

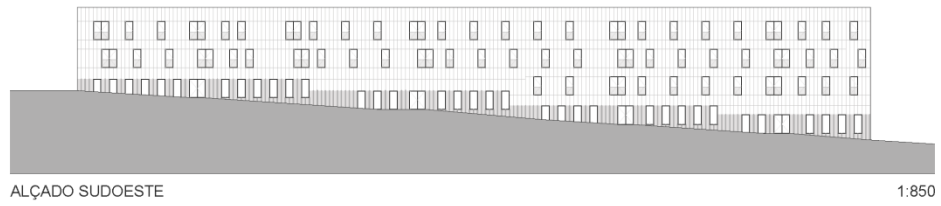
Esta colocação estratégica na edificação proporciona uma fragmentação entre os compartimentos privados e a área social. A cozinha ao encontrar-se numa das extremidades facilita a comunicação e circulação pelo fogo.

Quanto ao conceito da fachada (figura 53 e 54), o que propomos é uma fachada dinâmica, ou seja, que se modifique durante o decorrer do dia. Essas alterações ocorrem consoante a abertura / fecho dos elementos de sombreamento. Caso estes se encontrem todos fechados, obteremos uma fachada lisa e branca, podendo acontecer nas horas em que ocorrerá maior incidência solar, ou durante a noite. Os vãos de vidro duplo possuem caixilhos em alumínio preto, para contrastar com o branco do material viroc. As medidas das placas de sombreamento de viroc são de 2.10*0.45m, funcionando num sistema de fole. Os vãos possuem uma guarda de proteção em vidro temperado.



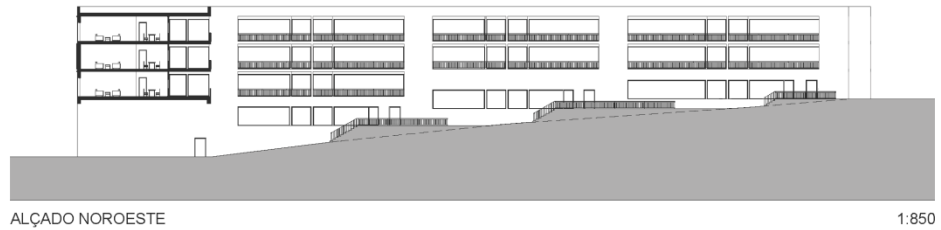
Fig. 53 - Alçado Sudoeste.

Fonte: Elaboração própria.



ALÇADO SUDOESTE

1:850



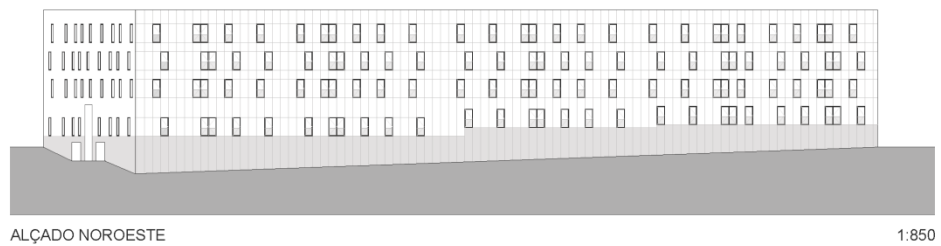
ALÇADO NOROESTE

1:850



ALÇADO SUDOESTE

1:850



ALÇADO NOROESTE

1:850



ALÇADO NORTE

1:850

Fig. 54 – Alçados.

Fonte: Elaboração própria.

4.2. Espaços exteriores de vizinhança

“As necessidades sociais estão relacionadas com a promoção do controle da privacidade e/ou interação social. Deve-se, então, proporcionar um senso de comunidade, onde a vizinhança e a camaradagem ocorram naturalmente, em locais projetados para idosos” (Hunt, 1991, cit.por Bins Ely, 2006, p. 3).

Vizinhança é um termo importante na medida em que planeamos uma certa área da cidade. A cidade é um local onde os indivíduos têm interesses específicos, sentindo a necessidade de se encontrarem e reunirem, para diversos assuntos, problemas e trocas de ideias. As vizinhanças devem ter métodos efetivos de pedir auxílio diante de um problema de grandes proporções que a rua não consiga resolver, conquistando assim a confiança dos moradores. Neste caso o bairro necessita de introduzir recursos necessários para que haja uma boa vivência, favorecendo assim o bairro e não só o próprio local, mas também a cidade. Para isso é preciso ser um bairro competente, possuindo tamanho suficiente e vendo a cidade como um todo (Jacobs, 2009).

Segundo José Lamas (2004), a unidade de vizinhança direciona-se para as relações sociais entre vizinhos. As unidades habitacionais deveriam controlar o número de indivíduos residentes num certo local, a fim de os equipar com serviços dispostos para a população estabelecer relações sociais e comunitárias. Assim sendo, a unidade de vizinhança tem de ser circunscrita por vias para permitir o trânsito fluir sem a transpor. Deverá abranger pequenos parques e áreas recreativas, com algumas vias destinadas a facilitar a circulação interna.

Este relembra que Cerdá, em Espanha, já outrora tinha pensado na relação entre as habitações e os equipamentos como meios de estabelecer igualdades sociais e na vida do bairro, propondo o rompimento dos quarteirões com o intuito de de aumentar o espaço coletivo.

“Uma vizinhança próxima constitui uma unidade residencial, organizada funcionalmente e especialmente em torno de um espaço exterior, onde se tendem a estabelecer relações de vizinhança significativas entre os moradores, e onde as crianças até aos 9-10 anos tendem a encontrar os seus espaços e companheiros de recreio” (Statens Planverk 1972, cit. por Pedro, 2002, p. 7).

Assim sendo, uma vizinhança próxima pode assumir diversas formas e dimensões tendo geralmente delimitações fáceis, por exemplo, um quarteirão, uma banda, um impasse, uma praça, uma rua, etc (Pedro, 2002, p. 7).



Fig. 55 – Pátio.

Fonte: Elaboração própria.

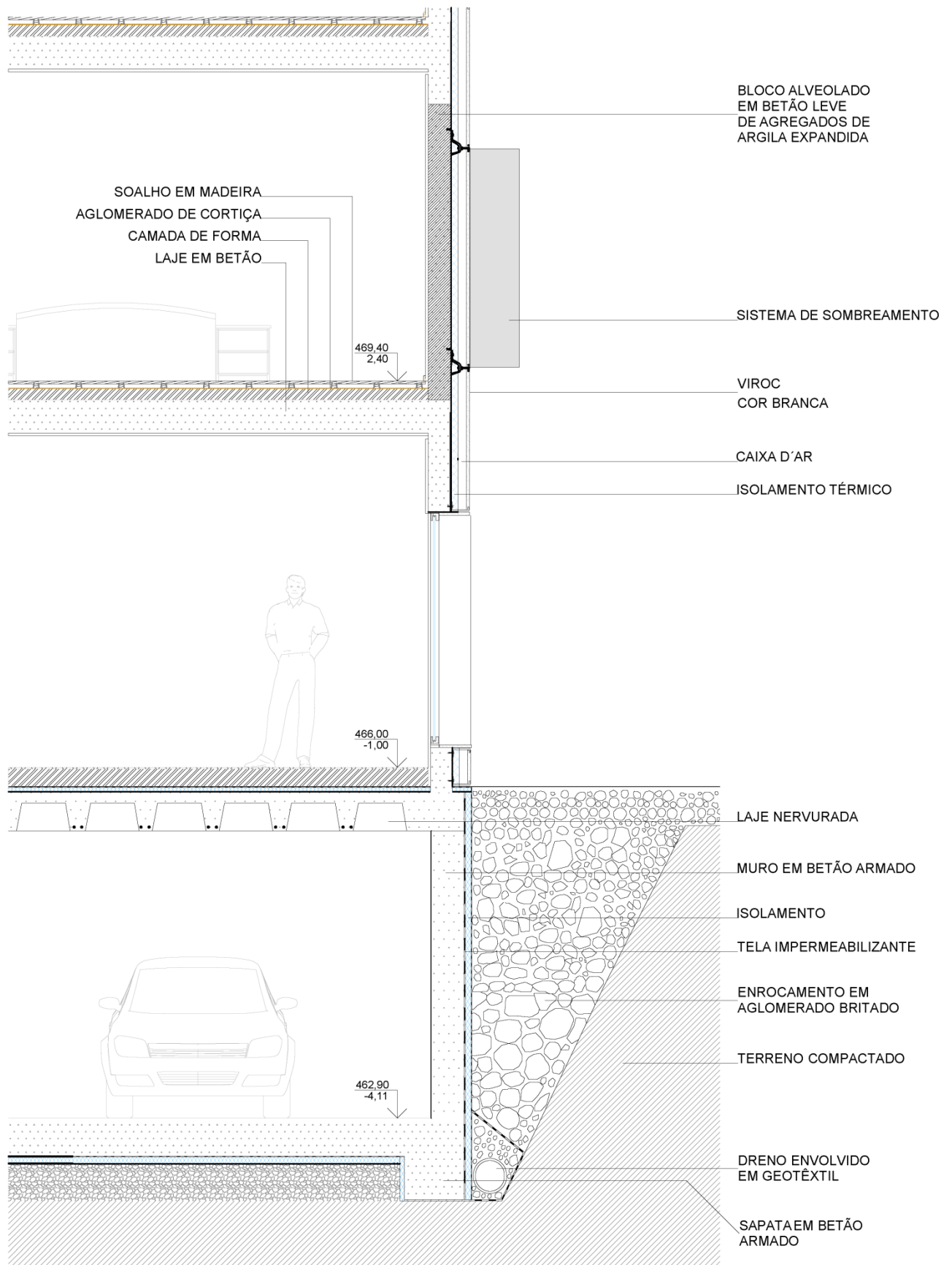
Em relação á proposta, propusemos espaços verdes (figura 55) adjacentes aos edifícios (pátios) destinados a todos os grupos etários. Estas áreas cumprem múltiplas funções importantes para as atividades e qualidade de vida dos cidadãos. São lugares dotados de características que recomendam a sua preservação por razões de importância, qualidade e dimensões (social, cultural, ambiental ou paisagística), que ostentam tipicidade capaz de singularizar ou particularizar um lugar natural. Estas áreas de recreio e lazer foram planeadas com intuito de permitirem a prática de múltiplas atividades culturais e recreativas tais como exposições, feiras, espetáculos ou cinema ao ar livre, etc.

Um dos pátios, como foi anteriormente descrito, oferece um espaço de recreio infantil auxiliando com uma pequena creche. É uma zona destinada a crianças que não só frequentam a escola como quaisquer outras que o queiram usufruir.

Todas as áreas de recreio localizadas adjacentes às habitações são de fácil acesso para os indivíduos que o desejam usufruir. Para um bom funcionamento deste, propusemos sistemas de conectividade e de mobilidade, sendo necessário introduzir ligações pedonais e de veículos não motores, para que o indivíduo consiga chegar até ele.

Uma das mais-valias que propomos para os espaços exteriores de vizinhança são as lojas de comércio no rés-do-chão dos edifícios, sendo eles comércio de produtos locais/regionais, produtos diversos, cafés, restaurantes, etc, facilitando assim a comunicação e convívio entre os indivíduos. As lojas de comércio têm a particularidade de terem as entradas principais em ambos os lados do edifício, ou seja, possuem uma entrada direcionada para o pátio e outra para a via principal, favorecendo assim a comunicação entre o pátio e a via principal. Na área adjacente ao terreno da proposta, podemos verificar a existência de vários espaços exteriores de vizinhança, tais como o parque do Fontelo e recinto da Igreja de S. Miguel.

4.3. Pormenores construtivos



CORTE PELA FACHADA

1:50

Fig. 56 - Pormenor do corte pela fachada.

Fonte: Elaboração própria.

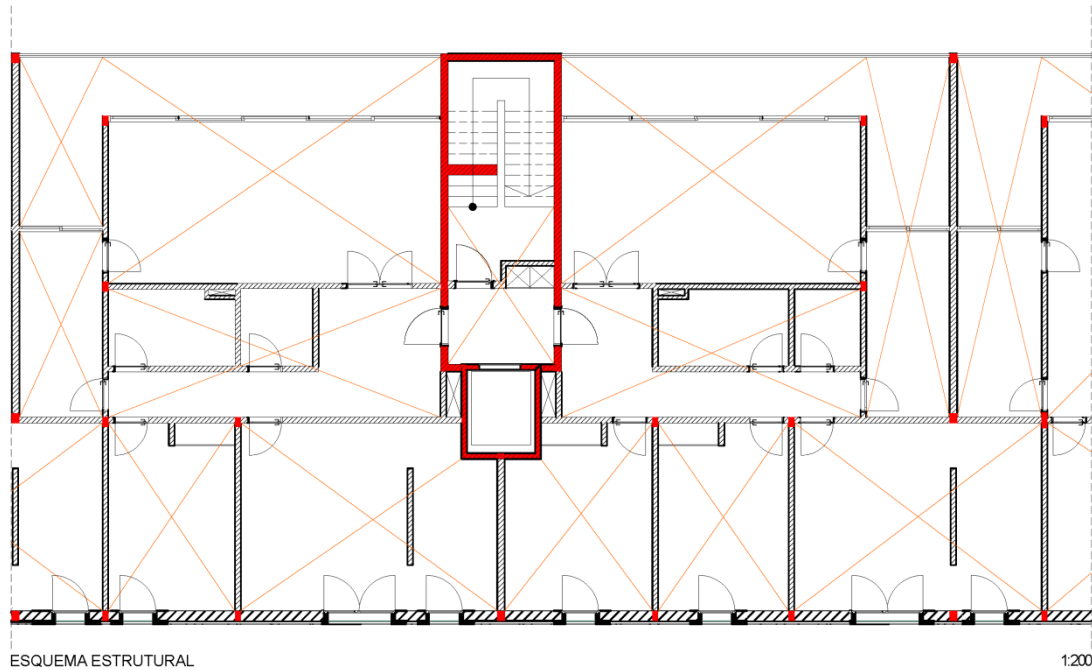


Fig. 57 - Esquema estrutural – Piso 1.

Fonte: Elaboração própria.

O edifício ergue-se numa estrutura, desenvolvida através de um sistema integrado de pilares e vigas de betão armado, incluindo os elementos estruturais dos acessos verticais. A marcação a vermelho define os pilares, sendo que, a cor laranja indica a direção das forças integradas na laje de betão armado (figura 57). O modo de fabrico da laje maciça é betonado “*in loco*”, possuindo uma grande resistência a nível das flexões e esforços transversos. A laje da garagem define-se por ser uma laje nervurada, constituída por um conjunto de vigas que se cruzam, moldadas no local.

Por a garagem ser parcialmente subterrada, decidiu-se colocar muro de betão armado e elementos de drenagem e de isolamento.

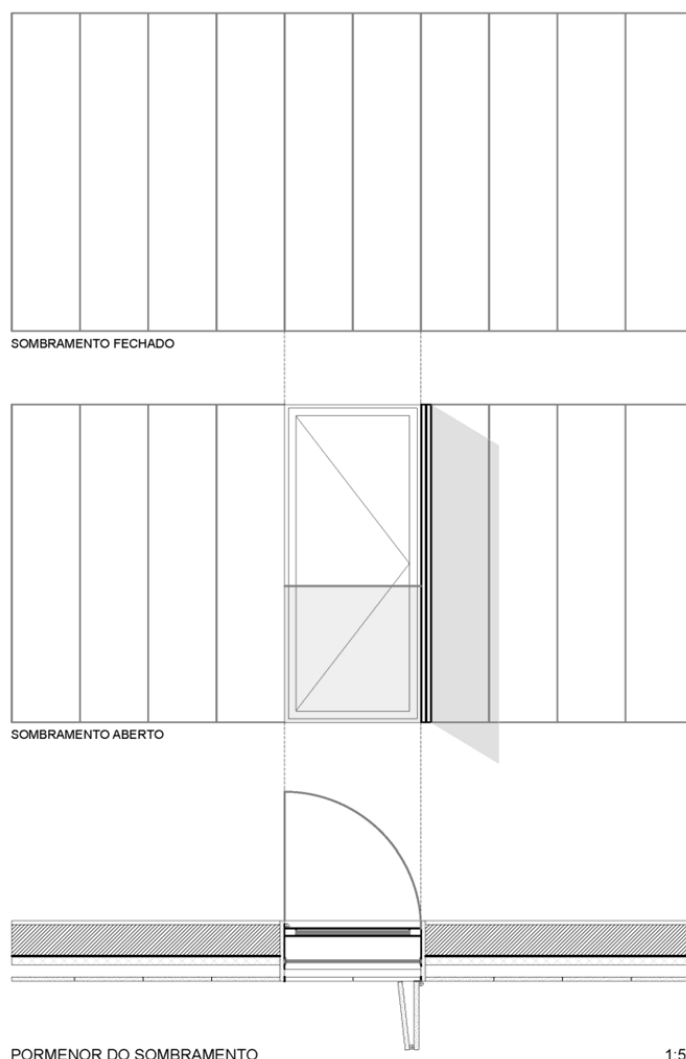
As paredes interiores que dividem os vários compartimentos dos apartamentos são em paredes simples de alvenaria de tijolo, tornando-se um material resistente sobretudo ao desgaste provocado pelos idosos.

A nível dos pavimentos interiores, face á sua constituição nos compartimentos húmidos (casa de banho e cozinha), decidiu-se por uma cerâmica antiderrapante de cor branca. Nos restantes compartimentos e corredor, optou-se por um pavimento em madeira maciça de cerejeira.

Quanto á composição da parede exterior optou-se pela utilização de uma fachada ventilada, composta por blocos alveolares em betão leve de agregados de argila expandida, isolamento térmico aplicado na parede do edifício por forma a garantir a sua estabilidade térmica, câmara-de-ar para permitir a ventilação natural da parede e por fim um revestimento em viroc sustentado por cavilhas reguláveis, sendo que neste caso o revestimento exterior tem uma função estética e de proteção da parede do edifício.

Decidiu-se colocar um sistema de fachada ventilada pelas vantagens que o sistema oferece ao nível da melhoria estética e funcional da fachada do edifício, não requerendo manutenção periódica, sendo comparado com os processos tradicionais (Construlink, 2006).

Os elementos em viroc aplicados no revestimento são painéis compostos por uma mistura de partículas de madeira e cimento, fazendo com que a combinação dos dois materiais torne o produto com uma superfície e aparência não homogénea. Optou-se por distinguir o rés-do-chão dos restantes pisos por cor, em que por esta ordem o piso térreo será em preto e os restantes em branco.



Quanto ao sombreamento, ele é resolvido com o mesmo material do revestimento da fachada, em viroc. O processo desenvolve-se segundo um sistema de fole, em que as placas de viroc deslizam sobre um mecanismo de dobradiças (figura 58).

Fig. 58 - Pormenor do sombreamento.

Fonte: Elaboração própria.

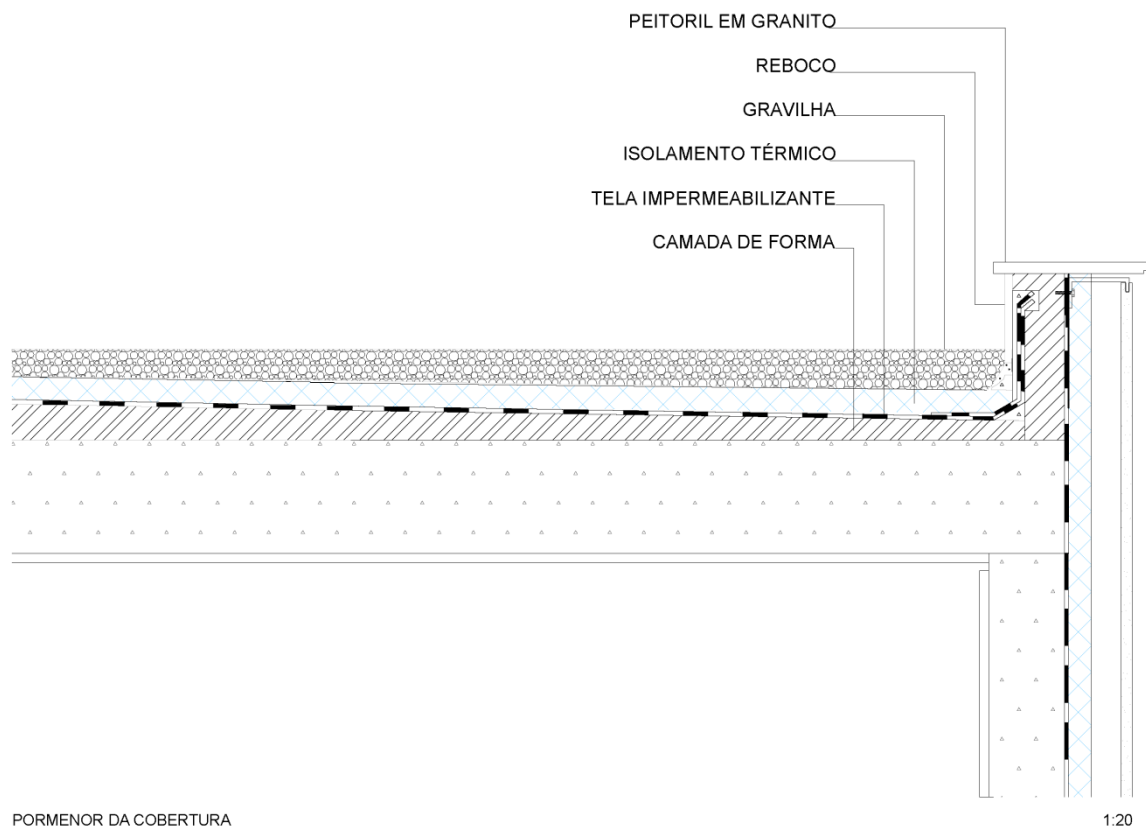
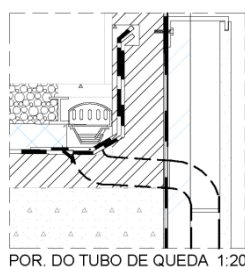


Fig. 59 - Pormenor da cobertura.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à cobertura, decidiu-se aplicar uma cobertura plana (invertida) não acessível (à exceção de trabalhos de reparação e manutenção). Tal como se pode observar na figura 59, a cobertura contém varias camadas, sendo elas a base de suporte que é constituída por uma laje de betão armado; uma camada de forma, com o objetivo de garantir a pendente da cobertura, executada com betões leves e posteriormente regularizada superficialmente com betonilha; uma barreira para-vapor, impedindo a passagem do vapor de água; uma camada de isolamento térmico caracterizando-se por ser um material de grande resistência térmica, reduzindo assim as trocas térmicas entre o exterior e interior e por último é aplicado uma camada de proteção, sendo que neste caso aplica-se gravilha para que os raios ultravioletas não danifiquem as várias camadas de impermeabilização.



Em relação á drenagem das águas pluviais, é feita através de tubos de queda, que consecutivamente é encaminhada através de um tubo situado na fachada exterior, mais propriamente na caixa-de-ar, facilitando eventuais reparações e manutenção, como se verifica na figura 60.

Fig. 60 - Pormenor do tubo de queda.

Fonte: Elaboração própria.

4.4. Referências Arquitetônicas / Estudos de caso

Ao longo da execução do projeto, foram vários os estudos de caso que auxiliaram a fortalecer o resultado final. Neste caso foi necessário recorrer não só a obras nacionais como também a obras internacionais. Estes adaptam-se de um modo geral por uma imagem contemporânea clara, direcionada para um programa base, neste caso, habitações multifamiliares.

No decorrer do projeto surgiram obras que se adequam e aproximam com o conceito, sem divergir da função como edifício multifamiliar, interagindo com o raciocínio integrante entre o conceito, função e imagem, emergindo assim os estudos de caso apresentados.

4.4.1. Promontório - praça de entrecampos (2004-2011)



Fig. 61 - Corte pelo edifício.

Fonte: Promontório 2004-2011.

Este projeto de referência localiza-se na Avenida das Forças Armadas, numa das maiores urbanizações de Lisboa, na Praça de Entrecampos, próximo da Cidade Universitária. O projeto abrange 650 fogos, 600 residências de estudantes, um

grande bloco de escritórios e uma torre de escritórios para a agência de modernização urbana da cidade, 5000 lugares de estacionamento subterrâneos, uma praça pública e um centro de artes plásticas (Promontório, 2004-2011).

Como condensador da vida social, a praça, oferece ao público, restaurantes, cafés, lojas, cinema ao ar livre e feiras de livros. Em torno dos blocos, a circulação de automóveis está confinada ao perímetro exterior do conjunto, enquanto as ruas interiores são exclusivamente para os peões. Ao nível do solo, estes pátios são alugados para pequenos escritórios e empresas de portas abertas num espaço de autocontrolo, que pode ser fechado após o expediente (Promontório, 2004-2011).

Um dos fatos deste edifício é que o orçamento de construção por metro quadrado está perto do da habitação social. As tipologias são baixas, essencialmente T0 e T1 porque se pretende abranger sobretudo uma população jovem e universitária.

O edificado desenvolve-se sob um esqueleto estrutural de betão vulgar (Promontório, 2004-2001).

Tirando partido do declive do terreno, os blocos de habitação acompanham essa mesma inclinação adaptando-se cuidadosamente através da topografia. Uma das grandes características a retirar deste projeto é a forma como foram desenvolvidos os pisos subterrâneos onde se encontram os estacionamento. As lajes desses pisos acompanham o declive do terreno (figura 61), fazendo com que assim se reduza o pé direito das frações mais altas do edifício e se reduzam escavações desnecessárias (Promontório, 2004-2011).

4.4.2. Promontório – *Finisterra* (2006-2009)

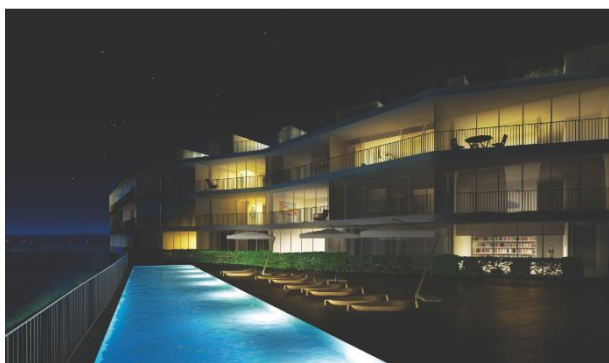


Fig. 62 - Vista exterior.

Fonte: Promontório (2006-2009).



Fig. 63 - Sala de estar.

Fonte: Promontório (2006-2009).

Este projeto localiza-se na cidade histórica de Alcácer do Sal, no Alentejo. O programa compreende 30 apartamentos seguindo o morfológico dominante de Horizonte de Alcácer. Com a sua localização privilegiada na beira ocidental da cidade, o edifício encontra-se disposto em forma de "L" para o Sul (Promontório, 2006-2009).

A sua fachada (figura 62) é totalmente envidraçada e abrigada do sol por um sistema de varandas recuadas e ondulantes que servem como uma extensão do exterior dos apartamentos. Os fogos estão organizados em esquerdo direito, com tipologias de T2 e T3, em que uma das características destas habitações é a divisão dos espaços sociais (figura 63) dos espaços

privados através de um elemento (sanitários) (Promontório, 2006-2009).

O embasamento elevado, que abarca o estacionamento e o armazenamento, permite não só elevar o edifício da rua, mas criar também um ponto de vista para o rio beneficiando todos os apartamentos dessas belas vistas.

No topo dessas plataformas encontram-se jardins privados para os apartamentos do piso térreo e uma piscina de condomínio com um leque infinito de eixos visuais para o Rio (Promontório, 2006-2009).

No 3º piso os apartamentos e os telhados são acessíveis e têm um uso privado, composto por áreas de lazer e pequenas piscinas. Uma das grandes particularidades retiradas deste estudo de caso são as fachadas totalmente envidraçadas, captando essa característica para o projeto final (Promontório, 2006-2009).

4.4.3. Brullet-de Luna Arquitectes - *Habitatges Sector Ribera Baixa* (2000-2003)

Este projeto localiza-se no município de *El Prat de Llobregat* em Barcelona, sendo dotado de uma configuração volumétrica trapezoidal, em que o seu conceito é baseado na aceitação do pátio (figura 64), que procura transparecer uma imagem dissemelhante de outros edifícios, em que este desempenha um papel a nível da organização da nova área urbana (Brullet-de Luna Arquitectes, 2000-2003).



Fig. 64 – Pátio.

Fonte: Brullet-de Luna Arquitectes (2000-2003).

Uma vez que existe falta de interesse pelos pátios, os arquitetos deste projeto resolveram propor um acesso pedonal a partir de um grande pátio, promovendo assim alternativas para as ruas e acessos para o edifício. Deste modo, é afirmativo referir que este pátio é encarado como sendo um grande espaço que promove a interação

social, o lazer bem como o descanso. Assim sendo, esta nova topografia em pátio foi obtida a partir de dois planos ligeiramente inclinados com o intuito de permitir um máximo controlo visual do espaço. Obteve-se assim uma área urbanizada com árvores sendo também pavimentada com vista a evitar a degradação rápida bem como grandes custos de manutenção (Brullet-de Luna Arquitectes, 2000-2003).

Esta disposição do edificado caracteriza-se pelo máximo aproveitamento da radiação solar quer no espaço público como no interior do edificado.

Tal é alcançado através da redução da altura de construção a sul, enquanto a norte, a cobertura é removida e a frente diminuída, fazendo com que a sombra produzida pelo edifício não prejudique as vivências no pátio como a degradação rápida dos materiais (Brullet-de Luna Architectes, 2000-2003).



Fig. 65 - Pormenor da entrada principal.

Fonte: Brullet-de Luna Architectes (2000-2003).

O acesso às habitações é feito através do pátio, em que a comunicação entre o pátio e o edifício é realizada através das escadas. Em alternativa e respondendo a critérios de acessibilidade, foi proposta uma rampa tendo um carácter diferente dependendo também da disposição topográfica do pátio (Brullet-de Luna Architectes, 2000-2003).

As entradas principais (figura 65) são destacadas com um número bastante visível, facilitando assim a comunicação com indivíduos que possuam problemas visuais. Os 129 fogos estão organizados em esquerdo direito, com áreas de 70 e 90 m². Este edifício funciona com base no conceito de adaptar a habitação para diferentes tipos de usos. Deste modo, o sistema de circulação do fogo é feito a partir de um corredor em torno de um núcleo fixo sendo que as instalações sanitárias encontram-se no centro do fogo, o que facilita a circulação para os vários compartimentos, variando assim com as várias necessidades dos ocupantes. Finalmente, as varandas onde se encontram as divisões sociais, têm a particularidade de existir um sistema de sombreamento deslizante, facilitando assim o fluxo de ar, atenuando as altas temperaturas do verão (Brullet-de Luna Architectes, 2000-2003).

4.4.4. Imagens de referência



Fig. 66 – Magén Arquitectos, 44 Viviendas, Zaragoza - Espanha.

Fonte: blogyarq, 2012.



Fig. 67 – Arq. Capilla, Edificio Piñero, Espanha.

Fonte: Archilovers, 2012.

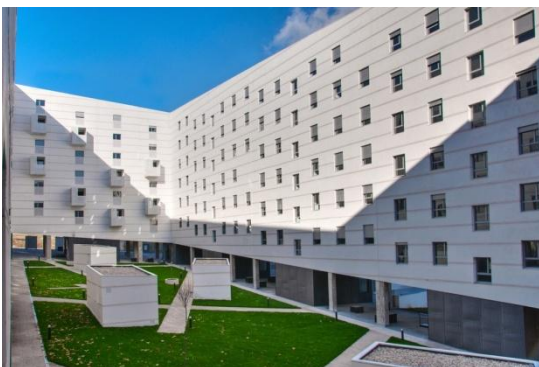


Fig. 68 – Coco Arquitectos, Carabanchel, Madrid – Espanha.

Fonte: Architectural, 2012.



Fig. 69 – ACM Arquitectos, 81 viviendas em Carabanchel, Madrid – Espanha.
Fonte: TechITT, 2009.



Fig. 70 – Arq. Aranguren, Gallegos, Madrid – Espanha.
Fonte: O próprio autor, 2011.



Fig. 71 – Arq. MVRDV, Madrid – Espanha.
Fonte: O próprio autor, 2011.



V – CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A investigação desenvolvida ao longo deste trabalho final permite-nos agora referir, por um lado, algumas conclusões resultantes da reflexão da investigação teórica e por outro, conclusões decorrentes do caminho percorrido no caso prático, ou seja, da proposta de intervenção.

É afirmativo que este trabalho final nos proporcionou um conhecimento mais aprofundado e fundamentado, no que concerne à realidade do espaço urbano, do fenómeno do envelhecimento, da questão das acessibilidades bem como das formas de habitar, contribuindo assim para o combate da exclusão social, do isolamento e da abolição das barreiras arquitetónicas habitacionais na população idosa e fomentando habitações multifamiliares acessíveis e universais a esta faixa etária.

A problemática em estudo foca portanto a importância das habitações multifamiliares universais para os idosos, uma questão bastante pertinente, que subentende a existência de um espaço “... estrutura sensível capaz de comunicar valores não só de economia e conforto, mas também sócio-culturais e poéticos. Por palavras mais simples uma “arquitetura para habitar, em vez de caixas para contemplar” (Portas, 1970, p.13), “à medida que entramos num espaço, o espaço entra em nós, e a experiência é essencialmente uma troca e fusão do objeto e do sujeito” (Pallasmaa, 2012, p.14), espaço habitacional de carácter multifamiliar, ou seja, coletivo,

“... será sobretudo no tema da habitação coletiva que ensaiam, para além de inovadores jogos plásticos, novas formas de agrupamento, de organização interna de fogos, de distribuição de acessos, revelando uma assinalável pesquisa e destreza, acreditando ingenuamente, no poder da arquitetura, transformadora do quadro de vida do quotidiano contemporâneo, respondendo, com objetivos de eficácia, às solicitações de uma vida moderna” (Tostões, 1997, p.51).

Uma vez que, na maioria das vezes o processo de envelhecimento é acompanhado por um estilo de vida inativo, mais concretamente pela inatividade física/sedentarismo, que gera assim a incapacidade e a dependência, é esse mesmo espaço que é transformado em habitações multifamiliares acessíveis e dotadas de um design inclusivo/universal, promovendo assim um íntegro habitar aos idosos, possibilitando-lhes diversas vivências, conforto e um envelhecimento ativo, quer seja no espaço público como privado.

Repensar a problemática da acessibilidade para os idosos em contexto habitacional deverá ser uma questão permanentemente presente no pensamento de quem dita as leis e de quem projeta, pois os idosos, devido á sua longevidade e aos seus problemas, necessitam de um atendimento prioritário e distinto, por parte de todos. Neste sentido, a habitação é um elemento fulcral das suas necessidades, visto que “... [O] maior benefício da casa [é que] a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite-nos o sonhar em paz ... [A] casa é uma das grandes forças de integração dos pensamentos, memórias, e sonhos da humanidade” (Bachelard, 1969, p.6 cit. por Pallasmaa, 2012, p.18).

O envelhecimento constitui-se assim como um processo complexo para o qual contribuem fatores de diversas ordens, nomeadamente biológica, social, económica e cultural, (atuando no sistema de relações do indivíduo com a sociedade e o meio ambiente) e um destino biológico do homem, vivido de forma variável e consoante os contextos em que se insere. No entanto, as tentativas para amenizar, parar e retardar o processo de envelhecimento modificam-se conforme o período histórico, a sociedade e a cultura em que as pessoas envelhecem.

Neste seguimento de ideias e de acordo com tudo o que já foi desenvolvido neste trabalho, levantam-se agora algumas questões, tais como o fato de apesar de toda a pesquisa efetuada, nomeadamente na área da habitação acessível e inclusiva, o entendimento geral é de que uma habitação acessível não pressupõe que seja mais cara do que uma habitação corrente, mas no entanto, segundo alguns estudos europeus, uma habitação acessível tem um custo acrescido de 3 a 7%. Dada a conjuntura económico-política do país, as remunerações auferidas pelos portugueses e a vulnerabilidade dos idosos, porque não equacionar este tipo de habitações face às possibilidades reais desta camada populacional? O que tem uma cidade a beneficiar com a construção de habitações multifamiliares? Até que ponto estas habitações para os idosos são importantes? Porque não desenvolver mais estudos e pesquisas sobre a temática da habitação multifamiliar para idosos?

Sendo a cidade de Viseu o nosso local de intervenção, as evidências mostram-nos que esta possui uma topografia com alguma inclinação, que varia entre os 100 metros de altimetria. A nascente da cidade encontra-se no ponto mais alto e a cota mais baixa da cidade é acompanhada pela linha de água do rio Pavia. Existe também uma grande diferença topográfica entre o lado Norte e Sul das duas margens do rio Pavia.

A cidade de Viseu ao longo da história impôs uma importante posição no território, sendo um ponto de cruzamentos de vias desde a época do Império Romano.

Atualmente esta cidade apresenta-se com uma estrutura de dois sistemas viários, o radial e o circular, mas ambas com funcionalidades diferentes. Nesta zona de estudo destacam-se os Jardins públicos da Santa Cristina e o Jardim de Santo António, constituindo assim espaços devidamente tratados pelas entidades responsáveis, destinados a funções de lazer, convívio, espaço de interação, descanso, local de passeio e também ponto de interesse na cidade. Estes lugares são usados com bastante frequência pela população visíense, em parte devido à sua localização. De um modo geral, o edificado existente na área de análise remete para a construção de pouca altimetria, sendo eles de três, quatro e dois pisos. É de salientar a existência de uns trinta edifícios que remetem para um piso, existindo muito pontualmente edifícios que dispõem cinco, sete e oito pisos.

Foi nossa pretensão, com esta proposta, intervir no vazio urbano delimitado, visto ser uma área esquecida, abandonada e desvalorizada, fomentando assim benefícios a nível habitacional, comercial e de lazer. Através do estudo intensivo ao local, planeamos tipologias e programas urbanos diversificados, desde habitações para idosos, comércio, espaços verdes comuns e novas infraestruturas que obedecessem à acessibilidade e à mobilidade, conjugando com o espaço urbano existente. Mais, pretendeu-se modificar e revigorar a imagem bem como a identidade desta zona abandonada da cidade, transformando-a num espaço para toda a população, especificamente para a camada populacional idosa, promovendo deste modo o bem-estar, a qualidade de vida, o envelhecimento ativo, a interação e integração social. Assim, almejamos proporcionar uma melhoria global da cidade e especificamente do local, garantindo igualmente novos comportamentos, dinâmicas, interações, fluxos e acessibilidades quer a nível do espaço público como privado, tornando assim o local que anteriormente era um vazio urbano, num espaço agradável, habitável e atrativo para a cidade.

Findo este trabalho de investigação, resultado de uma longa e constante pesquisa, cabe-nos referir que julgamos ter atingido os objetivos a que nos propusemos e que a metodologia aplicada foi relativamente eficaz, sendo que a sua concretização foi um dos maiores e árduos desafios (mas bastante gratificante) que enfrentámos na nossa vida académica, uma vez que se trata do culminar de um processo de formação/aprendizagem com vista ao exercício profissional da Arquitetura, constituindo-se portanto como uma oportunidade única de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal, quer pelos ganhos a nível de conhecimentos como pelo questionamento das nossas próprias convicções estéticas e projetuais.

Sendo os arquitetos os escritores da linguagem não-verbal da cidade e como tal indutores de comportamentos vivenciais, ficámos cientes de que devemos criar soluções arquitetónicas adequadas às necessidades, personalidade e preferências de cada cidadão, nomeadamente da população idosa, pois esta é uma faixa etária bastante mais vulnerável que necessita de uma maior e melhor atenção, neste caso em particular, a nível habitacional e do espaço urbano adjacente. Devemos então basear-nos sempre numa arquitetura universal, acessível e inclusiva, transformando assim os espaços de acordo com o que nos é solicitado, pois todos os idosos e demais cidadãos têm o direito a ter uma habitação condigna, que espelhe o que já foi supracitado anteriormente.

Concluimos assim este trabalho final com algumas citações pertinentes que suscitam interesse para esta temática:

“Uma grande época começa. Um espírito novo existe. Existe uma multidão de obras de espírito novo; são encontradas particularmente na produção Industrial. Os Hábitos sufocam a arquitetura. Os “estilos” são uma mentira. O estilo é uma unidade de princípios que anima todas as obras de uma época e que não resulta de um estado de espírito caracterizado. A nossa época fixa em cada dia um estilo. Os nossos olhos, infelizmente, não sabem ainda discerni-lo” (Corbusier, 2004, p.57).

“Só é possível habitar o que se constrói” (Heidegger, 2001, p.143).

“Cada país tem as arquiteturas que merece” (Byrne, 1986, p.12).

“A Arquitetura Racional, como nós a entendemos, reencontra a harmonia, o ritmo a simetria do novo esquema construtivo, no carácter dos materiais e na perfeita resposta à exigência que um edifício é destinado” (Fiocchetto, 1987, p.9).

Referências Bibliográficas

Ariès, p. e Duby, g. - *História da Vida Privada I*. [online] Cit. por COELHO, A., B. – *A casa-pátio: elementos de enquadramento*. António Baptista Coelho: Lisboa. Disponível em: <<http://infohabitar.blogspot.pt/2010/01/sobre-casa-patio-elementos-de.html>> [Consultado em 13 de Outubro de 2013].

Asher, f., 2010 *Novos Princípios do Urbanismo seguido de novos compromissos urbanos: um léxico*. Livros Horizonte: Lisboa.

Assembleia Geral das Nações Unidas 1948. Declaração Universal dos Direitos Humanos [pdf] Disponível em: <<http://www.slideshare.net/eb23anadia/declarao-universal-dos-direitos-humanos-10395466>> [Consultado em 25 de Agosto de 2013].

Assembleia Municipal de Viseu, 2012. *Regime Jurídico da Reorganização Territorial Autárquica* [pdf] Disponível em: <<http://app.parlamento.pt/utrat/Municipios/Viseu/ANEXO%20II%20%20AM%20Viseu.pdf>> [Consultado em 13 de Setembro de 2013].

Associação Nacional de Municípios Portugueses. *Viseu*. [online] Disponível em: <<http://www.anmp.pt/anmp/pro/mun1/mun101w3.php?cod=M3500>> [Consultado em 13 de Setembro de 2013].

Azevedo, C., 1988 *Solares Portugueses – introdução ao estudo da casa nobre*. Horizonte: Lisboa.

Bachelard, G. – *The poetics of Space*. Cit. por Pallasmaa, J. - *Thought in Form – then essays on Architecture*. Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa: Viseu, 2012. Traduzido por Baldaia, B., et al.

Bins ely, V., H., M. e Dorneles, V., G., 2006. *Acessibilidade Espacial do Idoso no Espaço Livre Urbano* [pdf] Curitiba. Disponível em: <<http://pitagoras.unicamp.br/~teleduc/cursos/diretorio/tmp/2549/portfolio/item/32/abergo-26.pdf>> [Consultado em 08 Novembro 2012].

Blaser, W., 1997 *Pátios, 5000 años de evolución desde la antigüedad hasta nuestros días*. Editora Gustavo Gili: Barcelona.

Brullet-de-Luna Arquitectes, 2000/2003. *Habitages Sector Ribera Baixa*. [online] Disponível em: < <http://www.brulletedeluna.com/index.php/projectes/habitatges/116-habitatges-sector-ribera-baixa-el-prat-del-llobregat.html>> [Consultado em 26 de Maio de 2013].

Bogdan, R. e Biklen, S., 1994 *Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto Editora: Porto.

Borja, J. e Muxí, Z., 2003 *El espacio público: ciudad e ciudadanía*. Electa: Barcelona.

Borsdorf, A., 2003. *Hacia la ciudad fragmentada. Tempranas estructuras segregadas en la ciudad latino-americana*. [online] Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(122\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(122).htm)> [Consultado em 20 de Novembro de 2012].

Brandão, P., 2008 *A identidade dos lugares e a sua representação coletiva: bases de orientação para a conceção, qualificação e gestão do espaço público*. DGOTDU: Lisboa.

Byrne, G. S., 1986. Que arquitetura se faz em Portugal?. *O país construído que temos*. Jornal de Letras, Artes e Ideias, nº 189, 18-24 Fevereiro.

Calado, M. e Silva, J. H. P., 2005 *Dicionário de Termos de Arte e Arquitetura*. Editorial Presença: Lisboa.

Cavaco, C. S., 2007. *Os espaçamentos ilegítimos ou a condição suburbana do vazio* [pdf] Lisboa. Disponível em: <http://seu2007.saau.iscte.pt/Actas/Actas_SEU2007_files/Cristina_Cavaco2.pdf> [Consultado em 15 Novembro de 2012].

Cabral, F. C., 1993 *Fundamentos da Arquitetura Paisagista*. Instituto da Conservação da Natureza: Lisboa.

Cabrita, A. R., 1995 *O Homem e a casa, definição individual e social da qualidade da habitação*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Lisboa.

Camacho, A. B., 1991 *Envelhecimento*. Servir: Lisboa.

Censos 2011, 2011. *Resultados Definitivos – Portugal. Instituto Nacional de Estatística, Statistics Portugal*. [pdf] Disponível em: <http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554> [Consultado em 1 de Fevereiro de 2013].

Ching, F., D. K. 2008 *Arquitetura, forma, espaço e ordem*. Martins Fontes: São Paulo. Traduzido por Alvamar Helena Lamparelli.

Chombart de lauwé, P., H. – *Des homes et des villes*. Cit. por Cabrita, A., M. R. – *O Homem e a casa, Definição Individual e Social da Qualidade da Habitação*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Lisboa, 1995.

Clavel, M. – *Éléments pour une nouvelle réflexion sur l'habiter*. Cit. por Cabrita, A., M. R. – *O Homem e a casa, Definição Individual e Social da Qualidade da Habitação*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Lisboa, 1995.

Coelho, A., B. e Cabrita, A. R., 2003 *Habitação evolutiva e adaptável*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Lisboa.

Coelho, A. B., 2007 *Habitação Humanizada*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Lisboa.

Constituição da República Portuguesa (de acordo com a redação dada pela Lei Constitucional 1/2005, de 12 de Agosto). Porto: Porto Editora.

Construlink, 2006. Fachada Ventilada [pdf] Dossier Técnico Económico, Outubro, nº2. Disponível em: <<http://engenhariacivil.files.wordpress.com/2008/01/dossiereconomico.pdf>> [Consultado em 1 de Novembro de 2013].

Corbusier, L., 2004 *Vers une Architecture*. Perspectiva: São Paulo. Tradução Ubirajara Rebouça.

Correia, A., 1989 *Cidades e Vilas de Portugal - Viseu*. Editorial Presence.

Cunca, R., 2006 *Territórios Híbridos*. Universidade de Lisboa: Lisboa.

Curl, J., 1937 *A Dictionary of Architecture*. Oxford University Press: Oxford.

Daniel, P., 2000 *Arquitectura e modernidade*. Instituto Piaget: Lisboa.

Dischinger, M. e Bins Ely, V., H. M. – *Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: guia de avaliação e implementação de normas técnicas* [pdf] Cit. por Bins Ely, V., H. M. e Dorneles, V., G. – *Acessibilidade Espacial do Idoso no Espaço Livre Urbano*. Curitiba. Disponível em: <<http://pitagoras.unicamp.br/~teleduc/cursos/diretorio/tmp/2549/portfolio/item/32/abergo-26.pdf>> [Consultado em 27 de Novembro de 2012].

Duplay, C. e Duplay, M., 1985 *Methodes Illustrées de Création Architecturale*. Editions du Moniteur: Paris.

Fiocchetto, R., 1987 *Cesare Cattaneo*. Officina Edizioni: Roma.

Frank, E. V., 2003 *Arquitectura y Sociedad / Old Age, Architecture and Society*. Nobuko Sa: Buenos Aires.

Gehl, J. e Gemzøe, L. 2000 *Novos espaços urbanos*. Editorial Gustavo Gili, SA: Barcelona. Tradução de Carla Zollinger.

Gonçalves, V., M. B. e Fernandes, A., S. e Simão, E. M. L., 1997-1998. *Currículo – Uma abordagem Teórico-Prática* [pdf] Vila Real. Disponível em: <<http://www.vgportal.ipb.pt/vgportal/media/vgdocs/trabalhos/dccap4.pdf>> [Consultado em 25 de Setembro de 2013].

Grupo interdisciplinar para uma cidade adaptada, 2003-2006. *Conceitos*. [online] Disponível em: <<http://www2.cm-evora.pt/gica/conceito.asp#Acessibilidade>> [Consultado em 24 de Setembro de 2013].

Hanson, J., 2004. *The Inclusive City: delivering a more accessible urban environment through inclusive design* [pdf] London. Disponível em: <eprints.ucl.ac.uk/3351/1/3351.pdf> [Consultado em 25 de Novembro de 2012].

Heidegger, M., 1954. *Construir, Habitar, Pensar [Bauen, Wohnen, Denken]* [pdf] Pfullingen: Gunther Neske. (Tradução do original alemão por Márcia Sá Cavalcante Schumbach). Disponível em: <http://www.prourb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf> [Consultado em 3 de Setembro de 2013].

Heidegger, M., 2001 *Poetry, Language, Thought*. HarperCollins: New York.

Heikkinen, E. e Watters, W. e Brzezinski, J. Z. – *Living Conditions* Cit. por Martin; *et al;* – *Habitação para pessoas idosas: problemas e desafios em contexto português*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 2012.

Hunt, M., E. – *The design of supportive environment for older people* [pdf] Cit. por Bins Ely, V., H. e Dorneles, V., G. - *Acessibilidade Espacial do Idoso no Espaço Livre Urbano*. Curitiba. Disponível em: <<http://pitagoras.unicamp.br/~teleduc/cursos/diretorio/tmp/2549/portfolio/item/32/abergo-26.pdf>> [Consultado em 08 Novembro 2012].

Inclusive design toolkit, 2013. *What is inclusive design?* [online] Disponível em: <<http://www.inclusivedesigntoolkit.com/betterdesign2/whatis/whatis.html>> [Consultado em 30 de Setembro de 2013].

INE, 2011. *Censos 2011* [pdf] Disponível em: < <http://mapas.ine.pt/map.phtml>> [Consultado em 13 de Setembro de 2013].

Instituição de uma nomenclatura comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS): Regulamento (CE) N° 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003.

Instituto Nacional de Estatística, 2011. *Censos 2011 - Resultados provisórios – 2011*. [online] Disponível em: <<URL://www.slideshare.net/Macaleo/censos2011-resultados-provisorios-12182074>> [Consultado em 18 de Setembro de 2013].

Instituto Nacional de Estatística, 2013. *População cresceu na última década, apesar de estar a diminuir desde 2010* [pdf] Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=133545521&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt> [Consultado em 2 de Fevereiro de 2013].

Jacobs, J., 2009 *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Editora WMF Martins Fontes Lda: São Paulo. Traduzido por Carlos S. Mendes Rosa.

Joaquín, A., 2000 *72 Voces para un Diccionario de Arquitectura Teórica*. Celeste Ediciones: Madrid.

Lamas, J. M. R. G., 2004 *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.

Ledrut, R. – *Sociologie urbaine*. Cit. por Cabrita, A., M. R. – *O Homem e a casa, Definição Individual e Social da Qualidade da Habitação*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Lisboa, 1995.

Lefevre, H., – *Introdução a L’habitat pavillonnaire*. Cit. por Cabrita, A., M., R., – *O Homem e a casa, Definição Individual e Social da Qualidade da Habitação*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Lisboa, 1995.

Lévesque, L., 2002. *The 'Terrain Vague' as material – some observations. House Boat /Occupations Symbiotiques.* [online] Hull / Gatineau. Disponível em: <http://www.amarrages.com/textes_terrain.html> [Consultado em 24 de Outubro de 2012].

Lima, A. P., *et al*; 1988. A diversidade cultural do envelhecimento; a construção social da categoria da velhice. *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia.* Vol. 6, Nº2.

Lynch, K., 1981 *Good City Form.* The MIT Press: Cambridge.

Lynch, K., 2007 *A Boa Forma da Cidade.* Edições 70: Lisboa.

Maisel, J., L. - *Design Resources, DR-05 Levels of Inclusive Housing* Cit. por Martin, I., *et al*; 2012 – Habitação para pessoas idosas: problemas e desafios em contexto português. *Envelhecimento Demográfico*, [online] Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10586.pdf>> [Consultado em 29 de Setembro de 2013].

Martin.; *et al*; 2012 – *Habitação para pessoas idosas: problemas e desafios em contexto português.* Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.

Mateus, O. S. F., 2011. *A Acessibilidade Local como fator de localização de equipamentos coletivos de proximidade* [pdf] Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3464>> [Consultado em 20 de Novembro de 2012].

Melo, L. P. S., 2007. *Terrain Vague – notas de investigação para uma identidade.* [online] Disponível em: <http://www.artecapital.net/arq_des.php?ref=14> [Consultado em 20 de Novembro de 2012].

Monge, N., 2006. Design de produtos inclusivos, satisfatórios: a abordagem holística ao design inclusivo. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura n° 07 (2006)*, [online] Disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.ulusofona.pt%2Findex.php%2Fcaleidoscopio%2Farticle%2Fdownload%2F2293%2F1802&ei=PdFeUvTTKoarhQf8xoG4DA&usg=AFQjCNE4DpB4jDA8lJa_d5WaesPgo7zIGg> [Consultado em 24 de Setembro de 2013].

Neves, S., 2012. *Pátio: génese, evolução conceptual e morfológica. Investigação para a conceção de um edifício multifuncional em Lisboa* [pdf] Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/5434>> [Consultado em 10 de Outubro de 2013].

Norberg-Schulz, C., 1980 *Genius Loci: towards a phenomenology of Architecture*. Rizzoli: New York.

Normas Técnicas sobre Acessibilidade: Decreto-Lei n° 123/97 de 22 de Maio.

Organização Mundial de Saúde, 2009b *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.

Pais, J., H. e Calado, M., 2005 *Dicionário de Termos de Arte e Arquitetura*. Editorial Presença: Lisboa.

Paiva, A. L. S. A., 2002. *Habitação flexível, análise de conceitos e soluções* [pdf] Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <http://www.ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/pessoal/jpedro/Links/Alexandra/Habitacao_flexivel.pdf> [Consultado em 11 de Setembro de 2013].

Pallasmaa, J., 2012 *Thought in Form – then essays on Architecture*. Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa: Viseu. Traduzido por Baldaia, B., et al.

Palmade, J. – *La dialectique du logement et de son environnement – Étude exploratoire*. Cit. por Cabrita, A. M. R. – *O Homem e a casa, Definição Individual e Social da Qualidade da Habitação*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Lisboa, 1995.

Panerai, P. e Castex, J. e Depaule, J., 1997 *Formes Urbaines De L'ilot a La Barre*. Éditions Parenthèses: Paris.

Pedro, J. B., 2003. *A acessibilidade na habitação e nos edifícios residenciais* [pdf] São Paulo. Disponível em: <<http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/pessoal/jpedro/Research/Pdf/Apresentacao%20acessibilidade%20de%20PMC%20edificios%20e%20habitacao.pdf>> [Consultado em 28 de Setembro de 2013].

Pedro, J.B., 2002. Programa Habitacional, vizinhança próxima. Laboratório Nacional de Engenharia Civil:Lisboa.

Perry, C. - *The Neighborhood and community planning* Cit. por Cardoso, J. - *Aspetos Sociais da Unidade de Vizinhança como elemento de Urbanização*. Direção Geral dos Serviços de Urbanização e Centro de Estudos de Urbanismo: Coimbra, 1958.

Pesavento, S. J., 2007. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, [pdf] Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26305302>> [Consultado em 1 de Outubro de 2013].

Portas, N., 1970 A Evolução da Arquitetura Moderna em Portugal – uma interpretação. In: Zevi, B., 1970-79 História da Arquitetura Moderna. Editora Ática: Lisboa. Vol. II.

Portas, N., 2000. Do vazio ao cheio. *Cadernos de Urbanismo nº2*, [online] Disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fcidadeimaginaria.org%2Ffeu%2FDovazioaocheio.doc&ei=4x5gUs_dKuM7AaIqYC4Aw&usg=AFQjCNENryI1hEXO9fm7GEY1xgqUrFxxg&bvm=bv.54176721,d.Yms> [Consultado em 25 de Outubro de 2012].

Promontório, 2004-2011. *Entrecampos Housing*. [online] Lisboa. Disponível em: <http://www.promontorio.net/userfiles/projects_more/pdf/entrecampos_housing.pdf> [Consultado em 25 de Março de 2013].

Promontório, 2006-2009. *Finisterra*. [online] Alentejo. Disponível em: <http://www.promontorio.net/userfiles/projects_more/pdf/finisterra.pdf> [Consultado em 25 de Março de 2013].

Purini, F., 1984 *La Arquitectura Didáctica*. Yerba: Valencia.

Pynoos, J. e Caraviello, R. e Cicero, C. – *Lifelong housing: the anchor in aging friendly communities* Cit. por Martin; *et al*; – *Habitação para pessoas idosas: problemas e desafios em contexto português*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 2012.

Rapport, A. - *The ecology of housing*. Cit. por Cabrita, A. M. R. – *O Homem e a casa, Definição Individual e Social da Qualidade da Habitação*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Lisboa, 1995.

Remesar, A., 2005 *Do projeto ao objecto – Manual de boas práticas de mobiliário urbano em centros históricos*. Centro Português de Design: Lisboa.

Rosa, M. J. V., 2012 *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. FFMS: Lisboa.

Rosenmayr, L. – *The family – a source of help for the elderly?* Cit. por Martin; *et al*; – *Habitação para pessoas idosas: problemas e desafios em contexto português*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 2012.

Satariano, W. – *Aging, Health, and the Environment: An Ecological Model* Cit. por Martin; *et al*; – *Habitação para pessoas idosas: problemas e desafios em contexto português*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 2012.

Sá, C. X., 2005 *Imagens sobre a Velhice*. Sn: Viseu.

Santos, L., 2004. *Caraterização Sócio-Económica dos Concelhos. Concelho de Viseu* [pdf] Disponível em: <<http://especial.imgs.sapo.pt/multimedia/pdf/local/Viseu.pdf>> [Consultado em 13 de Setembro de 2013].

Santos, S. S., 2011. *Espaços urbanos expectantes como oportunidades para a requalificação: entre a cidade e o rio (envolvente da cordoaria)* [pdf] Lisboa. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3914>> [Consultado em 22 de Outubro de 2012].

Sassen, S., 2006. *Making Public Interventions in Today's Massive Cities* [pdf] London Consortium. Disponível em: <<http://www.saskiasassen.com/PDFs/publications/Making-Public-Interventions.pdf>> [Consultado a 5 de Novembro de 2012].

Schoenauer, N., 2000. *6000 years of Housing*. W.W.Norton and Company: New York.

Serviço de estudos sobre a população do departamento de estatísticas censitárias e da população, 2002. O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas. *Revista de Estudos Demográficos*, [online] Disponível em: <http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_estudo_det&menuBOUI=13707294&contexto=es&ESTUDOSest_boui=106370&ESTUDOSmodo=2&selTab=tab> [Consultado em 8 de Fevereiro de 2013].

Sidónio, J., *et al*; 2006. *Viseu, Notas Históricas*. [online] Disponível em: <<URL://www.cfpa.pt/historia/encprof2006/archive.htm>> [Consultado em 18 de Setembro de 2013].

Silva, C., 2008. *Arquiteto* [pdf] Vila do Conde. Disponível em: <<http://psicologia.esc-joseregio.pt/wp-content/uploads/2008/10/arquitecto.pdf>> [Consultado em 23 de Julho de 2013].

Silveira, Â. C., 1999 *A casa-pátio de Goa*. FAUP publicações: Porto.

Simões, A. e Barros, S., 2012. *Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica: Parecer sobre a aplicação ao Município de Viseu* [pdf] Disponível em: <<http://app.parlamento.pt/utrat/Municipios/Viseu/ANEXO%20II%20%20AM%20Viseu.pdf>> [Consultado em 13 de Setembro de 2013].

Simões, J. F., *et al*; 2010 *Uma casa para a vida. Aplicação do design inclusivo à habitação*. Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.: Lisboa.

Simões, J. F., 2006 *Design Inclusivo Acessibilidade e Usabilidade em Produtos, Serviços e Ambientes*. Centro Português de Design: Lisboa.

Simões, R. - *Corporeidade e Terceira Idade: a marginalização do corpo idoso* [pdf] Cit. por Bins Ely, V., H. M. e Dorneles, V., G. – *Acessibilidade Espacial do Idoso no Espaço Livre Urbano*. Curitiba. <<http://pitagoras.unicamp.br/~teleduc/cursos/diretorio/tmp/2549/portfolio/item/32/abergo-26.pdf>> [Consultado em 08 Novembro 2012].

Solà-Morales, I., 1995. *Terrain Vague* [pdf] In: Cacciari, M, ed. 2002. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili. pp.181-193. Disponível em:<http://paisarquia.files.wordpress.com/2011/03/solc3a1-morales_i_terrain-vague.pdf> [Consultado em 22 de Outubro de 2012].

Solà-Morales, I., 2000 *Arquitectura* In: *Intróduccion a la Arquitectura. Conceptos fundamentals*. Edicions UPC: Barcelona.

Statens, P. – *Bostades Grannskap, rad och anvisningar for planering* Cit. por Pedro, J.B. - Programa Habitacional, vizinhança próxima. Laboratório Nacional de Engenharia Civil: Lisboa.

Távora, F.,2006. *Da Organização do Espaço*. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto: Porto.

Tostões, A., 1997 *Os verdes anos na Arquitetura Portuguesa nos anos 50*. FAUP: Porto.

United Nations, 2002. *The dynamics and consequences of population ageing. world population ageing 1950-2050* [pdf] Disponível em:<<http://www.un.org/esa/population/publications/worldageing19502050/pdf/7introduction.pdf>> [Consultado em 12 de Fevereiro de 2013].

United Nations Population Fund, 2007. *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2007. Desencadeando o Potencial do Crescimento Urbano* [pdf] Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2007.pdf>> [Consultado em 28 de Janeiro de 2013].

Verdi, M., 2010 Vínculos: antídoto da solidão. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais no Estado de São Paulo*. Jul-Dez, Vol. 11 Nº 2.

Bibliografia de Imagens

ACM Arquitectos, 2009. *81 vivendas em Carabanchel, Madrid – Espanha*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <<http://www.techitt.com/Homepage/verDestaqueArquitectura.php?id=348>> [Consultado em 3 de Novembro de 2013].

Angridoc1, 2012. *"Terrain vague" Lille. Novembro 1975 (anos 70)*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/angrydoc/4423655764/lightbox/>> [consultado em 25 de Novembro de 2012].

Associação Nacional de Freguesias, s.d. *Localização de Viseu*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <<http://www.anafre.pt/anafre/distritos/viseu>> [Consultado em 6 de Setembro de 2013].

Bing Maps, 2013. *Área de estudo*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <<http://www.bing.com/maps/>> [Consultado em 9 de Setembro de 2013].

Borsdorf, A., 2003. *Modelo da estrutura e desenvolvimento das cidades Latino-americanas*. [fotografia eletrónica]. Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(122\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(122).htm)> [Consultado em 3 de Dezembro de 2012].

Brullet-de-Luna Arquitectes, 2000/2003. *Pátio*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <<http://www.brulletedeluna.com/index.php/projectes/habitatges/116-habitatges-sector-ribera-baixa-el-prat-del-llobregat.html>> [Consultado em 26 de Maio de 2013].

Brullet-de-Luna Arquitectes, 2000/2003. *Planta Habitatges Sector Ribera Baixa*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <<http://www.brulletedeluna.com/index.php/projectes/habitatges/116-habitatges-sector-ribera-baixa-el-prat-del-llobregat.html>> [Consultado em 26 de Maio de 2013].

Brullet-de-Luna Arquitectes, 2000/2003. *Pormenor da entrada principal*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <<http://www.brulletedeluna.com/index.php/projectes/habitatges/116-habitatges-sector-ribera-baixa-el-prat-del-llobregat.html>> [Consultado em 26 de Maio de 2013].

Castex, J. e Depaule, J. e Panerai, P., 1997. *Parte do tecido Haussmaniano*. [fotografia] (Marseille, Éditions Parenthèses 72).

Capilla, 2005. *Edifício Piñeiro, Espanha*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <<http://www.archilovers.com/p84359/Edificio-Pi%C3%B1eiro>> [Consultado em 3 de Novembro de 2013].

Coco Arquitectos, 2012. *Carabanchel, Madrid – Espanha*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <<http://www.arthitectural.com/coco-arquitectos-social-housing-in-madrid/>> [Consultado em 3 de Novembro de 2013].

Corbusier, L., 2001. *Habitação em altura*. [fotografia eletrónica]. Disponível em: <<http://www.maisnet.net/2011/03/unidade-habitacional-de-marselha-le-corbusier/>> [Consultado em 25 de Agosto de 2013].

Dorneles, V. G. e Bins Ely, V. H., 2006. *Área de estar que possibilita a aproximação de idosos em cadeiras de rodas*. [fotografia eletrónica]. Disponível em: <http://riunet.upv.es/bitstream/handle/10251/14909/GOULART%20VMORO%20V%20H_Universal%20Design%20teaching%20in%20urban%20design%20classes.pdf?sequence=1> [Consultado em 31 de Agosto de 2013].

Dorneles, V. G. e Bins Ely, V. H., 2006. *Passadeira elevada com semáforo para pedestres*. [fotografia eletrónica]. Disponível em: <http://riunet.upv.es/bitstream/handle/10251/14909/GOULART%20VMORO%20V%20H_Universal%20Design%20teaching%20in%20urban%20design%20classes.pdf?sequence=1> [Consultado em 31 de Agosto de 2013].

Dorneles, V. G. e Bins Ely, V. H., 2006. *Patamar alargado, com bancos para descanso*. [fotografia eletrónica]. Disponível em: <http://riunet.upv.es/bitstream/handle/10251/14909/GOULART%20VMORO%20V%20H_Universal%20Design%20teaching%20in%20urban%20design%20classes.pdf?sequence=1> [Consultado em 31 de Agosto de 2013].

Dorneles, V. G. e Bins Ely, V. H., 2006. *Rampa e escada associadas*. [fotografia eletrónica]. Disponível em: <http://riunet.upv.es/bitstream/handle/10251/14909/GOULART%20VMORO%20V%20H_Universal%20Design%20teaching%20in%20urban%20design%20classes.pdf?squence=1> [Consultado em 31 de Agosto de 2013].

Google Earth, 2012. *Vista aérea da zona de estudo Viseu*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <https://maps.google.pt/maps?q=google%20earth&bav=on.2,or.r_cp.&bvm=bv.56146854,d.Yms,pv.xjs.s.en_US.zw3SPWncBk.O&biw=1280&bih=675&dpr=1&wrapid=tlif138421359414211&um=1&ie=UTF-8&hl=pt-PT&sa=N&tab=wl> [Consultado em 10 de Setembro de 2013].

Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, 2009. *Áreas a considerar numa cidade amiga do idoso*. [fotografia eletrónica]. Disponível em:<http://www.gulbenkian.pt/media/files/FTP_files/pdfs/PGDesenvolvimentoHumano/ProjIdosos_GuiaCidades2009.pdf> [Consultado em 27 de Agosto de 2013].

INE, 2011; Google Earth, 2013. *Área de intervenção (Santa Maria de Viseu)*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <<http://mapas.ine.pt/map.phtml>> e <https://maps.google.pt/maps?q=google%20earth&bav=on.2,or.r_cp.&bvm=bv.56146854,d.Yms,pv.xjs.s.en_US.zw3SPWncBk.O&biw=1280&bih=675&dpr=1&wrapid=tlif138421359414211&um=1&ie=UTF-8&hl=pt-PT&sa=N&tab=wl> [Consultado em 10 de Setembro de 2013].

Magén Arquitectos, 2012. *Vivendas, Zaragoza – Espanha*. [fotografia eletrónica] Disponível em:<<http://blogyarq.blogspot.pt/2012/06/edificio-de-44-viviendas-vpa-magen.html>> [Consultado em 3 de Novembro de 2013].

Monteys, 2006. *Planta d'habitatges 1970-1980*. [fotografia] (Barcelona).

Museu da Cidade, 2008. *Planta parcial de Lisboa em 1897*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <<http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Cartografia/paginas/Lisboa1897.aspx>> [Consultado em 11 de outubro].

Perry, C., 1929. Diagrama de “Unidade de Vizinhança”. [fotografia eletrónica]. Disponível em: <http://www.mopt.org.pt/uploads/1/8/5/5/1855409/louro_mopt.pdf> [Consultado em 3 de Setembro de 2013].

PPM-Braga, 2012. *Ferrovária Desativada*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <<http://ppmbraga.blogspot.pt/2012/10/ferrovia-em-portugal-ao-nivel-daserra.html>> [Consultado em 26 de Novembro de 2012].

Promontório, 2004-2011. *Corte do edifício*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <http://www.promontorio.net/userfiles/projects_more/pdf/entrecampos_housing.pdf> [Consultado em 25 de Março de 2013].

Promontório, 2006-2009. *Sala de estar*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <http://www.promontorio.net/userfiles/projects_more/pdf/finisterra.pdf> [Consultado em 25 de Março de 2013].

Promontório, 2006-2009. *Vista exterior*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <http://www.promontorio.net/userfiles/projects_more/pdf/finisterra.pdf> [Consultado em 25 de Março de 2013].

Taringa, 2011. *Vazios Urbanos originados no centro de Berlim pela II Guerra Mundial*. [fotografia eletrónica]. Disponível em: <<http://www.taringa.net/posts/humor/12296988/Historias-extranas.html>> [Consulta do em 28 de Novembro de 2012].

Toolkit, 2013. *Medidas pelo qual um produto pode ser considerado bem-sucedido*. [fotografia eletrónica]. Disponível em: <<http://www.inclusivedesigntoolkit.com/betterdesign2/whatis/whatis.html>> [Consultado em 19 de Agosto de 2013].

Vieira, A. S., 2006. *Habitação de baixa altura*. [fotografia eletrónica]. Disponível em: <<http://www.archiref.com/fr/project/saal-project12380#.UoFiGXAvmSp>> [Consultado em 23 de Agosto de 2013].

Vida sem Barreiras, 2007. *Barreira Física*. [fotografia eletrónica]. Disponível em: <<http://www.vida-sem-barreira.s.pt/engine.php?cat=1#>> [Consultado em 15 de Agosto de 2013].

Xavier, C., 2008 *Esquema do plano de Cerdá, Barcelona*. [fotografia eletrónica] Disponível em: <http://www.4shared.com/photo/uVUQn-Wyc/Pla_Cerda.html> [Consultado em 20 Setembro 2013].

Índice de Imagens

Figura 1 - Parte do tecido Haussmaniano	14
Figura 2 - Esquema do plano de Cerdá, Barcelona.....	15
Figura 3 - Planta parcial de Lisboa em 1897	16
Figura 4 - "Terrain vague" Lille. Novembro 1975 (anos 70).....	19
Figura 5 - Ferroviária desativada.....	20
Figura 6 - Zona da periferia de Viseu com potencialidade de intervenção.....	22
Figura 7 - Vazios Urbanos originados no centro de Berlim pela II Guerra Mundial.....	22
Figura 8 - Modelo da estrutura e desenvolvimento das cidades Latino-americanas.....	25
Figura 9 - Barreira física.....	36
Figura 10 - Medidas pelo qual um produto pode ser considerado bem-sucedido.....	39
Figura 11 - SAAL - Álvaro Siza (habitação de baixa altura).....	43
Figura 12 - Unidade habitacional de Marselha – Le Corbusier (habitação em altura).....	43
Figura 13 - Áreas a considerar numa cidade amiga do idoso.....	49
Figura 14 - Rampa e escada associadas.....	53
Figura 15 - Patamar alargado, com bancos para descanso.....	53
Figura 16 - Passadeira elevada com semáforo para pedestres.....	53
Figura 17 - Área de estar que possibilita a aproximação de idosos em cadeira de rodas.....	53
Figura 18 - Diagrama de “Unidade de Vizinhaça”.....	54
Figura 19 - Localização de Viseu.....	59
Figura 20 - Área de estudo.....	60
Figura 21 - Área de intervenção (Santa Maria de Viseu).....	61
Figura 22 - Vista aérea da zona de estudo Viseu.....	63
Figura 23 - Esquema Viário.....	64
Figura 24 - Perfil viário.....	64

Figura 25 – Circunvalação.....	65
Figura 26 - Rua 5 de Outubro.....	65
Figura 27 - Rua João Mendes.....	65
Figura 28 - Rua Simões Dias.....	65
Figura 29 - Área de intervenção.....	67
Figura 30 - Área de intervenção.....	67
Figura 31 - Área de intervenção.....	67
Figura 32 - Planta Hipsométrica.....	68
Figura 33 - Estrutura viária.....	69
Figura 34 - Pontos de conflito.....	70
Figura 35 - Número de pisos.....	71
Figura 36 - Ocupação funcional do edificado.....	73
Figura 37 - Estratégia de intervenção.....	77
Figura 38 - Proposta de novas vias.....	79
Figura 39 - Bairro da Misericórdia.....	80
Figura 40 - Planta da proposta.....	82
Figura 41 - Maquete 3D.....	83
Figura 42 - Maquete 3D.....	84
Figura 43 - Edifício a ser pormenorizado (vermelho).....	84
Figura 44 - Planta de implantação.....	85
Figura 45 - Cortes pelo edifício.....	86
Figura 46 - Piso garagem.....	86
Figura 47 - Planta tipo T2/T3.....	89
Figura 48 - Entrada para o edifício.....	90
Figura 49 – Suite.....	91

Figura 50 - Planta T2.....	92
Figura 51 - Arq. Lluís Nadal, Planta d'habitages, 1970-1980.....	93
Figura 52 - Planta <i>Habitatges Sector Ribera Baixa</i>	93
Figura 53 - Alçado Sudoeste.....	94
Figura 54 – Alçados	95
Figura 55 – Pátio.....	97
Figura 56 - Pormenor do corte pela fachada.....	99
Figura 57 - Esquema estrutural – Piso 1	100
Figura 58 - Pormenor do sombreamento	101
Figura 59 - Pormenor da cobertura	102
Figura 60 - Pormenor do tubo de queda.....	102
Figura 61 - Corte do edifício.....	103
Figura 62 - Vista exterior.....	104
Figura 63 - Sala de estar.....	104
Figura 64 – Pátio	105
Figura 65 - Pormenor da entrada principal.....	106
Figura 66 - Magén Arquitectos, 44 Vivendas, Zaragoza – Espanha.....	107
Figura 67 - Arq. Capilla, Edificio Piñeiro, Espanha.....	107
Figura 68 - Coco Arquitectos, Carabanchel, Madrid – Espanha.....	107
Figura 69 - ACM Arquitectos, 81 vivendas em Carabanchel, Madrid – Espanha.....	108
Figura 70 - Arq. Aranguren, Gallegos, Madrid – Espanha.....	108
Figura 71 - Arq. MVRDV, Madrid – Espanha.....	108

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - População Mundial.....	26
Gráfico 2 - População com 60 anos e mais.....	29
Gráfico 3 - Estrutura etária da população por sexo, 2001 e 2011.....	33

Índice de Tabelas

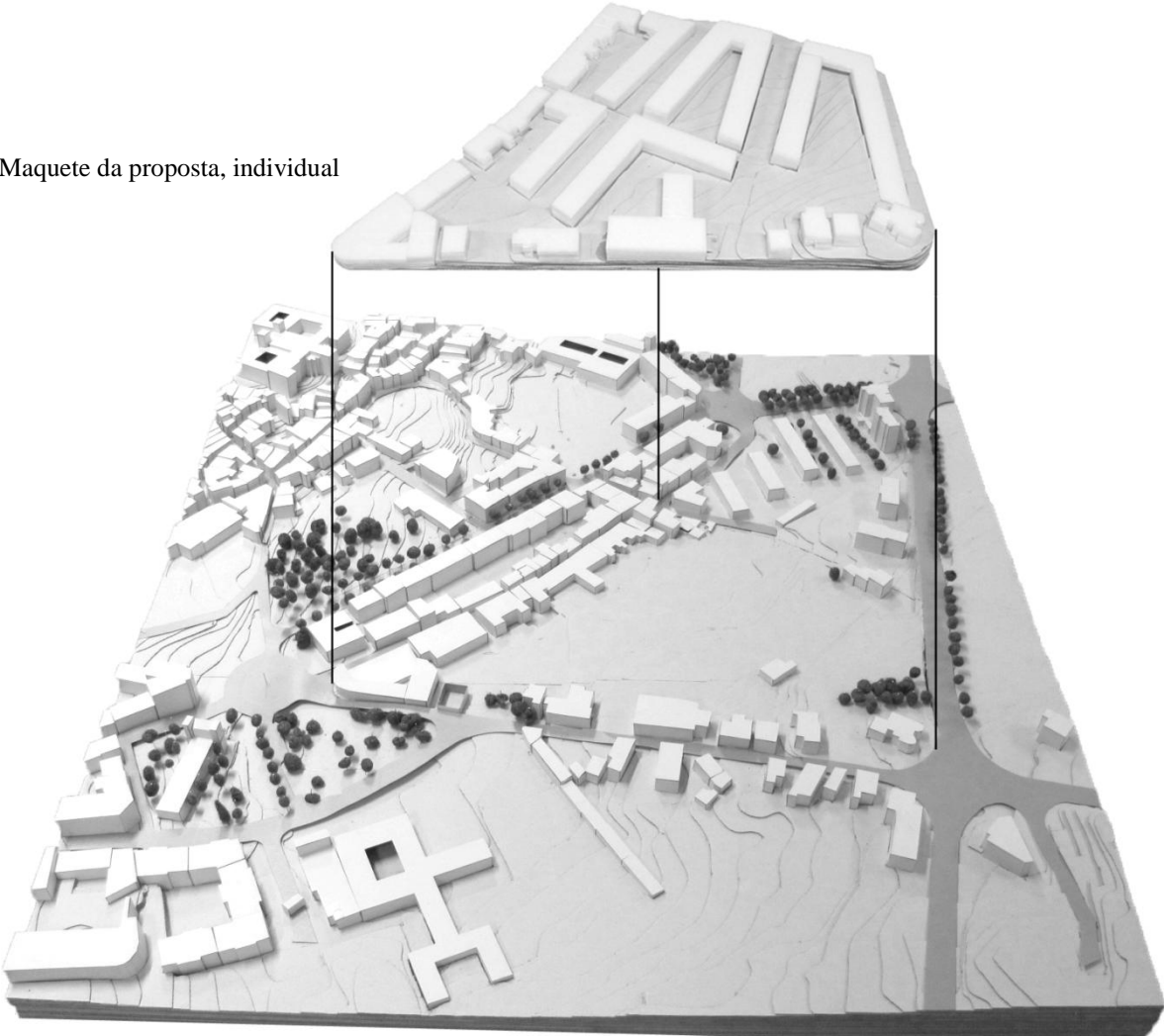
Tabela 1 - Freguesias com maior número de habitantes em 2011	62
---	-----------

ANEXOS

ANEXO 1

MAQUETE

Maquete da proposta, individual



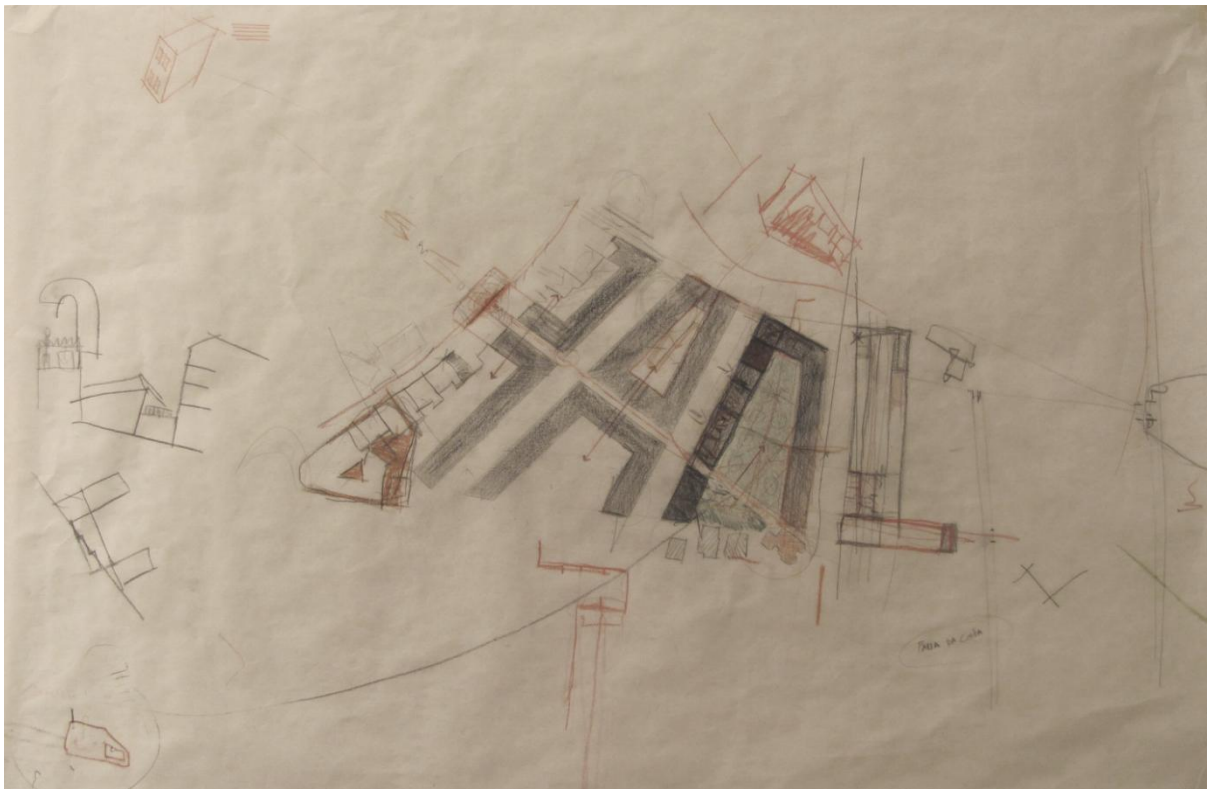
Maquete de turma

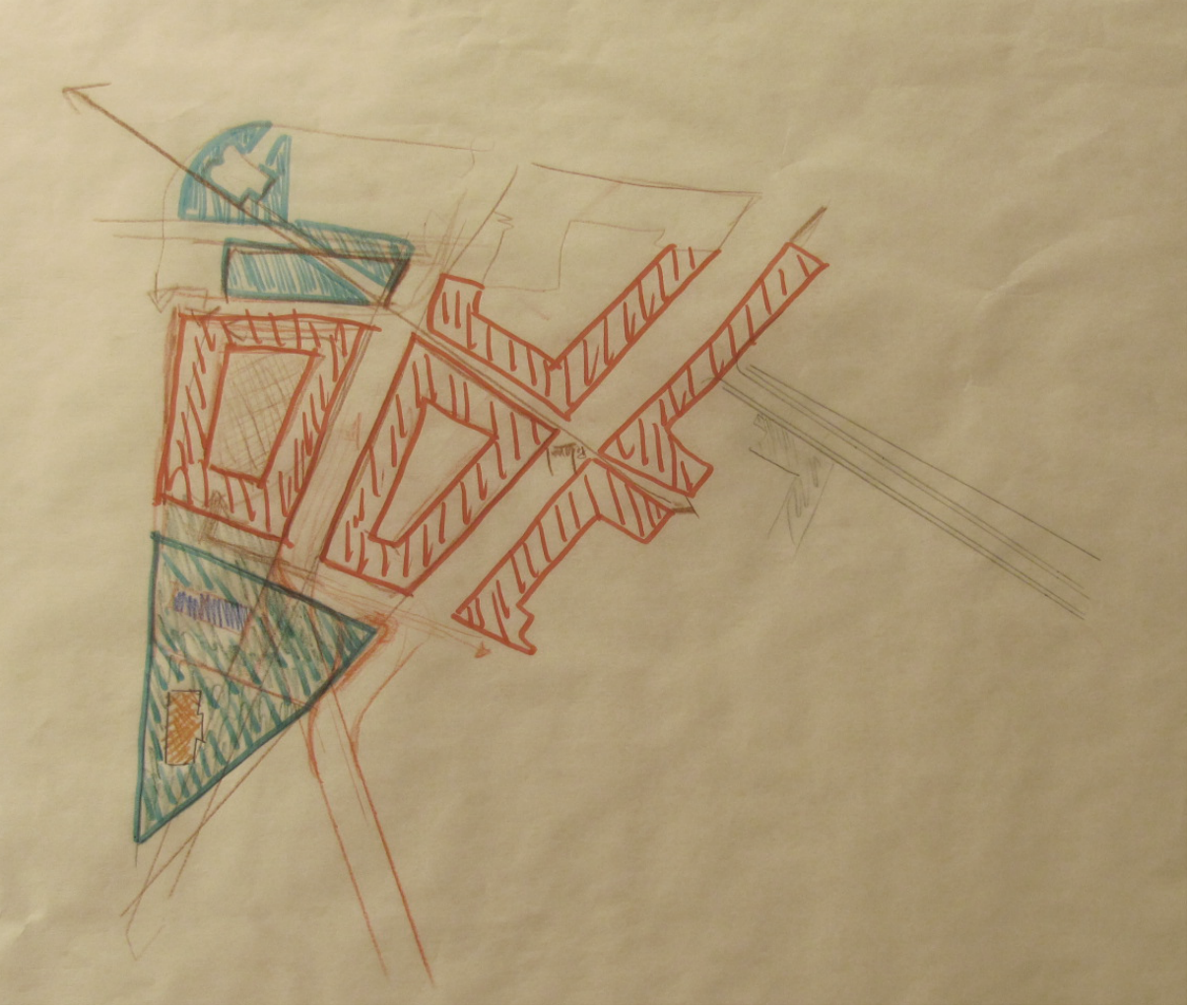


Maquete de turma + proposta

ANEXO 2

ESQUIÇOS / ESTUDO

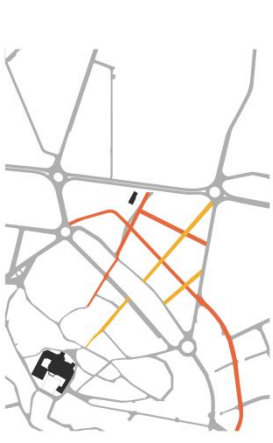




ANEXO 3

PAINEIS FINAIS

PROPOSTA DE DESENHO URBANO



PLANTA DE ARVORES



ANVORES EXISTENTES / PROPOSTA

1:1000



1:2000

TIPO DE ARVORES

- Acer negundo - Bordo negro > 10 m
- Aesculus hippocastanum - castanheiro-da-índia > 15 m
- Acer pseudoplatanus - álamo platanus > 15 m
- Castanea sativa - castanheiro comum > 15 m
- Catalpa bignonioides - catalpa 10-12 m
- Celtis australis - lodoado > 15 m
- Celtis laevigata - Lodoado > 15 m
- Cercos siliquastrum - árvore de judas 4-6 m
- Fraxinus nigra - freixo negro 12-15 m
- Lagotis indica - árvore de júpiter 2-4 m
- Larix decidua - larice europeu > 15 m
- Liquidambar styraciflua - liquidambar > 15 m
- Thuja platyphyllos - tilia > 15 m
- Robinia pseudoacacia - sésia acácia > 15 m
- Platanus acerifolia - Plátano > 15 m
- Populus alba - Choupo branco > 15 m
- Pyrus avium - cerejeira 4-6 m
- Quercus robur - Carvalho > 15 m
- Quercus ilex - carvalho americano > 15 m
- Lavandula sp - Lavanda
- Jasminum nudiflorum - Jasmin
- Cytisus stylatus - Giesta
- Cyananthemum indicum - Malmoeque

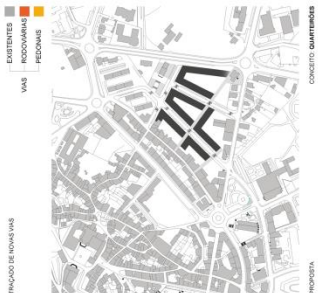
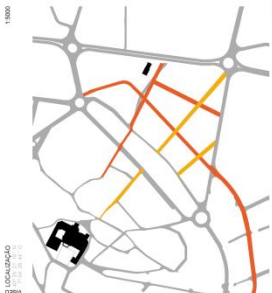
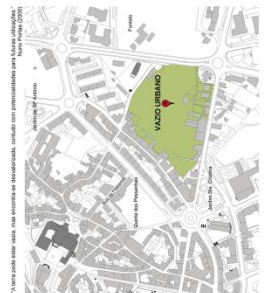
- Abies alba - abeto branco > 15 m
- Abies concolor - abeto da grécia > 15 m
- Abies pinsapo - abeto de espanha > 15 m
- Camellia japonica - camélia 2-4 m
- Chamaecyparis lawsoniana - cipreste de lawson > 15 m
- Cupressus sempervirens - cipreste italiano > 15 m
- Ericotrya japonica - hesperida do japo > 4-6 m
- Ficus carica - Figueira 5-10 m
- Gilex aquilum - Azevinho 2-4 m
- Magnolia soulangeana - magnolia > 15 m
- Magnolia grandiflora - magnolia de flor grande > 15 m
- Olea europaea - oliveira 4-6 m
- Sequoia sempervirens - segoia > 15 m

- CADUCA
- PERSELENTE
- Tipes siba

ACESSIBILIDADE URBANA
VISEU

PROJETO INTEGRADO URBANO
 PROJETO INTEGRADO DE PARQUEM
 2011-2013

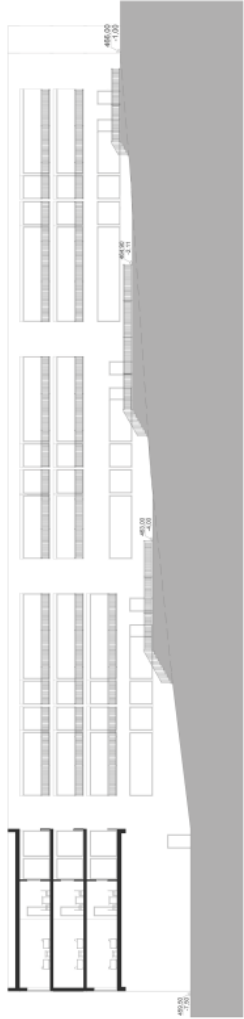
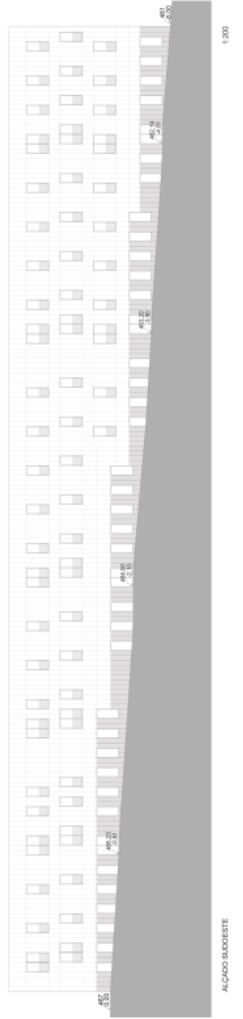
Paulo Augusto

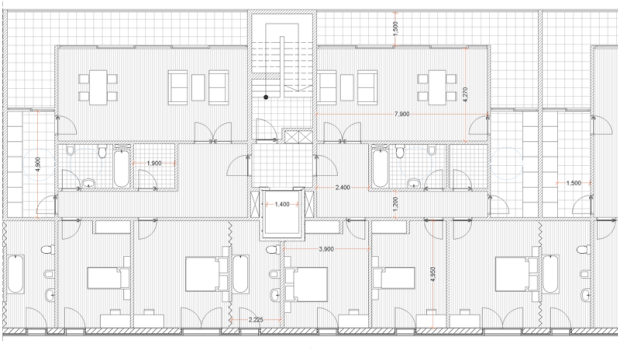


HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE
VISEU
 Instituto Superior Politécnico de Viseu - IPV
 PROJECTO INTEGRADO DE RENOVAÇÃO
 Alca. Complexo Viseu - Alca. António Galvão
 Patrícia Aguiar - 16 de Maio de 2011



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
 1:500

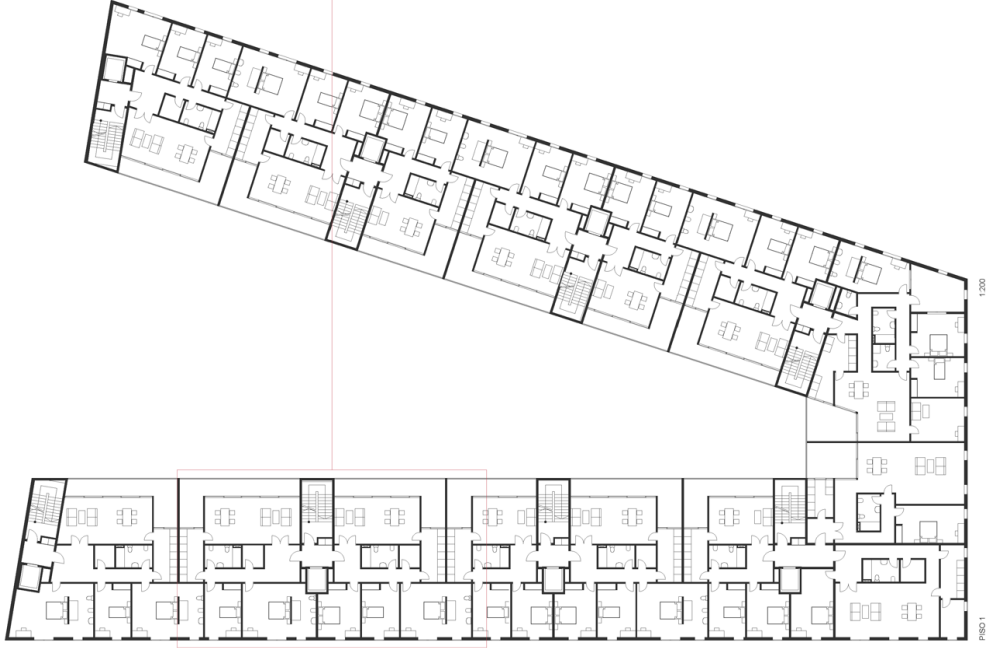




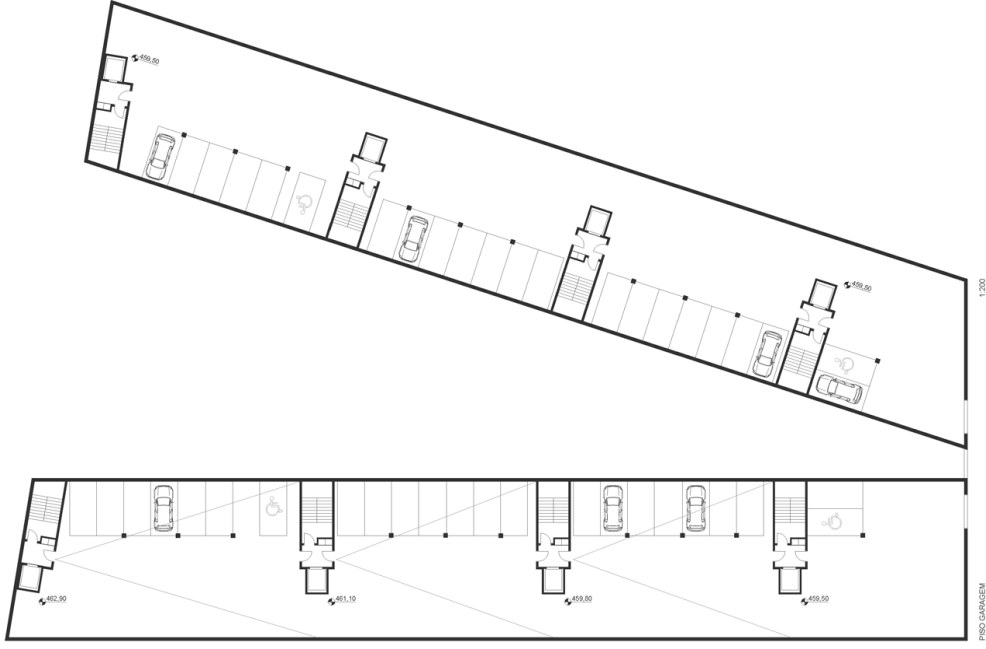
PLANTA TIPO



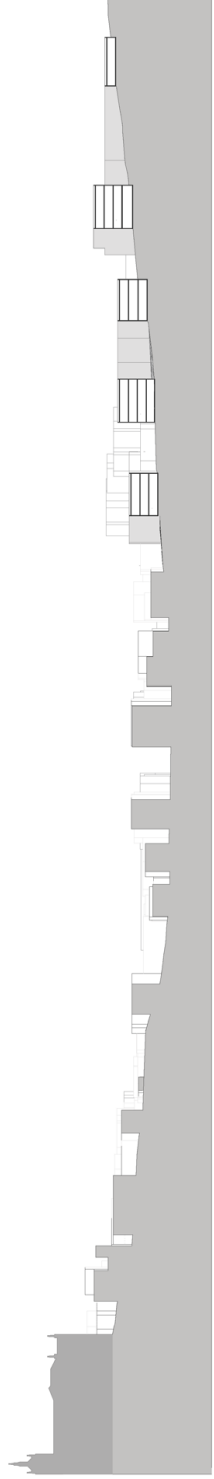
QUARTO DE SUITE

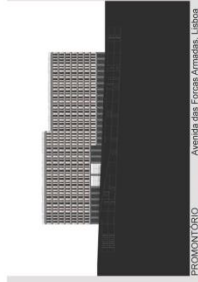
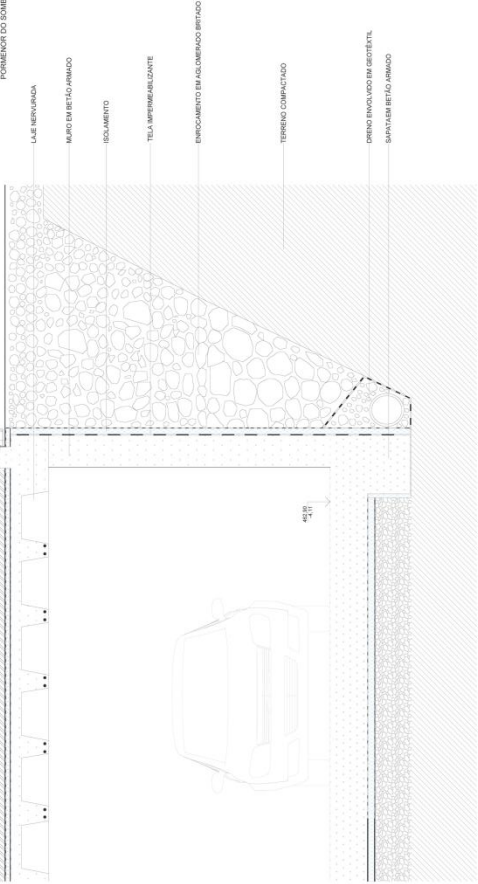
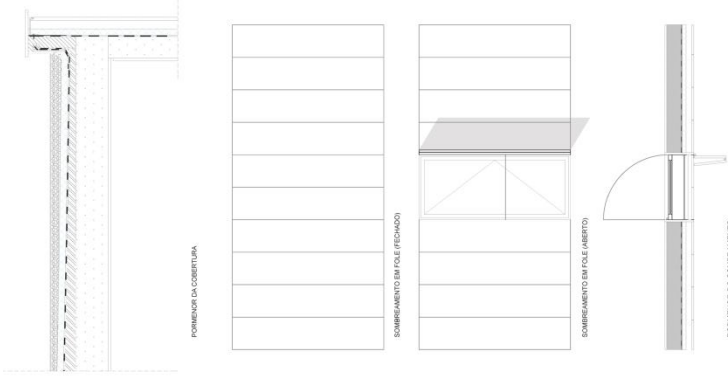
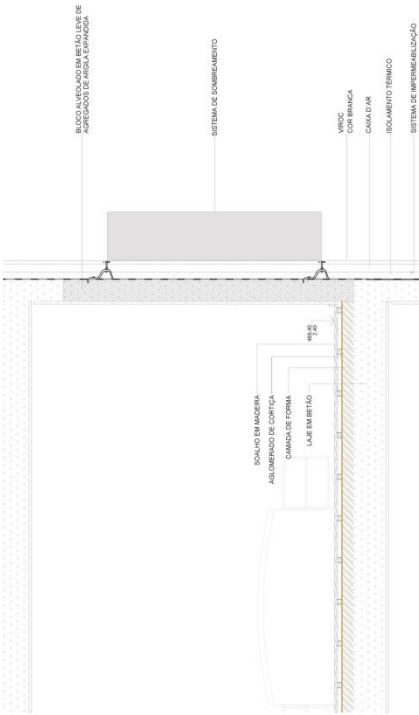


PS0 1



PS0 GARAGEM





REFERÊNCIAS